



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
"JORNALISTA ROBERTO MARINHO"
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**JORNALISMO POLÍTICO COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS ELEITORES
POR MEIO DE REPORTAGEM MULTIMÍDIA**

**IVE CAROLINE RODRIGUES
TAÍNE PACO CORREA**

Presidente Prudente - SP
2016

JORNALISMO POLÍTICO COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS ELEITORES
POR MEIO DE REPORTAGEM MULTIMÍDIA

IVE CAROLINE RODRIGUES
TAÍNE PACO CORREA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para a sua conclusão.

Área de concentração: Jornalismo

Orientador: Prof. Esp. Thiago Zuniga Ferri

**IVE CAROLINE RODRIGUES
TAÍNE PACO CORREA**

**Jornalismo Político como Prestação de Serviços aos Eleitores por meio de
Reportagem Multimídia**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Comunicação
Social “Jornalista Roberto Marinho” de
Presidente Prudente, Universidade do Oeste
Paulista, como parte dos requisitos para a
sua conclusão.

Área de concentração: Jornalismo

Presidente Prudente, 14 de dezembro de
2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Carolina Zoccolaro da Costa Mancuzo - Presidente

Prof. Ms. Giselle Tomé da Silva - Membro

Prof. Esp. Thiago Zuniga Ferri - Orientador

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho, primeiramente, a Deus que nos sustentou em toda a caminhada. Aos nossos pais e familiares, por sempre oferecerem seus apoios e batalharem junto conosco em busca desta conquista. Agradecemos ao orientador Thiago Ferri pela paciência e por dividir com o grupo um pouco de sua vasta experiência no jornalismo, e também aos professores que, durante os quatro anos do curso, ajudaram na construção do nosso conhecimento. Por fim, ainda dedicamos este projeto a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso orientador Thiago Zuniga Ferri, que nos direcionou e acreditou nessa pesquisa. Aos professores Maria Luisa Hoffmann e Rogério do Amaral, pelo subsídio e acompanhamento durante a execução do trabalho.

Àqueles que nos concederam entrevistas, nos auxiliando no entendimento do assunto e na produção das mídias da peça prática.

Para a confecção da peça prática, agradecemos aos colaboradores das artes e dos personagens André Sato, Berta Pereira, Julio Dourado, Michelle Furuya, Rayana Cabrera, Thiago Vasques, Vinicius Porto e Vítor Martinez, pelo tempo e disponibilidade em nos ajudar, e aos desenvolvedores Thiago Calistro e Wesley Desiderio, que programaram o site da reportagem multimídia.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Jornalismo político como prestação de serviços aos eleitores por meio de reportagem multimídia

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como finalidade a prestação de serviços sobre as eleições municipais de 2016 em Presidente Prudente, mediante a produção de uma reportagem multimídia. Sua proposta contributiva permitiu expandir e melhorar a compreensão sobre política e colaborou, também, para a introdução de um material multimidiático para acesso da população, por meio do jornalismo político. Para tanto, a abordagem escolhida foi a qualitativa, de caráter exploratório. Na pesquisa de campo usou-se a entrevista em profundidade semiaberta. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para a elaboração da fundamentação teórica e das pautas. Após organizar os dados coletados, as informações foram ordenadas para a construção da reportagem multimídia.

Palavras-chave: reportagem multimídia; jornalismo político; webjornalismo; eleições municipais; Presidente Prudente.

ABSTRACT

Political journalism as a service to voters through multimedia reportage

The hereby Course Completion Assignment (in Portuguese, TCC) is intended to provide services for the 2016 municipal elections in Presidente Prudente, by producing a multimedia report. His proposal contribution allowed to expand and improve the understanding of policy and contributed also to the introduction of a multimedia material for public access through the political journalism. Therefore, the approach chosen was a qualitative exploratory. In the field research was used the in-depth interview ajar. The literature search was used for the preparation of the theoretical foundation and the staves. After organizing the data collected, the informations was ordered for the construction of multimedia reportage.

Key-words: multimedia reportage; political journalism; webjournalism; municipal elections; Presidente Prudente.

LISTA DE SIGLAS

ARPA	– <i>Advanced Research Projects Agency</i>
ARPANET	– <i>Advanced Research Projects Agency Network</i>
CNC	– Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Facopp	– Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente
GIF	– Graphics Interchange Format
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JE	– Justiça Eleitoral
TCC	– Trabalho de Conclusão de Curso
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
WWW	– <i>Word Wide Web</i>

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Página principal da reportagem multimídia.....	89
FIGURA 2 -	Galeria de fotos	90
FIGURA 3 -	Thinglink.....	91
FIGURA 4 -	Vídeo “Quociente eleitoral e partidário”.....	91
FIGURA 5 -	GIF.....	92
FIGURA 6 -	Infográfico.....	93
FIGURA 7 -	Banner do quiz ao final da reportagem multimídia.....	93
FIGURA 8 -	Quiz.....	94
FIGURA 9 -	Informações do rodapé.....	94

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	15
2.1	Problematização e justificativa.....	15
2.2	Objetivos.....	16
2.2.1	Objetivo geral.....	16
2.2.2	Objetivos específicos.....	16
2.3	Metodologia.....	16
3.	ELEIÇÕES.....	21
3.1	História das eleições brasileiras.....	21
3.2	História das eleições prudentinas.....	28
3.3	Eleições em 2016.....	36
4	JORNALISMO POLÍTICO.....	41
4.1	História do jornalismo político.....	41
4.2	Características e considerações sobre jornalismo político.....	46
4.3	Reflexão sobre jornalismo político além do jornalismo.....	54
5	WEBJORNALISMO	63
5.1	Surgimento da internet.....	63
5.2	Características do webjornalismo.....	65
5.2.1	Hipertextualidade.....	66
5.2.2	Multimedialidade.....	67
5.2.3	Interatividade.....	69
5.2.4	Instantaneidade.....	70
5.2.5	Perenidade.....	72
5.2.6	Webwriting.....	73
5.2.6.1	Texto.....	76
5.2.6.2	Fotografia.....	78
5.2.6.3	Áudio.....	79
5.2.6.4	Vídeo.....	80
5.2.6.5	Infográfico.....	81
5.2.7	Reportagem multimídia.....	82

6	PROJETO EDITORIAL	87
6.1	Introdução	87
6.2	Objetivos	87
6.2.1	Objetivo geral.....	87
6.2.2	Objetivos específicos.....	88
6.3	Justificativa	88
6.4	Público-alvo	88
6.5	Linha editorial	89
6.6	Projeto gráfico	89
6.6.1	Página principal.....	90
6.6.2	Galeria.....	91
6.6.3	Conteúdo interativo (Thinglink).....	92
6.6.4	Audiovisual.....	93
6.6.5	GIF.....	93
6.6.6	Infográfico.....	94
6.6.7	Quiz.....	94
6.6.8	Contato.....	95
6.7	Recursos técnicos	95
6.8	Recursos financeiros	96
6.9	Recursos humanos	96
7	MEMORIAL DESCRITIVO	97
7.1	Escolha dos integrantes e tema	97
7.2	Produção do pré-projeto	97
7.3	Mudança de tema	98
7.4	Desenvolvimento teórico	99
7.5	Pautas e entrevistas	98
7.6	Mídias	102
7.7	Desenvolvimento da página	103
7.8	Assessoria de Imprensa	103
7.9	Redução do grupo	104
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICES	119

APÊNDICE A.....	120
ANEXOS.....	128
ANEXO A.....	129

1 INTRODUÇÃO

Entende-se como política a prática da ciência de dirigir e administrar estados ou outras unidades políticas, em geral, associado com aquilo que diz respeito ao espaço público. O jornalismo político, por sua vez, informa os assuntos relacionados a todas as esferas de poder formal na sociedade, sejam elas locais, regionais ou nacionais, e exerce papel fundamental para o entendimento do eleitor acerca de temas de opinião pública. Tendo em vista a sua relevância, a presente pesquisa utiliza o jornalismo político como conceito-chave e destaca a importância da familiaridade do eleitor para com a estrutura institucional e social das práticas políticas.

Essa vertente contextualiza o fazer jornalístico no âmbito federal, estadual, regional e municipal, incluindo os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – por meio de materiais noticiosos que permitem ao leitor o acesso a informações de análises em diferentes mídias, como vídeo, texto, áudio, fotografia e infográficos, mas nem sempre com uma linguagem compreensível.

É importante ressaltar a dificuldade de absorção de informação política por parte da maioria da sociedade, já que o assunto é tratado como complexo e, assim, gera desinteresse. Distinguir alianças entre partidos, compreender convicções, estratégias e políticas públicas são alguns dos empecilhos que levam o eleitor, como indivíduo atuante em sua cidade, a se afastar da temática. Em função disso, a peça prática pretende servir como bagagem política para a coletividade, que, ao assimilar, fará uso desse serviço durante os próximos pleitos, o objeto de estudo dessa pesquisa.

O primeiro turno das eleições municipais ocorreu no dia dois de outubro. No caso de Presidente Prudente, em único turno. O projeto facilita a compreensão sobre conteúdos políticos como apuração, votação, função dos candidatos, quociente eleitoral, entre outros. Portanto, este trabalho se utiliza do jornalismo político e suas características para aprofundar e transformar as informações em questão com o propósito de auxiliar os eleitores no entendimento de assuntos abordados durante as eleições, visto que é um

momento decisivo para os munícipes e, com informação de qualidade e bem interpretada, o eleitor pode compreender melhor e votar com mais segurança.

Por esse motivo e, acreditando que o serviço é inerente ao jornalismo e foi aprofundado com base nas características singulares do jornalismo político, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) inova nas plataformas midiáticas e também usufrui do webjornalismo e de suas características de interatividade, hipertextualidade, multimídia, perenidade e webwriting, uma vez que promove uma reportagem multimídia hospedada em um site próprio com plataformas que abordam assuntos específicos de maneira inteligível.

Os capítulos apresentados a seguir abordam os assuntos relacionados ao teor do projeto, que se inicia com a fundamentação metodológica responsável por salientar as propostas a fim de alcançar os resultados esperados. O objeto de estudo são as eleições municipais e seus componentes políticos, portanto, o capítulo 3 trata sua história no contexto nacional, as mudanças desde seu surgimento, o desenvolvimento no cenário de Presidente Prudente assim como as especificações do ano eleitoral de 2016. O próximo tema, no quarto capítulo, associa-se não só à história e ao conceito de fazer jornalismo político, mas também às características e pontos de vistas que o torna imprescindível para a realização da peça prática de serviço ao eleitor.

O conteúdo do quinto capítulo é voltado para o webjornalismo, começando pelo surgimento da internet nas bases militares e passando por sua origem no âmbito jornalístico, suas características, técnicas e estratégias usadas para a confecção da reportagem multimídia. Apresenta separadamente, em itens, as mídias inseridas na peça prática e conceitua o tipo de reportagem escolhida.

O capítulo 7 trata especificamente do projeto editorial, que explica a estrutura do site, o público-alvo, linguagem, a escolha das cores que compõem a peça prática juntamente com os elementos gráficos e os recursos técnicos, humanos e financeiros utilizados para a produção do conteúdo.

O TCC se encerra com as considerações finais, as quais se voltam para o cumprimento dos objetivos.

2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

2.1 Problematização e justificativa

Em conformidade com o discorrido no capítulo anterior, o jornalismo político ainda é visto como uma barreira no cotidiano da sociedade. Conceituado como um tema de alta complexidade, é imprescindível que, o jornalismo, atuante na facilitação do acesso à notícia pelo público, cumpra o seu papel transformando o conteúdo político em algo atrativo e de simples entendimento, através do serviço.

Uma sociedade brasileira consciente dos seus direitos, cidadã e interessada por política ainda é um fenômeno muito novo, de acordo com o jornalista e doutor em Ciências Sociais, Eduardo Duarte¹, que também acrescenta que “a grande parte da população brasileira foi adestrada a ver a política como algo de um mundo longe dela”. Em razão disso, o presente trabalho se propõe a criar um conteúdo que aproxime o internauta da política e cesse a repulsa do mesmo por essa temática mediante uma conexão estabelecida entre eles. A cientista política Joyce Miranda² afirma que o comportamento das pessoas se altera quando a sociedade e regime político também se alteram e que “poucas vezes fazemos autorreflexão ou buscamos compreender determinado assunto político pela ótica da ciência”.

Portanto, no âmbito social, o projeto busca tornar mais compreensível, por meio de produção jornalística política e multimidiática, o conteúdo das eleições municipais de 2016, informando de modo inteligível, a fim de contribuir para uma melhor comunicação e conexão com o público eleitor, bem como promover a divulgação da peça prática.

Academicamente, esta pesquisa pretende contribuir com o estímulo à produção de material de cunho político e multimidiático. O projeto trabalha com a divulgação do jornalismo político e da reportagem multimídia, uma ferramenta jornalística pouco explorada na região e até nos âmbitos

¹ Eduardo Duarte, Jornalista e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Entrevista sobre política e jornalismo político. 5 ago. 2016.

² Joyce Miranda Leão Martins, Doutora em Ciência Política pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Entrevista sobre política e jornalismo político. 25 jun. 2016.

acadêmicos, nos quais, mesmo com a crescente de trabalho voltados ao webjornalismo, poucos são enquadrados nesta contextualização.

Pessoalmente, o projeto pretende contribuir para o aumento do conhecimento sobre as práticas do jornalismo político com base na produção da reportagem multimídia, assim colaborando para evidenciar a sua importância no contexto social.

O trabalho visa responder à pergunta de como é possível utilizar o jornalismo político para transcender o fazer jornalismo tradicional a fim de oferecer informações essenciais de serviço ao eleitor por meio de uma reportagem multimídia?

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo geral

- Apresentar como o jornalismo político pode ultrapassar os conhecimentos do jornalismo tradicional a partir de técnicas que permitam a elaboração de uma reportagem multimídia sobre as eleições municipais.

2.2.2 Objetivos específicos

- Aperfeiçoar o conteúdo jornalístico de caráter político, por meio de plataformas multimidiáticas acessíveis, para atingir o público eleitor;
- Compreender e aplicar o jornalismo político;
- Possibilitar a facilidade de busca e compreensão por informações sobre política e as eleições municipais de 2016.

2.3 Metodologia

Para se fazer ciência, é preciso uma metodologia consistente. Ela deve abranger os procedimentos detalhados de todas as partes do processo elaborativo do projeto. Para Marconi e Lakatos (2005, p.223), metodologia pode ser definida em quatro aspectos imprescindíveis: “a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois

responde, a um só tempo, a questões como?, com que?, onde?, quanto?”. Já para Andrade (2003, p.129), metodologia é o conjunto de caminhos em busca do conhecimento.

Gil (2010, p.1) define pesquisa como “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Marconi e Lakatos (2005, p.157) veem a pesquisa como “procedimento formal, com métodos de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Miriam Goldenberg (2007, p.35) assegura que não existe uma “[...] regra objetiva que estabeleça o tempo adequado de pesquisa”. O pesquisador pode demorar, em seu estudo, semanas, meses ou até anos.

A abordagem que mais se adequa a este projeto é a qualitativa, que se encaixa mediante a necessidade de entendimento sobre o objeto eleições municipais, abrindo espaço para interpretações dos pesquisadores e desenvolvimento de conceitos e ideias a partir da pesquisa.

Goldenberg (2007, p.53) afirma que a abordagem qualitativa consiste em descrever detalhadamente uma situação a fim de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Diehl e Tatim (2004, p.52) salientam que a abordagem procura “[...] descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...]”.

Diferentemente da quantitativa, que se preocupa em quantificar números a fim de gerar teorias ou tabelas, na pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (2007, p.14), “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.”

Os dados coletados não seguem um padrão, portanto, não há regras e o pesquisador é responsável pelo andamento da pesquisa mediante sua intuição e sensibilidade acerca do tema. Goldenberg (2007, p.53) mostra que a não-padronização exige do pesquisador “[...] flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.”

A presente pesquisa é de caráter exploratório, pois o projeto proporcionou maior entendimento sobre o objeto estudado através de técnicas, como entrevista com pessoas que detém conhecimento ou tiveram experiência prática no assunto e levantamento bibliográfico para coleta de dados. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999, p.43), visam o esclarecimento de um determinado fato, permitindo a aproximação ao mesmo.

Para a realização dessa pesquisa, as técnicas utilizadas para coleta de dados são: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevista em profundidade semiaberta.

A técnica de entrevista em profundidade ajuda a recolher respostas do entrevistado de acordo com a experiência do mesmo sobre algum acontecimento. Sendo ela subjetiva, Duarte (2011, p.63) afirma que “a entrevista não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno”. Ainda de acordo com o autor, o objetivo da entrevista é saber a relação do elemento em estudo com os entrevistados, ou seja, de que maneira ele é percebido e compreendido. Andrade (2003, p.146) mostra os objetivos de uma entrevista:

Uma entrevista pode ter como objetivos averiguar fatos ou fenômenos; identificar opiniões sobre fatos ou fenômenos; determinar, pelas respostas individuais, a conduta previsível em certas circunstâncias; descobrir os fatores que influenciaram ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas; comparar a conduta de uma pessoa no presente e no passado, para deduzir seu comportamento futuro etc.

Dentre os três tipos de entrevista, aberta, semiaberta e fechada, a escolhida foi a semiaberta que possui um roteiro pré-estabelecido, mas também permite ao pesquisador criar novas perguntas de acordo com a fluência da conversa. Contém questionamentos amplos que vão se afunilando até uma especificidade. Tal estratégia mantém a naturalidade e as vantagens da entrevista semiestruturada e evita que alguma questão relevante não seja abordada. (DUARTE, 2011, p.67)

De acordo com Gil (2010, p.35), a entrevista semiaberta ainda tem como objetivo interrogar diretamente os indivíduos que sejam relevantes ao estudo. Isso faz com que o agrupamento de informação gere conteúdo

suficiente para o formato da pesquisa quantitativa, que foi usado como técnica metodológica neste projeto.

Essas informações podem auxiliar na elaboração das pautas para entrevistas e dos planos de observação. Sem contar que à medida que dados importantes estejam disponíveis, não haverá necessidade de procurar obtê-los mediante interrogação, a não ser que se queira confrontá-los. (GIL, 2010, p.121–122)

As fontes das entrevistas precisam ser capazes de auxiliar e contribuir para a solução para o problema proposto. De acordo com Duarte (2011, p.69), é imprescindível que as fontes deem visões e relatos diversificados sobre o fato e que elas tenham papéis diferentes na sociedade, assim, cada uma delas possui um ponto de vista que se difere da outra, sendo interrogados juízes de cartórios eleitorais, profissionais da área política, jornalistas e pessoas envolvidas na produção do conteúdo eleitoral divulgado nos meios de comunicação.

A seleção das fontes escolhidas para contribuir com o TCC por meio de entrevista foi feita de acordo com o conhecimento do entrevistado, tanto empírico como teórico. Especialistas, como doutores em política e em sociologia. Informantes-chave, os jornalistas que trabalharam com política assiduamente e os informantes-padrão, jornalistas que tiveram alguma experiência com cobertura política.

Em conjunto a essas técnicas, o ato de pesquisar em livros, artigos, documentos, teses e outras fontes é chamado de pesquisa bibliográfica. Esta proporcionou a fundamentação teórica do projeto com base em estudos. É o primeiro passo para construir uma investigação após ter escolhido o tema do projeto. Desta forma, é necessária a pesquisa para auxiliar na escolha das técnicas para averiguar dados ou embasar ideias.

Por meio de citações, se consegue comprovar conceitos inseridos ao longo do texto e autenticar toda justificativa apresentada no trabalho. Para Gil (2010, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Cervo, Brevian e Da Silva (2007, p.79) dizem que todo conhecimento humano pode ser acessado em materiais impressos e que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo solucionar o problema formulado a partir da consulta a esses acervos

informativos. Os autores (2007, p.79) concluem sua ideia acerca da pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica [...] pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

Este projeto coletou informações sobre jornalismo político, webjornalismo, reportagem multimídia e eleições municipais, analisando-os por meio de triangulação, que consiste em cruzar as informações obtidas por várias técnicas. A análise por triangulação, de acordo com Goldenberg (2007, p.63), “tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo”. Os informes coletados foram convertidos em uma reportagem multimídia que foi disponibilizada para acesso no mês de setembro, antecedendo as eleições municipais.

O próximo capítulo apresentará as eleições municipais, visto que é fundamental a ampliação do conhecimento sobre o objeto de estudo.

3 ELEIÇÕES

Este capítulo abordará os processos evolutivos das eleições no Brasil e sua história, além de uma breve explicação sobre a história das eleições em Presidente Prudente.

3.1 História das eleições brasileiras

O direito de votar e ser votado já passou por ampliações, restrições e até foi vetado durante a história do país. A prática do voto no Brasil é realizada há quase 500 anos, e é percorrida desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Segundo Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.8), a primeira eleição noticiada ocorreu em 1532, ainda no período colonial, na qual apenas os homens tinham o direito de escolher quem iria administrar as vilas.

Em 1815, após passar de colônia para império com a vinda da família real portuguesa, movimentos reivindicativos convocaram as cortes a elaborarem uma constituição para o país, que visaria a restauração do monopólio comercial. O Brasil só veio a contar com eleições gerais em 1821 para a escolha de deputados para a corte de Lisboa, nesta época, a influência religiosa dentro da política era expressiva.

Somente em 1821 as pessoas deixaram de votar em âmbito municipal. De acordo com o site da Câmara dos Deputados (2010), “na falta de uma lei eleitoral nacional, foram observados os dispositivos da Constituição Espanhola para eleger 72 representantes junto à corte portuguesa”. Diferentemente das demais épocas da história eleitoral nacional, os homens eram livres, e analfabetos também tinham direito ao voto. Partidos políticos e votos secretos ainda eram inexistentes no país.

Ainda nos tempos de império, o que antes parecia balbúrdia, tornou-se frugal após a declaração da independência.

[...] em 1822, D. Pedro I convocou eleições para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. O sistema utilizado foi o de dois graus: não votavam em primeiro grau os que recebessem salários e soldos; para a eleição de segundo grau, exigia-se decente subsistência por emprego, indústria ou bens. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.17)

Durante este período, a legislação regulamentadora sofreu diversas alterações que, segundo os autores, foram “[...] sistemas majoritários de listas completas por províncias, voto distrital com um deputado por província, com três deputados por província e voto limitado ou de lista incompleta”. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.17)

Outras modificações de suma importância na história do voto no Brasil surgiram por meio da Lei Saraiva, em 1881, que estabeleceu as eleições diretas e instituiu o título de eleitor – substituindo o título de qualificação, de 1875. Em contrapartida, para o site da Câmara dos Deputados (2010), A Lei Saraiva não foi tão eficaz, pois “o novo documento não adiantou muito: os casos de fraude continuaram a acontecer porque o título não possuía a foto do eleitor”.

De outro ponto de vista, Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.23) afirmam que, com a introdução dos votos direto e secreto, a Lei Saraiva trouxe a “[...] reivindicação constante nos jornais, nas ruas e nos debates parlamentares”.

É relevante ressaltar que, segundo os autores supracitados, a lei não aboliu o voto censitário, ou seja, tinham o direito de votar apenas aqueles que comprovassem uma situação financeira satisfatória e pagassem impostos, classificados como ativos. Entretanto, o período seguinte, chamado de Primeira República, que vai de 1889 até 1930, ficou marcado com o regime de controle de votos, no qual o candidato precisava da aprovação de coronéis e governadores, que controlavam a participação regional dos votos abertos.

De acordo com Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.27), o poder durante o período republicano era exercido pelos civis e os militares. De um lado, os civis, representados pelas elites provincianas – São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais – pediam uma República Federativa capaz de ceder extremo poder às unidades regionais. Na outra ponta, os militares se opunham aos civis, e postulavam por um Poder Executivo que trilhasse longe da autonomia buscada pela oposição.

Apesar da República abolir o voto censitário, adotado anteriormente, os dados apresentados por Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.21) apontam que, em 1895, na primeira eleição republicana, os votos só

foram executados por apenas 2,2% da população, tendo em vista o não direito ao voto de analfabetos e mulheres.

Em seguida, já em 1930, levantou-se a bandeira para o movimento de moralização das eleições, que, segundo os autores, foi exatamente o período que despontou o nascimento da Justiça Eleitoral. Segundo o Portal Brasil, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder durante a revolução de 1930 alterou o estado político brasileiro lentamente.

A moralização do sistema eleitoral só começou a partir da Revolução de 1930, que resultou na criação do primeiro Código Eleitoral do Brasil em 1932. Naquele momento, foi instaurada a Justiça Eleitoral, que regulou as eleições federais, estaduais e municipais, criando infraestrutura para organizar a votação, apurar os votos e proclamar os eleitos. Foram introduzidos nessa mesma época o voto secreto e o voto feminino, além do sistema de representação proporcional, em dois turnos simultâneos (PORTAL BRASIL, 2010).

Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.35) corroboram a afirmação de que a Justiça Eleitoral obteve responsabilidade pelos trabalhos de “alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos, bem como o julgamento de questões que envolviam matéria eleitoral”.

Em 4 de maio de 1935, ainda no governo de Vargas, a Lei nº 48 reformulou o Código de 1932 que, segundo Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.38), não foi aplicado devido ao golpe do Estado Novo, em 1937. De acordo com Nicolau (2002, p.7), a primeira eleição pós-independência, realizada em 1824, elegeu 51 legislaturas para a Câmara dos Deputados, a qual foi suspensa mais de 100 anos depois, durante o Estado Novo.

A ditadura desse Estado acabou por extinguir a Justiça Eleitoral, os partidos políticos e as eleições livres, segundo o Portal Brasil (2010). Porém, essa fase no cenário político nacional durou até 1945, quando Vargas anunciou, por pressão populacional, as eleições gerais. Desconfiados das intenções do até então Presidente, opositores e militares deram o golpe, em outubro de 1945, e destituíram Getúlio do poder, sendo esse o fim do Estado Novo.

Já em 1946, a democracia brasileira começou a ser instaurada na base do Governo Dutra, que com a Lei Agamenon, restaurou a Justiça

Eleitoral, o alistamento eleitoral e os pleitos. A nova Constituição surgiu em setembro daquele ano, fazendo a Câmara dos Deputados e Senadores funcionar dentro do Poder Legislativo (PORTAL BRASIL, 2010).

Entre o fim do Estado Novo, em 1945, e o Golpe Militar, em 1964, houve várias trocas presidenciais:

O Brasil teve nove presidentes – entre titulares, interinos e vices que sucederam a presidentes – e passou por alguns episódios que poderiam desembocar em interrupção da ordem democrática. De forma bem simples, pode-se dizer que o movimento que conduziu ao golpe de estado ocorrido em 1964 foi tentado antes em 1951, 1954, 1956 e 1961. Durante esse período, a legislação eleitoral continuou a trazer novos elementos à cena política. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.43)

As eleições gerais voltaram a ser dispensadas no período do Regime Militar que começou em 1964. De acordo com Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.49), esse período determinou a dupla função de “[...] legitimar as decisões do governo, já que, formalmente, existia oposição; e servir como um laboratório eleitoral, no qual a população podia exercer – controladamente – o direito de votar”.

O Ato Institucional nº 1 apresentou alterações à Constituição de 1946 e estabeleceu, por meio do Congresso Nacional, a eleição indireta para a presidência. Em conformidade com os autores, este primeiro Ato:

Determinou a aprovação de projetos por decurso de prazo [...]. Fixou a suspensão de garantias de vitaliciedade dos magistrados e estabilidade dos servidores públicos por seis meses. [...] autorizou o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos em qualquer nível e suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, vedada a apreciação judicial. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p. 51-52)

O AI nº 1 teve vigência até janeiro de 1966. Em seguida, outros atos demarcaram as alterações da política brasileira de acordo com a vontade do próprio regime. Períodos de mandatos, cassações políticas e eleições indiretas foram as primeiras mudanças no cenário governamental.

Também foram instituídos o voto vinculado (obrigatoriedade de o eleitor só votar em candidatos de um mesmo partido), as sublegendas e a alteração de cálculo do número de deputados a serem eleitos na Câmara, sempre privilegiando os estados aliados.

Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) suspendeu a Constituição de 1967, ampliou os poderes do presidente da República e permitiu que ele decretasse o fechamento do Congresso Nacional. (PORTAL BRASIL, 2010)

O Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969, de acordo com Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p.54) “[...] alterou a Constituição de 1967 para possibilitar a pena de morte para os casos de guerra externa, psicológica adversa ou revolucionária ou subversiva”.

Com Ernesto Geisel na presidência, em 1974, a medida política tomada por ele era vista como lenta, gradual e segura, em que aplicou medidas como o fim do AI – 5, fim da censura prévia, restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos, entre outras. Em 1976, a Lei nº 6.339 “barrou o acesso dos candidatos ao rádio e televisão. Os partidos só poderiam apresentar o nome, número, currículo dos candidatos e uma fotografia, no caso da TV”. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.55)

A repressão do Regime Militar começou a cair após a última troca presidencial, quando Ernesto Geisel passou o cargo para João Figueiredo. Governo este que permitiu a lei de anistia, a qual perdoava atos políticos que eram considerados criminosos na época ditatorial e aceitando a reintegração de políticos afastados. Essa lei facilitou o processo de afastamento dos militares do governo brasileiro, além de abrir portas à lei de reorganização partidária em 1979, permitindo o realinhamento das elites políticas para as eleições de 1982. (LIMA JUNIOR, 1999, p.37–38)

Todos os Atos Inconstitucionais do militarismo foram revogados pela Emenda Constitucional nº 11/78, que também demandava a organização dos partidos políticos. Em 1980, a Emenda Constitucional nº15 trouxe novamente ao cenário brasileiro as eleições diretas para governadores e senadores. Além das Emendas, a lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, reafirmou o pluripartidarismo, iniciando um novo período do processo político nacional. Isso fez com que a população fosse às ruas em pedido da redemocratização do país. Com a Emenda Constitucional nº 15 em vigor, Tancredo Neves, o primeiro presidente civil, foi eleito em 1985 por um colegiado eleitoral. (PORTAL BRASIL, 2010)

Ao longo dos anos de 1983 e 1984, o movimento Diretas Já! mobilizou mais de cinco milhões de pessoas que protestaram a favor da eleição direta para o cargo da presidência, de acordo com Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p. 59). Para os autores, um dos objetivos do movimento era:

Pressionar a aprovação da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso. A emenda acabou sendo refutada em abril de 1984, mas o impacto se fez sentir. Em 1985, Tancredo Neves, candidato do partido de oposição ao governo, foi eleito com a ajuda de desertores do partido governista. Isso acabou ocasionando um processo de denúncia de infidelidade partidária junto ao TSE, que a julgou improcedente. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.59)

Quatro anos depois, já em 1988, o Brasil passou por um plebiscito, estabelecido pela Constituição, para definir se o país deveria voltar à Monarquia, como nos tempos da corte portuguesa, ou se seguiria como República com o sistema de governo parlamentar ou presidencial.

Ficou decidido que o presidente, governadores e prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores fossem eleitos por maioria absoluta ou em dois turnos. O mandato presidencial seria de cinco anos, sem possibilidade de reeleição. E o voto tornou-se obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativos para idosos acima de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos. (PORTAL BRASIL, 2010)

Para as mulheres, a Constituição de 88 assegurou direitos importantes como “a existência no âmbito do Ministério da Saúde do Plano de Saúde Integral da Mulher; a multiplicação pelo país de delegacias de polícia da mulher e conselhos estaduais e municipais”. (PINTO, 2001, p.99).

Mais Emendas Constitucionais ainda foram instauradas ao longo dos anos, como o mandato presidencial, que foi reduzido para quatro anos, porém, com direito à reeleição do chefe do Poder Executivo para mais um período de quatro anos, em 1994.

Já no ano de 1997, a Emenda de número 16 estabeleceu aos cargos de prefeito, governador e presidente a possibilidade de reeleição. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.63). Ainda segundo os autores, no mesmo ano, foi estabelecida a Lei das Eleições:

A data das eleições, os cargos que estarão em disputa, os critérios para o reconhecimento do candidato eleito em eleições majoritárias, e ainda, normas sobre coligações partidárias, período para as convenções partidárias de escolha de candidatos, prazos de registro de candidaturas, forma de arrecadação e aplicação de recursos, prestação de contas, pesquisas pré-eleitorais, propaganda eleitoral e fiscalização das eleições; veda determinadas condutas a agentes públicos. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.64)

A definição apresentada pelo site oficial do Tribunal Regional Eleitoral corrobora com os autores acima citados quando esclarece que, após a introdução dessa Lei, são realizadas eleições de dois em dois anos, primeiramente para presidente da República, governador de estado e do Distrito Federal, senador, deputado federal, deputado estadual e distrital. No segundo momento, as eleições são realizadas para prefeito e vereador. De acordo com a “Emenda Constitucional n. 16/97, as eleições passaram a ser realizadas nas seguintes datas: 1º turno: no primeiro domingo de outubro; e 2º turno: no último domingo de outubro”. (SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral, 2016.)

Em seguida, o fim das eleições indiretas trouxe importantes renovações ao cenário eleitoral. A partir deste momento, as discussões políticas distribuíram um forte poder às comunicações sociais, que se tornaram um aliado instrumento aos candidatos.

Os debates televisionados obrigam candidatos a confrontar propostas; o acompanhamento da pesquisa de opinião é feito pelos meios jornalísticos; a imagem dos candidatos e a propaganda eleitoral passam a receber massivos investimentos; as campanhas são planejadas acompanhando a flutuação da tendência da vontade eleitoral. (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p.64)

Já no ambiente da nova democracia, o neoliberalismo de Fernando Collor de Mello o levou ao cargo de presidente, em 1989. O mandato de Collor foi desbancado por uma série de escândalos que tiveram, como consequência, o descontentamento populacional. Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p. 65) discorrem que “[...] o impeachment do presidente [...] foi completado sem violência direta e dentro dos dispositivos legais, substituindo-o no cargo o vice-presidente Itamar Franco”.

Num próximo momento, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva exercem seus mandatos por duas vezes

seguidas. De acordo com os autores supracitados, a partir das eleições de Fernando Henrique e Lula, a propaganda eleitoral adquiriu um espaço cada vez mais virtual e informatizado.

Outro episódio de relevância na história das eleições foi executado em 2005, quando a opinião pública do país foi às urnas para votar a favor ou contra ao Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). A proposta era saber a vontade da população brasileira sobre o poderio de armas de fogo dentro das residências. O referendo deu a vitória a opção que mantinha as armas sob poder da população, tornando esse ato a maior consulta informatizada do mundo (PORTAL BRASIL, 2010).

Nicolau (2002, p.8) discorre que o “sufrágio é universal, pois já não existem restrições significativas que impeçam qualquer cidadão com pelo menos 16 anos de ser eleitor”. Para o autor, a história eleitoral do Brasil passou por diversas fases que contribuíram para o país chegar ao formato da votação atual, capaz de atender todo e qualquer tipo de pessoa.

3.2 História das eleições prudentinas

Segundo texto publicado pelo site oficial da prefeitura de Presidente Prudente, em 1920 a cidade tinha 856 habitantes, sendo 251 crianças. Porém, o município só foi criado em 1917 pela Lei Estadual nº 1798, instaurada apenas em 27 de agosto de 1923.

Além do que foi relatado acima, para uma melhor explicação sobre o princípio político na cidade, Ferri e Castilho (2010, p.6) relatam que Prudente foi Comarca, “expressão de divisão judiciária”, antes de ser dividida politicamente, que começou a funcionar só agora em 2013 e tinha Cardoso Ribeiro, secretário de Justiça, como presidente. “Foram primeiro juiz de direito e promotor, respectivamente, Oleno Cunha Vieira e Amarílio Rocha.” (SANTOS, 1998, p.28). De acordo com Ferri e Castilho (2010, p.6), a Comarca aconteceu “[...] porque a instalação do poder local demorou em face da disputa entre as duas câmaras existentes”, no caso, as de Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes.

Mateo (1965, p.122 apud FERRI; CASTILHO, 2010, p.6) corrobora com a definição de divisão jurídica acima, por meio da explicação de

que “o Município, em seu sentido atual, só surge quando um determinado núcleo de população se organiza juridicamente dentro do quadro estrutural criado pelo Estado a que pertence”, como ocorrido na cidade.

O cenário político de Prudente surgiu junto com seus fundadores: Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes, que criaram as respectivas Vila Goulart e Vila Marcondes, dando início às suas ascensões ao poder. Essa disputa pela liderança gerou, no ano eleitoral de 1923, uma grande incompatibilidade política:

No final do pleito cada um entendeu que havia formado um legislativo, através da escolha de seus vereadores, situação de duplicidade só desfeita mais tarde, com a interferência do judiciário. Foram reconhecidos como vereadores da Primeira Câmara Municipal de Presidente Prudente, Francisco de Paula Goulart, Pedro de Mello Machado, Antônio Queiroz Sobrinho, Luiz Ramos e Silva, Emílio Mori e Ulysses Ramos de Castro. Para ser o presidente, o grupo nomeou Francisco de Paula Goulart, e Pedro de Mello Machado foi escolhido prefeito municipal. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Emílio Mori e Ulysses Ramos de Castro renunciaram ao cargo por razões não explicitadas. De acordo com Santos (1998, p.27) “consta ter sido por excesso de falta às reuniões, se configurando abandono dos cargos”. Os suplentes foram empossados dia 9 de dezembro de 1923: Arthur Rodrigues do Lago, Pedro Freire Gomes e o doutor João de Araújo.

Ao atender o formato de divisão política, em 1923, Prudente ganha a sua primeira Câmara Municipal, que tinha como objetivo a eleição do prefeito. O então escolhido foi Pedro de Mello Machado, por meio dos votos de vereadores que, por sua vez, participavam tanto da parte legislativa quanto executiva do processo (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016).

Um ano após sua posse no Executivo, em 15 janeiro de 1924, Machado renunciou ao cargo e, o então vereador e presidente da Câmara, Francisco de Paula Goulart, tomou posse como prefeito. Ainda segundo o site, em 1926, após o pleito eleitoral, formou-se a segunda Câmara Municipal da cidade, que teve como presidente o vereador Félix Ribeiro da Silva Júnior. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016). Entre esses anos, “o número de vereadores não era suficiente para o volume de problemas que a cidade enfrentava”. Portanto, houve uma eleição para preencher os cargos

vagos na Câmara, os vencedores foram: Joaquim Vieira e Silva, Antônio Uchoa Filho e José Ramos Terra, sendo o primeiro, o presidente da Câmara. (SANTOS, 1998, p.40)

Com a ausência de Goulart, o vice Pedro Freire “tomou posse como prefeito em 1 de setembro de 1924, permanecendo até 11 de fevereiro de 1925”. Posteriormente, assumiu novamente a chefia do executivo em 1 de janeiro de 1926 pelos mesmos motivos anteriores. Um mês depois, Paulo Marcondes, filho do Coronel Marcondes, assumiu a prefeitura pela primeira vez até outubro do mesmo ano. Até o fim desse ano, a prefeitura foi regida por Ulisses Ramos de Castro, eleito por seus pares. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Em relação ao legislativo, Antônio Queiroz Sobrinho substituiu Vieira e Silva em sua função no dia 18 de setembro de 1924. Na segunda Câmara Municipal, Félix Ribeiro da Silva Júnior assumiu a presidência. Em 15 de janeiro de 1927, Max de Barros Weigl o sucedeu. Como houve denúncias no mandato de Weigl, Miguel Brisola de Oliveira passou a ocupar o cargo. (SANTOS, 1998, p.41). Já que era presidente da Câmara Municipal, o ano de 1927 foi marcado pela administração de Félix Ribeiro Junior no Executivo, seguido pela segunda legislatura de Paulo Marcondes, até abril de 1928. Em maio, quem assumiu o cargo até Setembro daquele ano foi Antônio Uchoa Filho. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Coincidentemente, o próximo a governar Presidente Prudente foi Paulo Marcondes, em sua terceira administração, no ano de 1929. A terceira Câmara Municipal, que se compôs em 15 de janeiro de 1929, foi presidida por José Dias Cintra e depois por Antônio Barbosa Sandoval Filho. (SANTOS, 1998, p.41). O sucessor de Marcondes em 1930 foi Francisco Pio Benguela, concluindo seu mandato em agosto do mesmo ano e substituído por José Francisco dos Santos, este último ficou até outubro e deu lugar a Tito Lívio Brasil, o décimo prefeito, que administrou a cidade até abril de 1931. (SANTOS, 1998, p.56)

Presidente Prudente viveu, até 1930, tempos de coronelismo político. Conforme o pensamento de Santos (1998, p.44), os coronéis eram, geralmente, comerciantes com muito dinheiro que conheciam diversas pessoas e assim se tornavam chefes políticos da zona. Com isso, organizavam

eleições, mantinham negócio com autoridades da capital e, se necessário, eliminavam adversário.

As atividades do Legislativo foram interrompidas em 1930, devido ao Movimento Revolucionário que ocorreu naquele ano, segundo a Câmara Municipal. Essa pausa forçada no Poder perdurou por seis anos. Após o fim da interrupção, “o Movimento Revolucionário de novembro de 1937 determinou nova paralisação nas atividades do Legislativo.” (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016). Após esse período, no dia 12 de setembro, a quarta Câmara Municipal foi empossada, com Domingos Leonardo Cerávolo como presidente. (SANTOS, 1998, p.61-62)

O sucessor de Tito foi Luiz Guilherme da Cunha, que governou por quase dois anos e terminou seu mandato em março de 1933. Depois, Lauro Queiroz chefiou a cidade por mais de um mês. “Foi indicado para exercer o cargo de prefeito [...] como um ato de força do interventor de São Paulo que exonerou Luiz Guilherme da Cunha e na mesma data anunciou o nome de seu sucessor [...]” (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Segundo Silva (2000, p.16), nos mandatos de 1933, a cidade era regida pelo prefeito Felício Tarabay, que foi, além de presidente da Câmara de Vereadores por três anos, “[...] subchefe da Casa Civil do governo Adhemar de Barros em 1949 e deputado estadual em 1950, tornando-se um importante articulador do poder político local”. Em 10 de julho de 1934, quem tomou posse da prefeitura foi Olímpio Macedo. A sucessão prosseguiu com a entrada de João Fóz, em sua primeira legislatura, no final deste ano até abril do ano seguinte. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Ainda de acordo com o site da Câmara Municipal (2016), foi prefeito de Presidente Prudente, de 1 de maio a 4 de agosto de 1935, Celso Assumpção. João Fóz voltou ao poder por um ano após o governo de Celso. Em seguida, Bento Fontol Lipel legislou até o fim de 1936. O próximo a assumir o cargo foi Miguel Brisola de Oliveira que conduziu a cidade até agosto de 1938. De “[...] 1930 até 1937, a cidade não elegeu nenhum prefeito em função da Revolução Constitucionalista de 32, cujo vencedor Getúlio Vargas havia fechado os legislativos e ele próprio indicava os prefeitos de cada cidade.” (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Em 1940, a população prudentina já contava com 13 mil habitantes. Dez anos depois, 54 mil pessoas já ocupavam seu espaço no território do município, em conformidade com o site da Prefeitura Municipal (2016). Domingos Leonardo Cerávolo regeu a prefeitura, pela primeira vez, do fim de 1938 a agosto de 1946. Logo depois, o Governo Estadual nomeou para o cargo do Executivo Antônio Sandoval Netto que durou até abril de 1947. Novamente no poder, Felício Tarabay regeu Presidente Prudente até o fim deste ano. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

De acordo com o site da Câmara, Pedro Furquim esteve nos comandos da prefeitura de 1948 até 1951, ao lado de 31 vereadores, sendo Felício Tarabay o então presidente do legislativo. A posse seguinte, do ano de 1952 até 1955, foi sob o comando de Domingos Leonardo Cerávolo seguido pelo vice-prefeito em sua formação, sendo ele Juber Fonseca, que “com a ausência do titular, que se ausentou do País pelo período de 30 dias, [...] assumiu o comando do executivo de Presidente Prudente”.(PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

A gestão Sandoval Netto teve sua segunda administração em 1956. Mário Gracho foi eleito vice-prefeito e, por dois meses, “assumiu a Prefeitura em razão de viagem ao exterior do então Prefeito Antônio Sandoval Netto”. Este último governou até o final de 1959.

De 1º de janeiro de 1956 a 21 de dezembro de 1959, a cidade tinha como prefeito Antônio Sandoval Netto, ao lado do vice Mário Graccho [...] no mesmo dia 1º de janeiro, foi eleito o 18º presidente da Câmara, Juarez Nobre. Em 1º de dezembro de 1956, foi eleito o 19º presidente, Luiz Ferraz de Sampaio, empossado a 2 de janeiro de 1958. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Após a presidência de Luiz Ferraz de Sampaio, segundo a Câmara Municipal, ele assumiu o cargo supremo da prefeitura, em 1960, junto com o vice Hugo Lacorte Vitalle. Em sua sequência, na legislatura seguinte, Florivaldo Leal, ao lado de Watal Ishibashi, assumiu o poder em janeiro de 1964, porém “Leal não concluiu seu mandato, pois foi assassinado dia 21 de dezembro de 1965, pelo servidor municipal Erotides de Oliveira”. Florivaldo Leal foi morto a caminho da inauguração do Cine Ouro Branco a golpes de

picareta e tinha apenas 36 anos, segundo Silva (2015). José Caetano³ conta que antigamente, para trabalhar na prefeitura, não era necessário prestar concurso então “um dos funcionários foi mandado embora pelo chefe por parte de obra, e o cara foi lá e achava que era culpa do prefeito”.

O historiador também complementa que foi chamado um neurologista de São Paulo para atender Leal, pois na cidade não havia nenhum. De acordo com o site da Câmara Municipal, “uma hemorragia interna exigiu que o prefeito recebesse muito sangue. Isso mobilizou toda a imprensa [...]” e , principalmente as rádios, incentivaram a população a doar sangue. “Autoridades, emissoras de rádio locais e regionais se instalaram nas proximidades do Hospital São Luiz, para onde ele foi levado, informando a população sobre os acontecimentos [...]” (SILVA, 2015). De acordo com o site da Câmara Municipal, a mesma passou por diversas mudanças de representantes nos períodos eleitorais seguintes.

Após a morte de Leal, Watal Ishibashi assumiu o cargo de prefeito da cidade e foi favorecido pelo quadro de política nacional, já que o governo militar prorrogou o mandato dos prefeitos eleitos em 1963 por mais um ano. Em seguida, o comando de Prudente passou, pela terceira vez, pelas mãos de Antônio Sandoval Netto, em 1969. Walter Lemes Soares entrou no poder Executivo em 1973. Na sequência, Paulo Constantino administrou a cidade de 1977 a 1981. De 1981 a 1983, o cargo da prefeitura foi ocupado por Benedito Aparecido Pereira do Lago. No meio da década de 80, Presidente Prudente foi governada por Virgílio Tiezzi, que cumpriu o mandato até 1988. Seu sucessor foi, pela segunda vez, Paulo Constantino, até 1992. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

A política prudentina evoluiu de acordo com a história brasileira. O mesmo sistema implantado no resto do país, que regia o controle de votos, também afetou a região do oeste paulista. Na década de 90 Agripino Lima, Ênio Perrone e José Caetano brigavam pelo comando do Executivo. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

De acordo com o jornal O Imparcial (1992), em outubro de 1992, com 38% da votação prudentina, Agripino Lima assumiu o cargo de prefeito no

³ José Caetano Silva. Historiador. Entrevista sobre história da política de Presidente Prudente. 09 ago. 2016.

ano seguinte e permaneceu até 1996. Durante o mandato, segundo a Câmara Municipal (2016), a presidência do Legislativo esteve sob os comandos de João Altino Cremonesi, seguido por Sérgio Roberto Mele e Wilson Portella Rodrigues.

Na eleição seguinte, cerca de 118 mil eleitores votaram em Presidente Prudente e escolheram entre Chiquinho Galindo e Mauro Bragato para administradores da cidade. Segundo O Imparcial (1996), as votações parciais apontavam Galindo como o novo comando do Poder Executivo, mas uma reviravolta no último dia de apuração concedeu a vitória a Bragato, por uma diferença de 4,25% na contagem das cédulas. Na Câmara de vereadores, Wilson Portella presidiu de 1997 a 1998. Em seguida, Dirceu Matheus comandou o Legislativo até os anos 2000. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016)

Em 2000, mais de 131 mil eleitores foram às urnas e a renovação da Prefeitura Municipal contou com Agripino Lima novamente no Executivo. No Poder Legislativo, a eleição foi registrada como a de maior mudança de cargos da história, se comparada aos anos anteriores. Apenas cinco vereadores, dos 19 antes eleitos, foram escolhidos para legislar novamente. (OESTE NOTÍCIAS, 2000)

Segundo o jornal Oeste Notícias (2004), na Eleição seguinte, em 2004, a disputa principal pelo cargo de administração do município estava entre Agripino de Oliveira Lima Filho, que tentava sua reeleição, e Maria Auxiliadora, esposa do ex-prefeito da cidade nos anos de 1977 a 1981, Paulo Constantino. Na briga pelo poder, a candidata ao Executivo entrou com recurso contra o atual prefeito e o acusou por uso irregular de uma máquina fotográfica da Prefeitura e por utilizar servidores municipais para fins eleitorais.

O TRE julgou improcedente este recurso alegando [...] que o que houve foi mera gravação de imagens para veiculação no horário eleitoral gratuito, o que não é vedado pela lei eleitoral, podendo ser feito por qualquer candidato. (OESTE NOTÍCIAS, 2004)

Neste mesmo ano, 144 mil eleitores escolheram o novo prefeito, segundo o Oeste Notícias (2004), e foi Agripino Lima quem obteve a maior parte dos votos de uma maneira marcante na história da cidade.

Por mais quatro anos o prefeito de Prudente Agripino Lima vai continuar no comando do segundo andar do paço Florivaldo Leal. Ele foi reeleito ontem com uma votação histórica: 62.501 votos ou 55,13% [...]. Nas eleições deste ano, o prefeito venceu com folga de seus concorrentes. A segunda colocada, Maria Auxiliadora Constantino, teve 36.321 (32,4%). (OESTE NOTÍCIAS, 2000)

Ainda em 2004, de acordo com a resolução nº 49/13, do Tribunal Superior Eleitoral, foi redefinido o número de representantes a serem eleitos nas cidades, de acordo com o limite populacional. Em Presidente Prudente, o número de vereadores foi reduzido de 19 para 13, quantidade aplicada a partir eleição seguinte. (PRESIDENTE PRUDENTE. Câmara Municipal, 2016).

Com a reforma em execução, a próxima eleição, segundo O Imparcial (2008), apresentou, pela primeira vez na cidade, um debate televisivo entre os candidatos a prefeito Milton Carlos de Mello, João Cláudio da Silva, Ed Thomas e Adriana Rodrigues. Naquele ano, 151 mil eleitores foram às urnas, distribuídas em 44 locais de votação, e elegeram Milton Carlos de Mello e Marcos Vinha como prefeito e vice do município. Em 2012, os mesmos foram reeleitos e continuaram no comando do poder Executivo. (O IMPARCIAL, 2008)

Conforme Mative (2015), no ano de 2012, partidos do Legislativo prudentino tentaram reaver a decisão que fixou em 13 o número de cadeiras ocupadas no Poder. Para os então vereadores, a quantidade de cargos deveria voltar para 19 vagas, como era antes de 2004. “Porém, na época, a presidente da Casa de Leis, Alba Lucena (PTB) negou e manteve a validade da Resolução 309, que fixava em 13.” (MATIVE, 2015)

A mesma tentativa de aumento dos representantes do Legislativo foi realizada em 2015. Segundo o site G1 (2015), em sessão extraordinária da Câmara Municipal naquele ano, o pedido dos partidos foi novamente negado e ficou decidido continuar o número de vereadores em 13, como se dá até atualmente.

Em 2016, conforme O Imparcial (2016), oito candidatos disputaram a prefeitura na cidade de Presidente Prudente a partir de 1º de janeiro de 2017. Apoiado pelo prefeito Milton Carlos de Mello, que se manteve

no poder durante dois mandatos, o chefe do Executivo eleito pelos munícipes foi Nelson Bugalho.

Apenas 1.034 votos separaram o primeiro do segundo colocado. Mas, Nelson Roberto Bugalho (PTB) foi eleito e será o prefeito da cidade a partir de 1º de janeiro do próximo ano. Ele obteve 29,46% dos votos válidos, com o crivo de 33.209 eleitores, e derrotou os outros sete concorrentes nas urnas. (O IMPARCIAL, 2016)

De acordo com Netto e Roberto (2016), o Poder Legislativo sofreu alterações na última eleição devido à retotalização dos votos dos candidatos a vereadores para a legislatura de 2017 a 2020. Nisso, houve mudança das cadeiras de Valmir da Silva Pinto e Eduardo César da Silva Oliveira saíram e foram substituídas por Elza Alves Pereira e Rogério Rufino Galindo Campos, que, pela primeira vez, legislarão. A alteração foi realizada por consequência do deferimento da candidatura de Walmy Geraldo de Almeida, que obteve 425 votos, mudando o cálculo do quociente eleitoral.

Os outros 11 eleitos para o mandato de 2017 a 2020 não sofreram alterações. São eles: Izaque José da Silva (PSDB), Ênio Luiz Tenório Perrone (PSD), Natanael Gonzaga da Santa Cruz (PSDB), Demerson Dias (PSB), Ivan Júnior Lima Barboza (PTB), Mauro Marques das Neves (PSDB), Marcelo Trovani (PSB), Alba Lucena Fernandes Gandia (PTB), José Geraldo de Souza (PSD), Adão Batista da Silva (PSB) e William César Leite (PPS). (NETTO; ROBERTO, 2016)

O prefeito em exercício Milton Carlos de Mello Tupã (PTB) deixará em 2017 a prefeitura, após dois mandatos, para Nelson Bugalho (PSDB).

3.3 Eleições em 2016

O processo eleitoral no Brasil refere-se às fases de organização das eleições, bem como o breve período posterior também. A Justiça Eleitoral (JE) é responsável pelos níveis municipal, estadual e federal. Quando se trata do Brasil, o órgão máximo da Justiça Eleitoral é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e em cada estado existe um Tribunal Regional Eleitoral (TRE). No site do TSE é possível achar a denominação da função da Justiça Eleitoral:

A Justiça Eleitoral organiza, fiscaliza e realiza as eleições regulamentando o processo eleitoral, examinando as contas de

partidos e candidatos em campanhas, controlando o cumprimento da legislação pertinente em período eleitoral e julgando os processos relacionados com as eleições. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. 2016)

Para que o processo eleitoral funcione de maneira correta, é imprescindível a conclusão das etapas: cadastro eleitoral, etapa de candidaturas, prestação de contas e a logística eleitoral. A diplomação dos eleitos vem na pós-eleição.

Mecanismos para garantir a segurança na hora do voto e a liberdade democrática são totalmente relevantes neste processo. A chegada da urna eletrônica para todo o país em 2000 foi uma delas, pois proporcionou a informatização do voto, já que, antes disso, o voto era manual por meio de cédulas de papel. Segundo o site do TSE, “somente entre 1985 e 1986, com a consolidação do cadastro único e automatizado de eleitores, a informatização do voto começou a virar realidade no país”. Santa Catarina foi o primeiro estado a receber um voto computadorizado no segundo turno das eleições presidenciais. Mais tarde, em 1994, foi realizado o processamento eletrônico da urna e a população teve acesso ao resultado das eleições às 23 horas do mesmo dia. Em 1996, com o protótipo da urna apresentado, segundo informações do TSE, “mais de 32 milhões de brasileiros, um terço do eleitorado da época, foram votar nas mais de 70 mil urnas eletrônicas produzidas para aquelas eleições”.

O sistema biométrico só foi adotado em algumas localidades do país em 2008 e, desde então, a JE vem promovendo o uso desse dispositivo no resto do eleitorado brasileiro. O TSE garante que, até 2014 “[...] mais de 23 milhões de eleitores tiveram suas digitais cadastradas por esse sistema” em um eleitorado de mais de 141 milhões de pessoas nesse mesmo ano.

Desde outubro de 2015, um ano antes das eleições municipais, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o calendário eleitoral que confere instruções a serem seguidas por candidatos, partidos políticos, empresas, eleitores e também pelos meios de comunicações. Começando por, no dia 2 de outubro, expedindo que “todos os partidos políticos que pretendam participar das eleições de 2016 devem ter obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral” e que “os que pretendam ser candidatos a cargo eletivo nas

eleições de 2016 devem ter domicílio eleitoral na circunscrição na qual desejam concorrer.” (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2016). De acordo com o site do TSE, com um ano de antecedência, os partidos políticos e seus referentes pré-candidatos já tinham que ratificar documentos de registro que os permitam pleitear e demonstrar que possuem o que a lei chama de moradia, pois como eleitor que também são, os candidatos necessitam se manter fisicamente presente naquele local, comprovando a existência de um vínculo. Isso é obrigatoriedade de qualquer cidadão.

A partir de 1º de janeiro de 2016, por exemplo, o TSE instituiu que as empresas que realizarem pesquisas de opinião pública devem registrar toda as informações previstas em lei até cinco dias antes da publicação dos resultados, bem como vedar publicidades dos órgãos de administração pública “que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito” e distribuição gratuita de bens, benefícios ou valores a não ser em caso de extrema calamidade. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2016)

A apuração da segurança do sistema eletrônico foi realizada no dia 31 de março pelo Tribunal Superior Eleitoral e até o dia 2 de abril, os candidatos que pretendiam concorrer nas eleições 2016 deveriam estar com a filiação aprovada pelo partido.

Já o que se incumbia ao eleitor, que é o foco deste projeto, 4 de maio foi o último dia para o mesmo solicitar inscrição eleitoral, transferência de domicílio, pedir alteração no título de eleitor determinando sua nova residência e, para os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, requerer sua transferência para a seção especial.

No dia das eleições, 2 de outubro de 2016, os mesários já deveriam estar posicionados às 7h30 da manhã. Às 8 horas da manhã, iniciou-se a votação, que só se encerrou às 17 horas. A partir das 17 horas, os boletins das urnas começaram a ser emitidos dando início à contagem e totalização dos votos. Não é permitida, por lei, a entrada na cabine de votação portando máquina fotográfica, telefone celular, “filmadoras, equipamento de radiocomunicação ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto”, podendo ter os objetos retidos pelos mesários, a manifestação coletiva com o uso de camisetas, broches, adesivos, após a votação. Apenas seria

permitida “a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato.” (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2016)

A novidade deste ano é que o próprio TSE disponibilizou um simulador de votação na urna eletrônica, com a finalidade de auxiliar o eleitor, assim como a proposta deste projeto. “O *software* apresenta, para cada cargo, uma lista de candidatos e partidos fictícios [...]. Você poderá navegar pelos partidos usando as setas para a direita e para a esquerda na filipeta de candidatos no alto da página.” O objetivo do simulador é justamente treinar a população para o dia das eleições. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2016).

Em Presidente Prudente, a quantidade de eleitores aptos a votar nas eleições de 2012 foi de 160.790 mil pessoas, porém, apenas 127.213 compareçam a uma das 447 seções eleitorais, segundo o site do TSE. Em relação à faixa etária dos eleitores, também aptos naquele ano, a maioria possuía de 45 a 59 anos, totalizando 40.427 pessoas (25,143% do total), seguido por 33.652 da faixa de 25 a 34 anos (20,929% do total). A minoria, na cidade, ficou por conta dos jovens de 16 anos, que somaram 434 indivíduos, sendo 0,270% do total de eleitores.

Dos prudentinos, 89.517 votaram diretamente no candidato, enquanto 3.107 votaram em branco e 34.589 votaram nulo. Para fundamentar ainda mais o perfil do eleitor prudentino, o TSE disponibiliza o grau de instrução. A maioria possuindo ensino fundamental incompleto somava 29,206% dos eleitores, seguido de 21,753% que possuem ensino médio incompleto e 20,797% ensino médio completo. As minorias são compostas por pessoas que são analfabetas (2,571%), sabem ler e escrever (4,591%) e possuem ensino superior incompleto (5,431%).

Em conformidade com o site do TSE, nas eleições de 2016 houve um aumento no eleitorado de Presidente Prudente e 169.293 mil pessoas votaram na cidade. Também em comparação com as últimas eleições municipais, a faixa etária que mais votou neste ano foi a de 30 a 34 anos, contabilizando 16.600 munícipes (9.81% do total). A minoria, mais uma vez, foram os jovens de 16 anos que somaram 203 pessoas (0,119% do total). O sexo feminino constituiu 53% dos eleitores e o masculino 47%.

Em relação ao grau de instrução, no presente ano, a parte do eleitorado que mais votou possuía, assim como nas eleições anteriores, ensino fundamental incompleto, somando 26,20%, seguido dos que possuem ensino médio completo (23,22%). Compuseram as minorias do eleitorado em 2016 os que são analfabetos (2,47%), os que lêem e escrevem (4,10%) e os que possuem ensino superior incompleto (6,20%).

O capítulo seguinte discorre sobre o jornalismo político, do qual usaremos as técnicas para elaborar a reportagem multimídia.

4 JORNALISMO POLÍTICO

Por abranger temas relacionados à política, é imprescindível que este trabalho contenha um capítulo designado a articular, singularmente, sobre o jornalismo político, sua história e características, além do jornalismo político que transcende o jornalismo.

4.1 História do jornalismo político

O jornalismo político é uma das vertentes do jornalismo especializado. Este aparece em uma sociedade na qual o público se divide por grupos sociais, que possuem seus próprios interesses e procuram por informações específicas. Abiahy (2005, p.5) afirma que “as escolhas individuais prevalecem sobre o engajamento com a coletividade”. Portanto, a autora (2005, p.5) conclui que “[...] faz sentido que a informação procure atender às especificidades ao se dirigir aos públicos diferenciados”. A especialização no jornalismo também colabora para orientar o indivíduo que recebe, diariamente, uma carga exacerbada de notícias sobre temas diversificados. Para Abiahy (2005, p.5) “o jornalismo especializado é uma resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas”.

Em contraponto, Tavares (2009, p.115) reflete sobre o jornalismo especializado possuir três manifestações diferentes, que devem ser analisadas. A primeira é que a especialização pode estar associada aos meios de comunicação, como por exemplo, telejornalismo. A segunda se refere a temas como jornalismo cultural. E a última se associa a união das anteriores, como telejornalismo cultural.

A diferença entre o jornalismo e o jornalismo especializado, de acordo com Abiahy (2005, p.7), é que o jornalismo sempre se preocupou em atingir grandes públicos e unificar a população em torno de uma informação comum. Já o jornalismo especializado considera o público receptor como uma especificidade. O jornalismo político como jornalismo especializado, ainda seguindo a premissa de Abiahy (2005, p.22), “[...] muda completamente de perfil dependendo de quem o aborda e onde é abordado”. Nos veículos de

grande circulação, o caráter do jornalismo político é quase homogêneo, enquanto nos veículos independentes, as publicações variam. (ABIAHY, 2005, p.22)

São quase 200 anos de história política e de evolução da imprensa brasileira, desde o início do século XIX, até os dias atuais. De acordo com Seabra (2006, p.112), o primeiro jornal impresso nacional, O Correio Brasiliense, deu início ao processo do nascimento do jornalismo político do país.

Ao longo destes dois séculos de história, o jornalismo sofreu uma série de adaptações, das quais Seabra (2006) determina como primeira fase o momento no qual a corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro e exerce grande influência na implantação da imprensa. Durante esse período, surgiu o Revérbero Constitucional Fluminense, visto como o primeiro impresso a tratar de assuntos políticos com liberdade.

Ainda na primeira fase, segundo Seabra (2006), “[...] o destaque deve ser dado ao Diário Constitucional, [...] que provavelmente foi um dos primeiros jornais a defender os interesses políticos do Brasil contra Portugal”. Em setembro de 1822, a consumação da Independência trouxe disputas políticas que refletiram na imprensa da época e, como define o autor:

[...] exigia uma imprensa atuante. Entretanto, forças antagônicas [...] forçaram uma guerra ideológica que transformou os jornais da época em verdadeiras trincheiras. Foi um período violento, marcado por agressões físicas a donos de jornais, que do gabinete Andrada e dissolução da Assembleia Constituinte convocada por D. Pedro I. (SEABRA, 2006 p.116)

De acordo com Barbosa (apud NUNES, 2014, p.41), antes da família real vir para o Brasil, as atividades tipográficas e de impressão eram proibidas, portanto, não haviam impressões clandestinas circulando pelo território brasileiro.

Seabra (1999, p.122) aponta o período regencial como seguinte na história do jornalismo político. Segundo o autor, esta fase foi marcada pelo surgimento de novos veículos de jornais impressos e folhas que, em sua maioria, eram agressivos e espalhavam confusão sem respeitar a vida privada de ninguém.

Ainda de acordo com o autor, a imprensa das décadas de 50 e 60 do século XIX sofreu um período de reflexo negativo devido à conciliação e acordo de políticos e elites da época, uma vez que se extinguiram boa parte das informações que eram retratadas. O ressurgimento do jornalismo político ocorreu em 1870 junto com a Guerra do Paraguai e a campanha republicana.

As duas voltam a exigir um jornalismo engajado, menos panfletário do que aquele feito nas primeiras décadas do século, mas com a mesma capacidade de mobilização. É nesse contexto que surgem nomes que marcariam a imprensa e o debate político. [...] fundam jornais que abraçam a causa da libertação dos escravos e, em seguida, da implantação da República. (SEABRA, 2006, p.122)

As próximas décadas, para Seabra (2006, p.123), são marcadas pela junção do jornalismo, política e literatura, “[...] até que uma revolução surgida dentro das redações, já em meados do século XX, fará a separação do que historicamente nunca deixou de andar junto”. Em seguida, surge o período reconhecido como República das Espadas, de 1889 a 1894, o qual passa pelo regime republicano federativo (províncias tornam-se estados), e exige censura da imprensa.

Segundo Nunes (2014, p.42), a consolidação de grande empresa na imprensa acontece a partir do fim da primeira Guerra Mundial, em 1918, quando as atividades jornalísticas passam a ter menos influência dos governos.

Em 1923 é promulgada a Lei da Imprensa que, de acordo com Seabra (2006, p.126), “[...] instalava a censura prévia e responsabilizava diretamente os jornalistas pelas ‘ofensas’ publicadas pelos jornais”. Esta censura atingiu toda a massa de veículos noticiosos por oito anos.

Em meio aos vários segmentos midiáticos voltados à história da imprensa no jornalismo político, para Barreto:

O jornalismo impresso tem especial importância e repercussão na área política, com laços historicamente firmados e legitimados. Acertou-se, ao longo do processo histórico entre jornalismo e política, um elo interativo, num complexo e intrincado sistema de ação e reação que acaba expresso no que chamaremos de atitude noticiosa, ou seja: um relato que objetiva obter repercussão. Aqui, entende-se que o jornal se apresenta como veículo e o jornalismo como a instituição legitimada. (BARRETO, 2006. p. 12)

O auge da imprensa brasileira é vivido, até então, entre 1945 e 1964, com o surgimento da nova Constituição, marcada pelo desenvolvimento social, cultural e econômico que trouxe novas roupagens para os jornais da época, sob grande influência do modelo norte-americano. Para Seabra:

A crônica política alcançaria o grande público pelas páginas da maior revista do país, O Cruzeiro, que em meados da década de 1950 abre duas páginas semanais para análises políticas de Carlos Castello Branco, o Castellinho, apontado por todos os jornalistas como o maior repórter político brasileiro de todos os tempos. (SEABRA, 2006, p.129)

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) censurou novamente a imprensa em 1968, e o jornalismo político sofreu dura opressão neste período. De acordo com Seabra (2006, p.131), foi proibido citar qualquer analogia com aqueles que eram contra esta fase ditatorial. Muitos veículos da época tentaram migrar, mas não resistiram a crise e desapareceram por conta do declínio da cobertura política.

Sibert, Peterson e Schramm (apud MAGALHÃES, 2015, p.98) corroboram com Seabra ao afirmar que a década de 60 se tornou um momento histórico no Brasil, que adotou os Estados Unidos como referência. De acordo com os autores, nesse período, apesar de existir empresas jornalísticas, não havia formação de conglomerados midiáticos:

O discurso liberal clássico confundia-se, afetando inclusive países da América Latina, como o Brasil – que vivia sob uma ditadura militar–, com uma “campanha” norte-americana pela liberdade de imprensa, ao defender o controle privado dos meios noticiosos, orientado pelo mercado ou lucro, com autonomia frente ao Estado e, portanto, capazes de exercer a atividade jornalística plenamente – cuja função essencial seria a prestação de serviços ao sistema político; “iluminar” ou “esclarecer” a audiência; e salvaguardar as liberdades individuais, inclusive em relação a desvios do governo quanto a seus propósitos originais (SIBERT; PETERSON; SCHRAMM apud MAGALHÃES, 2015, p. 98).

Para Albuquerque (2006, p.24), a referência ao modelo americano se prova ainda mais importante, já que, sob alguns aspectos, a imprensa brasileira se encontra mais próxima dele hoje, do que jamais esteve anteriormente.

Com o fim da censura, em 1970, os jornalistas voltaram a falar abertamente sobre o tema e conquistaram liberdade para expressar suas ideias. “O jornalismo político viveria outros momentos importantes a partir de 1985, com a posse de José Sarney, vice de Tancredo Neves. A morte do presidente eleito [...] foi um grande teste para a imprensa política [...]”. (SEABRA, 2006, p.135).

Em 1990, após vencer o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, Collor foi o primeiro presente eleito por meio do voto direto, após o regime militar. Porém, após os primeiros três meses de mandato, surgiram as primeiras denúncias contra o presidente. Collor era acusado de estar envolvido em um esquema de corrupção, juntamente com o seu ex-tesoureiro, Paulo Cesar Farias. Livre da censura do regime militar, a imprensa passou a investigar o caso.

Segundo Azevedo (2010, p.17) a mídia seria um dos principais protagonistas nessa crise política:

O escândalo teve origem na entrevista concedida pelo irmão do Presidente, Pedro Collor, à revista Veja. A partir daí, com os desdobramentos do caso, que se transformaria rapidamente numa crise político-institucional, a mídia, com destaque para os jornais de circulação nacional e revistas semanais, desempenharia um papel ativo na escalada do escândalo através da prática de um intenso jornalismo investigativo que terminou acuando politicamente o Presidente, que, na iminência de ser afastado pelo Congresso, optou pela renúncia. (AZEVEDO, 2010, p. 17)

Joyce Miranda⁴ acrescenta que o campo político passou a dar mais importância para as mídias com a vitória de Collor e também percebeu que “precisaria relacionar-se bem com ele para garantir existência política, pois a população elegeu um candidato de partido político inexpressivo, mas que soube fazer bom uso dos meios de comunicação.”

Mais recentemente, já em 2002, pode-se ver o equilíbrio alcançado pelo jornalismo político durante a cobertura das eleições cujo presidente eleito foi Lula. Para Seabra (2006, p. 136), o comportamento da imprensa perante os candidatos fez deste trabalho jornalístico um modelo a ser

⁴ Joyce Miranda Leão Martins, Doutora em Ciência Política pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Entrevista sobre política e jornalismo político. 25 jun. 2016

seguido, pois via-se um total equilíbrio entre jornalismo e política, e segue como padrão nos anos seguintes.

4.2 Características e considerações sobre jornalismo político

Pode-se dizer que o jornalismo político é dedicado à cobertura de temas, seja nacional, local ou regional, que se refiram a todas as esferas de poder formal na sociedade. Dessa forma, de acordo com Seabra (2006, p.8), a cobertura dessa vertente jornalística “permite um acompanhamento mais crítico, mas também do funcionamento dos partidos políticos, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do seu relacionamento com a sociedade civil”. Para o autor, os principais veículos de comunicação frequentemente possuem espaço relativamente importante voltado para o jornalismo político.

Nos dias atuais, Martins (2011, p.17) relata que, de um modo geral, a grande imprensa, na cobertura política, se preocupa em distinguir, de modo nítido, o que é de caráter informativo do que é de caráter opinativo. Ou seja, por mais que o veículo, em época de campanha eleitoral, apoie designada candidatura, ele tenta manter uma postura imparcial, dividindo o espaço de maneira igualitária entre os principais oponentes, evitando deixar explícita sua preferência.

Não se pode dizer, por exemplo, que a Folha de S. Paulo dirige-se aos progressistas e O Estado de S. Paulo, aos conservadores. Ambos os jornais são assinados ou comprados indistintamente por leitores que se consideram petistas, tucanos, pemedebistas ou liberais, e também por aqueles que não se reconhecem em partido algum ou, simplesmente, odeiam política. (MARTINS, 2011, p.19)

Felizmente, o leitor está mais exigente, e por isso, só transmitir o ocorrido sem nenhuma interpretação não irá satisfazê-lo, até porque, muitas vezes o leitor ou telespectador não possui uma bagagem anterior sobre o assunto publicado, sendo assim, não será capaz de compreender a informação mais recente. (MARTINS, 2011, p.21)

Refkalefsky (p.5) aborda essa mesma questão do jornalismo atual, ao dizer que o problema principal para o jornalismo contemporâneo não é o de conseguir novas informações, mas sim processar os dados dentro de

uma redação, fazer a contextualização, dissecar e explorar os “porquês” dos assuntos abordados. O autor enfatiza que falta o “e daí?” dos fatos apurados.

Sobre as características que a notícia, atualmente, deve possuir, Martins (2011, p.21) ratifica Refkalefsky, ao descrever que na maioria dos casos, a notícia não pode, basicamente, transmitir a informação factual mais recente. Segundo o autor, é necessário qualificar a notícia, além de relacioná-la com outros fatos e avaliar suas causas e possíveis consequências. “Em suma, é preciso entregar aos leitores não apenas a notícia, mas também o que está por trás e em volta da notícia. Dito de outra forma, é preciso explicar, analisar e interpretar o que aconteceu.” (MARTINS, 2011, p.21)

Kotscho (apud RESENDE, 2010, p.5) destaca que o papel da reportagem deve ser a de “[...] fazer com que o leitor viaje junto, o repórter cumprindo sua função primária: colocar-se no lugar de pessoas que não podem estar lá [...]”.

A sociedade, hoje, é bombardeada permanentemente com uma quantidade absurda de informações. Seja pela TV, revista, jornal, internet ou rádio, as notícias chegam até as pessoas quase no mesmo instante em que ocorrem. Na teoria, a sociedade deveria se sentir informada, entretanto, não é o que ocorre. De acordo com a premissa de Martins (2011, p.22), o excesso de informação deixa, muitas vezes, o receptor confuso, e o que lhe resta é interpretar a notícia.

Martins (2011) ainda enfatiza que, quando o jornalista separa o importante do trivial, relaciona os fatos, estabelece as conexões, procura as causas e avalia as possíveis consequências, torna-se possível refletir sobre o que aconteceu e formar uma primeira opinião sobre o assunto. Isso mostra quão importante é, para um veículo, possuir profissionais que saibam escrever notícias interpretativas:

Hoje em dia, muitos jornais estimulam os repórteres a escrever as matérias em um formato em que a notícia não é apenas dada, mas também interpretada. Às vezes, o resultado não é dos melhores, porque faltam ao profissional a informação e a compreensão necessárias sobre o assunto – e aí a interpretação acaba sendo substituída pela opinião ou pelo chute. (MARTINS, 2011, p. 23)

Künsch e Silva (2015, p.18) corroboram com Martins, ao dizer que uma das tarefas primordiais do agir jornalístico é a de orientar o leitor em meio aos muitos fatos do presente, com seus divergentes significados e ângulos possíveis de observação e entendimento, além, é claro, dos múltiplos personagens envolvidos e fontes diversas de informação. “[...] é a função social que o jornalista exerce, uma das mais importantes. Porque, desorientada, a pessoa fica sem rumo.” (KÜNSCH; SILVA, 2015, p.18)

Há algumas décadas, a maioria dos jornais possuía um caráter praticamente partidário e se dirigia a leitores também considerados razoavelmente partidizados. Martins (2011, p.17) afirma que “[...] o leitor comprava o jornal esperando encontrar uma cobertura afinada com seu viés político agudo – ou, pelo menos, não muito distante dele”.

Para o autor, a opinião pública é de extrema importância para o jornalista político, já que possui grande impacto sobre os fatos políticos, principalmente hoje em dia, quando o reflexo da opinião pública atua quase que imediatamente sobre estes acontecimentos. O autor enfatiza a necessidade do jornalista em saber que a opinião pública merece respeito e crítica, porém, ele não deve lealdade alguma a ela.

No entanto, cuidado com a opinião pública. Trate-a com respeito, mas não a reverencie como uma deusa. No fundo, ela não passa de uma velha senhora, volúvel, irrequieta e temperamental, um tanto quanto excêntrica, e muito mandona. Tem bom coração e bons valores, mas é um perigo com sua mania de simplificar as coisas e pronunciar verdades absolutas e definitivas sobre tudo. Todos nós temos uma tia assim. E sabemos que não é fácil lidar com ela e, muito menos, contrariá-la. O melhor é manter certa distância dela. (MARTINS, 2011, p. 35)

Ao falar sobre opinião pública, Fraser (apud AZEVEDO, 2006) analisa a desigualdade comunicativa no caso das relações de gênero, no qual o autor cria duas categorias para diferenciar os sujeitos passivos e ativos no processo de formação da opinião pública. As categorias criadas foram as de “públicos fortes” e “públicos fracos”.

Ainda seguindo a premissa do autor, o público forte é constituído por pessoas que possuem recursos políticos, simbólicos ou econômicos e que influenciem a opinião pública. Já o público fraco, embora também tenha participação na formação de opinião, não possui recursos como os do público

forte. São desprovidos de força para configurar a opinião pública de acordo com seus interesses políticos e sociais, e também não possuem poder de decisão nas esferas políticas e econômicas.

Martins (2011, p.35) afirma que o jornalista precisa ter em mente que sua lealdade é com a sociedade e não com a opinião pública. “[...] a opinião pública é a opinião predominante na sociedade [...]. Não se confunde com a própria sociedade, cujos interesses, objetivos e definições são permanentes e consolidados.” (MARTINS, 2011, p.35). Numa cobertura política, de acordo Martins (2011, p.47), o jornalista tem infinitas abordagens a serem feitas, desde que saiba escolher qual é a melhor para ele. Sobre a facilidade em colher informações, o autor ainda diz que:

São 513 deputados, 81 senadores, mais de 30 ministros, 11 integrantes do Supremo Tribunal Federal, além de uma legião de milhares de assessores, secretários, técnicos, funcionários, amigos, lobistas, curiosos – um mar de gente com informação. Se o repórter de política pescar no lugar certo, com a isca certa e com o anzol certo, voltará para casa todos os dias levando algo para jantar. Não há a menor necessidade de ser promíscuo para chegar à informação. Basta usar a cabeça e ralar. Se alguém é promíscuo, é porque quer. (MARTINS, 2011, p. 47)

Complementando a fala de Martins sobre apuração, Fishman (apud COOK, 2011) expõe que, além dos funcionários públicos, processos governamentais e fontes oficiais como fontes úteis que possam ser citadas, o governo também possibilita que os repórteres saibam quando a notícia acontece, onde eles se situam no desenvolvimento da história, para onde o governo irá depois, e quais são as principais personagens. Ainda segundo o autor, o que é mais produtivo para os jornalistas é focar-se para os autores oficiais que provavelmente discordarão, como democratas e republicanos, congresso e presidente, promotor e advogado de defesa, etc.

Martins explica que a regra principal do jornalista dedicado a política é a de conversar todos os dias com pessoas de todos os tipos, das mais variadas origens e com os mais diversos interesses, “[...] afinal, boa parte da luta política resume-se à disputa entre as diferentes versões do mesmo fato.” (MARTINS, 2011, p.47).

Luiz (2010, p.5) também certifica de que “o profissional da imprensa terá convívio quase que diário com o representante e com os

assuntos relativos aos desdobramentos políticos do país”. O autor ainda comenta sobre a credibilidade do profissional nesse meio, pois o mesmo deve abordar o interesse público e, qualquer tema que fuja a isso, prejudica não só o jornalismo, como a sociedade.

Do mesmo ponto de partida, Chagas (2006, p.159) explicita que “a entrevista é ferramenta essencial nessa busca [...]”, portanto, a cobertura política exige que o jornalista esteja à frente das situações para que consiga obter as melhores notícias.

Frequentemente, acontece de o jornalista não possuir um ponto de partida confiável para a apuração, e sendo assim, de acordo com Martins (2011, p. 49), o primeiro passo a ser seguido é o de reunir uma grande quantidade de informações que lhe permitam chegar mais perto dos fatos. Depois de reunir os dados, o segundo passo é fazer uma triagem do material adquirido, identificando o que é relevante.

Em conformidade com o autor, a regra de conversar com todos deve ser seguida sem restrições:

Conversa-se com qualquer um, desde que ele tenha ou possa ter informação. Caciques ou integrantes do “baixo clero”, gente séria ou vivaldinos, pessoas preparadas ou energúmenos, ministros ou funcionários de carreira, todos têm ou podem ter alguma informação para dar. (MARTINS, 2011, p.49)

O jornalismo político e suas características também migraram, com o advento da Internet, para o meio on-line. A nova forma de difundir informações aumentou não só o campo dos jornalistas, como também do público receptor de notícias. Nesta pesquisa, o estudo sobre jornalismo político na era da web serve como base para a aplicação na reportagem multimídia proposta com a peça prática.

O fato que desencadeou a política nas redes sociais aconteceu em 2008, com a campanha de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos. Castell (apud ÁLVARES, 2011, p.13) aponta a campanha de Obama como a primeira campanha online do mundo. De acordo com Álvares, a campanha ficou marcada pelo uso desbravador do marketing eleitoral, adaptado ao ciberespaço e as novas tecnologias, resultando em ações inéditas de campanha eleitoral.

Ele se apresentou como veículo para a realização das ambições do cidadão comum, convidando-o a se envolver no processo decisório dos diferentes domínios de intervenção pública. O cidadão foi sistematicamente estimulado por essa estratégia de marketing apoiada no discurso da participação. Seu slogan de campanha Yes, we can (sim, nós podemos) é um exemplo disso, na medida em que se trata de uma mensagem de esperança constituída na primeira pessoa do plural, sublinhando precisamente o caráter global e inclusivo da visão política do candidato. (ÁLVARES, 2011, p.23)

De acordo com Borges (2009, p.87), desde 1995 existem webjornais ligados a grandes empresas de comunicação, porém, somente em 2002 que a cobertura jornalística eleitoral na internet ganhou força, adquirindo relevância nas campanhas e se transformando em um fenômeno de comunicação política no país.

Nogueira e Kalil (2010) afirmam que o webjornalismo político é uma “[...] atividade capaz de contribuir para o bom funcionamento da esfera pública e para o aprimoramento da democracia, mesmo considerando que suas rotinas de produção demandam a utilização de alguns filtros necessários [...]”.

Seguindo a premissa de Rubim e Colling (2005, p.13), ambos indicam o poder midiático como ator político e apontam que “o papel desempenhado pela mídia enquanto ator político na contemporaneidade não pode hoje ser desconsiderado em nenhum estudo rigoroso do tema eleições.”, uma vez que o campo midiático introduziu a rede no jeito de se fazer jornalismo político. Sobre essa prática, Nogueira e Kalil (2010) também explicitam que as possibilidades oferecidas pelo webjornalismo [...] “aplicadas a um jornalismo político ético, potencializam sua capacidade de contribuir para a formação e consolidação de uma esfera pública atuante, com claros benefícios para a democracia representativa.”

Acerca da cobertura política no Brasil, Borges (2009, p.106) exprime sua opinião sobre a internet ser usada especialmente por formadores de opinião, além de ser um meio de comunicação significativo, na medida em que seus valores de agenda contribuem para a percepção socialmente compartilhada. Já Silva (2009, p.26) explicita que a comunicação atual da política é a forma de mediação entre ações da esfera política e o seu receptor:

A informação da política atualizada diariamente nas mídias sociais pode funcionar como um dos instrumentos para diminuir a distância entre representante e representado, aumentar o interesse dos cidadãos nas questões públicas e também disponibilizar essas informações à sociedade civil. (BEZERRA apud SILVA, 2009, p.26)

Sobre a atuação dos webjornais no cotidiano da disputa eleitoral, Borges (2009, p.115) afirma que uma eleição presidencial é um fenômeno político caracterizado pelo seu caráter extra-cotidiano, ou seja, não acontece todos os dias, sendo assim, é marcado por periodicidade de ocorrência e está em evidência na agenda política. Borges (2009, p.115) também diz que “[...] quanto mais competitivo o pleito, maior o estímulo à cobertura da imprensa e à expansão noticiosa”. Tal cobertura jornalística dos processos eleitorais, na visão do autor, são aprofundados no espaço digital. “Se esse fenômeno pode ser percebido em meios de comunicação clássicos, ele é ainda mais significativo no jornalismo on-line, cujo traço marcante é a capacidade ampliada de publicação.” (BORGES, 2010, p.115)

Dentre tantas diferenças que permeiam o ambiente on-line e o impresso, a maior se encontra nas potencialidades de informação circulante e na velocidade com que ela será divulgada. Ainda segundo a premissa de Borges (2009, p.118), “webjornais potencializam a estrutura noticiosa que trazem adaptada das versões convencionais”. O autor também aponta que factuais como manifestações durante as campanhas eleitorais ou o eclodir de um candidato na disputa são intensamente aproveitados pela mídia on-line, enquanto o jornal impresso se mantém regular na propagação das notícias. A dessemelhança “[...] está na flexibilidade que os webjornais têm para se desviar da linha editorial e ir além da notícia impressa.” (BORGES, 2009, p.118)

Outra característica que confirma a distinção das duas mídias é a posição da notícia. Conforme o autor (2009, p.121), o posicionamento da notícia na diagramação da página do jornal impresso depende da importância atribuída pelo editor, enquanto no webjornal, no caso das notícias em tempo real, o critério de importância do fato é atribuído, basicamente, pela sua novidade. Sendo assim, os fatos mais recentes são os mais importantes,

embora existam recursos para compensar essa distorção do valor noticioso, como, por exemplo, as chamadas na página inicial do webjornal.

As notícias em tempo real são abordadas por Borges (2008, p.214), que salienta que “frases de efeito e declarações polêmicas tendem a se transformar em uma ou mais notícias, aumentando o espaço dedicado a um candidato”. Tais notícias possuem as características de reação imediata, capacidade ampliada de publicação e notícias inter-relacionadas (repercussão). Um dos exemplos citados por Borges (2008, p.217) que comprova que o jornalismo político na web se utiliza das características acima são as pesquisas de intenção de voto. O autor mostra que a divulgação desses resultados, para o webjornalismo, “motivava um conjunto de notícias relacionadas não somente aos números principais, como também às variações secundárias, usualmente dispensadas ou menos consideradas pelos jornais impressos.”

Para finalizar as diferenças entre os webjornais e os jornais impressos, Borges (2008, p.218) cita qualidades do webjornalismo: “[...] complemento da cobertura do impresso, trazendo detalhes importantes desconsiderados; ênfase na cobertura regional; e exploração de conflitos políticos, dando voz aos atores envolvidos”. O autor, por fim, assegura que:

[...] a capacidade de expansão e exposição dos atores apresentados pelos jornais online é limitada pela capacidade deles mesmos de produzir movimentos políticos concretos e significativos. Por mais permeável que possa ser quanto à vocalização de novos personagens políticos, o webjornalismo está tão referenciado aos fatos quanto a versão impressa. (BORGES, 2008, p. 2015)

Kellner (apud PUDO, 2010, p.20) afirma que o uso dos novos meios de comunicação tornou-se essencial na política contemporânea, segundo o autor, o atual padrão político requer a presença das mídias em qualquer intervenção política. Pudo (2010, p.25) também reforça que as práticas sociais em rede mudam o papel do cidadão sem que ele esteja subordinado a alguma instituição, já que os receptores deixaram de ser passivos e passaram a ser um participante em potencial na construção de discursos públicos, parte importante no campo da política. O autor ratifica esse pensamento:

Com a chegada das redes sociais e seu crescimento a uma velocidade que impressiona, o cidadão tem, portanto, a oportunidade de se manifestar de diferentes formas, seja em sites, blogs, comunidades, fóruns, etc. A nova configuração da esfera pública oferece ao cidadão a chance de publicar material, debater e emitir opiniões acerca de assuntos de interesse público. (PUDO, 2010, p. 25)

4.3 Reflexão sobre o jornalismo político além do jornalismo tradicional

Partindo da premissa das características essenciais do jornalismo, como informar a veracidade dos fatos, ouvir os dois lados da história, buscar novidades, entre outras, Beltrão (2006, p.30) declara que o “jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com objetivo de difundir conhecimento e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum”. Lage (2014, p.20) complementa Beltrão ao afirmar que “o jornalista deve saber selecionar o que interessa e é útil ao público (o seu público, o público-alvo); buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível [...]”

O jornalismo, em si, já traz a característica de informar ao receptor qualquer tema de maneira clara e objetiva, tornando-o compreensível a qualquer público. A experiência vivida pelo repórter e os dados coletados necessitam passar por um filtro, não do conteúdo propriamente dito, mas sim de aperfeiçoamento do mesmo para que seja melhor aproveitado pelo jornalista e por quem consumir a notícia, a qual necessita ser acessível, inteligível, ter caráter explícito e transparente e propor uma reflexão acerca do assunto tratado. Lobo (2013) diz que, mediante ao conglomerado de informações, “[...] cabe ao jornalista interpretá-la, atribuindo-lhe sentido e precisão na produção de um bem intelectual que dê ao receptor a possibilidade de refletir e, também, de interpretar”.

Auxiliar na difusão do conhecimento é também tornar seu entendimento mais simples. O jornalista escreve para o seu leitor, portanto, é nele que o profissional deve se pautar. Lobo (2013) ainda enfatiza que “a absorção da informação calcada na objetividade jornalística esfria as capacidades emocionais e afeta o entendimento do universo particular de uma ocorrência por parte do receptor”.

Apoiado nesses pensamentos, o trabalho se utiliza do serviço na área da política, por isso, vale-se do jornalismo político como base mediante o uso de suas particularidades como interpretação das informações e dos verbetes específicos, conexão com o público a partir de uma linguagem agradável e relação com fontes. A prestação de serviços é intrínseca ao jornalismo por ter caráter social e por possuir, em sua essência, o propósito de servir à sociedade. Portanto, também é presente no jornalismo político, só que neste último, mais aprofundado e pertencente às suas técnicas e características peculiares a tal especialização.

Sobre serviços prestados, Vaz (2008, p.8-9) afirma que “os meios de comunicação de massa utilizam-se do jornalismo para prestar serviços de utilidade pública, muitas vezes, sobre assuntos e temas que fazem parte do cotidiano dos cidadãos”. Ainda em conformidade com o pensamento da autora (2008, p.9), acredita-se que o jornalismo utilitário oferece, principalmente, informes que o receptor poderá precisar naquele instante ou em algum momento. As correntes do pós-jornalismo se baseiam na reinvenção da prática social do mesmo. De acordo com isso, Santana exprime sua opinião sobre:

[...] como um campo que, além de se limitar ao âmbito informativo, possa atuar como um prestador de serviço, cuja produção noticiosa deva ser útil para os cidadãos na tomada de decisões na vida cotidiana, promovendo a práxis pela comunicação de massa, garantindo um avanço na teoria democrática e ampliando o exercício da cidadania. (SANTANA, 2015, p.212)

As informações de cunho de serviço afetam com mais força o destinatário, porque se configuram “[...] como um material útil, prático e que induz o receptor a atuar.” (VAZ, 2008, p.12)

As coberturas políticas de eleições, sejam elas presidenciais ou municipais, causam um intenso alvoroço na mídia, responsável por não só informar, mas também traduzir e analisar as campanhas e as ideologias dos candidatos. E é justamente nessa tradução e análise que surge o foco do projeto, que é o jornalismo político.

Nunes (2014, p.44) afirma que o fato de não esclarecer a notícia interfere no entendimento do receptor, uma vez que o jornalista esquece de interpretar a “quem se destina verdadeiramente sua mensagem e o que ela

significa em relação aos outros acontecimentos do cenário político” (NUNES, 2014, p.44). Nesse campo, de acordo com Luiz (2010, p.5), “o jornalismo tem abertura para atuar como um fiscal do que ocorre na esfera pública e abrir ao destinatário aquilo que é de seu interesse”.

Souza (2006, p.196) comprova ao dizer que “a precisão e a correção no texto do jornalismo político, assim como nas demais áreas, exige que os jornalistas não sejam meros reprodutores de frases”. Torres (2016) acrescenta que falar de política é falar, também, de respeito. “Não podemos aceitar que a política se resuma ao conjunto de acusações seletivas que está pautando as editorias de política atualmente”. (TORRES, 2016)

A importância da escrita bem elaborada e inteligível por parte do jornalista político é apontada por Cruvinel (2006, p.213) como consequência da nova sociedade civil, que é mais ciente de seus direitos políticos, principalmente do direito à informação. Por isso, a sociedade criou um novo relacionamento com a cobertura política e “passou a exigir não apenas mais e melhor informação, mas também informação complementar qualificada, para formação de sua própria opinião”. Matos (2006, p.72) corrobora dizendo que “avanços das tecnologias da informação e comunicação têm sido determinantes para a busca de novas formas de *accountability* nas relações entre o Estado e a sociedade”.

Em conformidade com o crescimento da vontade da população em se embasar em informações de mais qualidade, o grupo usou o jornalismo político para a produção da peça prática, na qual facilitou, para o eleitor, o entendimento das eleições. A preocupação em estudar esse tema vai ao encontro com o pensamento de Galindo (2010), uma vez que o cidadão comum possui “[...] dificuldade em assimilar conceitos, termos e até o funcionamento de órgãos da Justiça brasileira, o que faz esse tema parecer árido e distante do cotidiano.”

Como característica de fatos noticiosos políticos ou reportagens com essa temática, Souto (2011, p.5) alega que esses textos são elaborados e “ [...] incluem a participação de fontes fundamentais [...] cientistas políticos e pesquisadores da área de comunicação e marketing político”.

Os cientistas políticos, como especialistas, mantêm, constantemente, contato com a mídia, mediante os acontecimentos políticos no

país. Em épocas de pleitos, jornalistas procuram fundamentar suas matérias com fontes que sejam acadêmicos e pesquisadores sobre determinados assuntos. Com isso, a notícia ganha veracidade e o ponto de vista de alguém que emite uma opinião embasada em teorias estudadas. O cientista político Antônio Carlos Alkmim⁵ vê a política hoje, noticiada pela imprensa tradicional, como “[...] altamente concentrada, monopolizada, inclusive na mão de algumas famílias, associadas aos interesses de grandes empresas nacionais e internacionais que a mantêm”. Joyce Miranda⁶, afirma, também, que “a existência política, hoje em dia, passa pela mediação da mídia. Por isso, são comuns acordos e conchavos entre atores do campo político e do campo comunicacional”. Alkmim⁷ ainda denota que “este é um traço forte e muito ruim para a liberdade de expressão no país”. Eduardo Duarte⁸, complementa o posicionamento dos veículos de comunicação afirmando que “[...] empresas tradicionais são comunadas com o poder político, então não pode haver notícia sem o comprometimento das relações políticas”. Como consequência disso, a sociedade não fica ciente, realmente, de tudo o que acontece.

Desde 1998, Eduardo Nunomura⁹ participa da cobertura das eleições. Sobre a percepção da política atual nos meios de comunicação, o jornalista expressa sua opinião:

A política que se noticia na imprensa, especialmente no Brasil, privilegia a sua escandalização. Significa que casos de corrupção, desvios, malfeitos e práticas pouco republicanas do jogo político se tornam os assuntos mais recorrentes [...]. O problema de priorizar essa cobertura é que ela tem como consequência o afastamento da população da própria política. Ela passa a se desinteressar, se despolitizar e a considerar que tudo está perdido nesse campo.

José Arbex Júnior¹⁰, jornalista e doutor em História Social, reconhece que o jornalismo político atual não atende às expectativas do

⁵ Antônio Carlos Alkmim, Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Entrevista sobre política e jornalismo político. 10 set. 2016.

⁶ Joyce Miranda Leão Martins, Doutora em Ciência Política pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Entrevista sobre política e jornalismo político. 25 jun. 2016.

⁷ Antônio Carlos Alkmim, Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Entrevista sobre política e jornalismo político. 10 set. 2016.

⁸ Eduardo Duarte, Jornalista e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Entrevista sobre política e jornalismo político. 5 ago. 2016.

⁹ Eduardo Nunomura, Jornalista e professor da Faculdade Casper Líbero. Entrevista sobre política e jornalismo político. 8 ago. 2016.

público, portanto, não cumpre sua função social. “Tecnicamente, está muito bom (qualidade das imagens, layout das páginas impressas, competência tecnológica etc.), mas do ponto de vista do conteúdo, está terrível”. Arbex Júnior¹¹ também reitera essa observação dizendo que a cobertura política não é esclarecedora, uma vez que os grandes meios de comunicação procuram “mocinhos” e “bandidos” em suas notícias e não a informação propriamente dita. A imprensa se tornou preguiçosa, de acordo com Nunomura¹², e totalmente dependente de fontes que possuem interesses. De acordo com Stray (2015), se o jornalismo político se preocupasse com as necessidades das pessoas ele “[...] poderia ser um verdadeiro fator de empoderamento político dos cidadãos”.

Em conformidade com o Stray (2015), a política não se limita, somente, aos governos e aos políticos. “O governo é um dos lugares em que ocorre a política, com certeza. Mas a política é muito mais do que isso: é o conjunto de maneiras pelas quais as pessoas se juntam para exercer o poder coletivamente.” (STRAY, 2015). Através do poder, a população poderia reivindicar seus direitos e adquirir o conhecimento necessário para isso.

Quero que o jornalismo político me ajude a compreender melhor como posso mudar o mundo a meu gosto, agindo com outras pessoas que querem a mesma coisa. Quero que a mudança tenha a ver comigo e com minha comunidade, com nossas aspirações e o que podemos fazer para realizá-las. (STRAY, 2015)

O brasileiro não possui opinião formada acerca dos assuntos políticos, partindo da premissa de Alvares (2010), e conseqüentemente, fica alheio às decisões tomadas pelos políticos que ele mesmo elegeu. Na opinião de Alvares (2010), “muito dessa responsabilidade se deve ao desserviço das nossas grandes corporações jornalísticas e midiáticas”. Além de que, seguindo o pensamento da autora, os jornalistas políticos estão indo para as coberturas despreparados. “É notória a falta de preparo da maioria dos jornalistas políticos de Brasília e do Brasil. Ficamos mais na área do ‘achismo habitual’ do que

¹⁰ José Arbex Júnior, Jornalista e doutor em História Social pela USP (Universidade de São Paulo). Entrevista sobre política e jornalismo político. 5 ago. 2016.

¹¹ Idem.

¹² Eduardo Nunomura, Jornalista e professor da Faculdade Casper Líbero. Entrevista sobre política e jornalismo político. 8 ago. 2016.

numa contribuição mais eficaz para a população” (ALVARES, 2010). Duas principais causas para o desinteresse da população sobre política foram citadas por Rogério Mative¹³, jornalista de Presidente Prudente. O primeiro motivo repassa a crise moral e ética que afeta o país atualmente, fazendo com que o eleitor se afaste dos assuntos políticos e generalize que tudo é ruim. A segunda circunstância é a forma com que esse assunto é abordado pelos jornalistas. Textos pesados, densos e com uma escrita de difícil leitura não são interessantes para o público receptor.

A população, atualmente, se sente mais à vontade para emitir sua opinião no meio on-line. O jornalismo político possui esse feedback tanto nas redes sociais quanto nos próprios sites dos veículos de comunicação. Entretanto, nem sempre quem opina está realmente a par do assunto. Alkmim¹⁴ afirma que “as pessoas estão mais informadas, mas não necessariamente mais formadas, ou com mais conhecimento”. Já para o jornalista Lélío Ramos¹⁵, o interesse pela política tem aumentado na sociedade por causa do jornalismo político na web. A sociedade tem debatido mais pelas redes sociais, como o Facebook, por exemplo. Ramos¹⁶ ainda ratifica sua opinião dizendo que “[...] as pessoas estão decepcionadas, justamente por se interessarem pelo assunto”.

A mídia é a grande chave para o entendimento e esclarecimento de situações e informações políticas, desse modo, esse TCC propôs uma ferramenta jornalística de serviço ao eleitor por meio de uma reportagem multimídia justamente para se utilizar do jornalismo político a fim de elucidar questões comumente abordadas nas eleições municipais, de um modo agradável e simples, que deveriam ser de fácil compreensão pela sociedade. A mesma ideia é compartilhada por Stray (2015), que assegura ser “[...] essencial uma fonte de informação política que ajude a compreender o panorama político, que aperfeiçoe seus objetivos e sua estratégia, que estabeleça uma conexão com pessoas com ideias afins [...]”.

¹³ Rogério Mative, Repórter do Portal Prudentino. Entrevista sobre política e jornalismo político. 18 jul. 2016.

¹⁴ Antônio Carlos Alkmim, Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Entrevista sobre política e jornalismo político. 10 set. 2016.

¹⁵ Lélío Ramos, Repórter da TV Fronteira de Presidente Prudente. Entrevista sobre política e jornalismo político. 22 jul. 2016.

¹⁶ Idem.

Em Presidente Prudente, Ramos¹⁷ comenta que “[...] a cobertura política na cidade poderia ser mais profunda, ir além da eventual divulgação da pauta da câmara de vereadores, resultado de votações e decisões do executivo”. Mative¹⁸ conta que, em período eleitoral, foca, inicialmente, nas necessidades do eleitor, como, por exemplo, os prazos que ele tem que cumprir, o prazo especial para deficientes, como cadastrar a biometria. A jornalista Heloise Hamada¹⁹ conclui que “acompanhar a política é ligar pontos, não esquecer as promessas feitas, fazer um contraponto com as ações presentes, estar atenta aos prazos dados pelos políticos e sempre se perguntar o ‘e daí’ para cada assunto [...]”.

Para que o jornalismo político transcenda o jornalismo tradicional, Nunomura²⁰ comenta que o mesmo precisa ser a busca incansável pela verdade e “jamais poderá prescindir de uma boa investigação, de uma boa checagem, e de contar a melhor história possível ouvindo o maior número de fontes possíveis”. Mative²¹ conta que o jornalismo político pode transcender o jornalismo a partir do momento em que ele se proponha a “ultrapassar o discurso, melhorar na fiscalização, ser um jornalismo investigativo e interrogativo. Falta isso no jornalismo político, perguntar mais, questionar mais, não aceitar apenas o discurso do agente político”.

A profissionalização da política, que força com que o nosso sistema político se torne encastelado e inatingível para uma real representação da sociedade, obrigaria com que o jornalismo político se desvencilhasse da armadilha em que se meteu em anos recentes e passasse a simplesmente fazer jornalismo. (NUNOMURA²², 2016)

Na opinião de Maycon Morano²³, o jornalismo político transcende o jornalismo tradicional em diversos aspectos. O primeiro, no acompanhamento

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Rogério Mative, Repórter do Portal Prudentino. Entrevista sobre política e jornalismo político. 18 jul. 2016.

¹⁹ Heloise Hamada, Repórter do G1 de Presidente Prudente. Entrevista sobre política e jornalismo político. 7 jul. 2016.

²⁰ Eduardo Nunomura, Jornalista e professor da Faculdade Casper Líbero. Entrevista sobre política e jornalismo político. 8 ago. 2016.

²¹ Rogério Mative, Repórter do Portal Prudentino. Entrevista sobre política e jornalismo político. 18 jul. 2016.

²² Eduardo Nunomura, Jornalista e professor da Faculdade Casper Líbero. Entrevista sobre política e jornalismo político. 8 ago. 2016.

²³ Maycon Morano, Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Presidente Prudente. Entrevista sobre poder Executivo e Legislativo. 11 jul. 2016.

dos poderes como “as conversas de gabinete que permeiam e antecedem a nomeação de determinados secretários para as diversas Pastas municipais ou, então, na escolha do próximo presidente da Câmara Municipal e os componentes da Mesa Diretora”. No segundo, que remete à preservação da fonte, Morano²⁴ afirma que “é na fonte segura, e na maioria das vezes oculta, que ‘reside’ o jornalismo político”. O terceiro ponto frisado pelo assessor foi o da apuração pois matérias políticas, como qualquer outro gênero, necessita de profunda apuração e de ouvir os dois lados da história. O último aspecto é o texto.

As terminologias próprias do ambiente político e principalmente a contextualização – esta, possível apenas quando o jornalista acompanha o ambiente e sabe o que está ocorrendo nos bastidores. É preciso que o repórter conheça termos como “edilidade”, “primeiro e segundo turno”, “chefes de Pastas”, “alcaide”. (MORANO²⁵, 2016)

Todos os setores do jornalismo necessitam manter uma postura ética, portanto, o jornalismo político, como qualquer outro gênero que afeta diretamente a vida das pessoas, na opinião de Arbex Júnior²⁶, “deveria reafirmar os seus compromissos com a ética, com a busca da verdade, com uma visão comprometida com a busca do equilíbrio, da seriedade e da profundidade da informação”. Na opinião de Mative²⁷, o jornalismo político “pode se tornar uma arma muito perigosa por uma simples palavra colocada num texto”.

O jornalismo político, na visão de Ramos²⁸, ensina a apurar os fatos corretamente, investigando-os, desconfiando de toda informação e, principalmente, não voltando com dúvidas para a redação. A experiência em cobrir pautas políticas comprovou, para Ramos²⁹, a necessidade da tradução da informação com o intuito de atingir a sociedade em geral. Ramos³⁰ confirma que “como jornalistas, temos que fazer a informação ser entendida pelo maior

²⁴ Maycon Morano, Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Presidente Prudente. Entrevista sobre poder Executivo e Legislativo. 11 jul. 2016.

²⁵ Idem.

²⁶ José Arbex Júnior, Jornalista e doutor em História Social pela USP (Universidade de São Paulo). Entrevista sobre política e jornalismo político. 5 ago. 2016.

²⁷ Rogério Mative, Repórter do Portal Prudentino. Entrevista sobre política e jornalismo político. 18 jul. 2016.

²⁸ Lélvio Ramos, Repórter da TV Fronteira de Presidente Prudente. Entrevista sobre política e jornalismo político. 22 jul. 2016.

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem

número possível de pessoas”. Essa área do jornalismo permite ao profissional um conhecimento e um contexto que o leitor não possui, portanto, Mative³¹ explica que é importante nas notícias com verbetes complexos que “[...] se possível, a gente faça a mudança da palavra para um sinônimo que seja de entendimento de todos.”

Por fim, fica claro, neste subcapítulo, que para o jornalismo político transcender o jornalismo tradicional, deve-se dominar uma série de técnicas, a maioria delas atinentes ao próprio jornalismo em si, mas com maiores profundidade e exigência de conhecimento da área pelo profissional que executa a pauta, tais como apuração minuciosa, acompanhamento crítico do fato, tornar-se agente fiscalizador, saber distinguir a informação da opinião, aprofundar entrevistas, elucidar dúvidas técnicas, manter e selecionar fontes que auxiliem na compreensão do fato ou na informação de fato novo, ter repertório do setor – como história oficial e política da cidade, estado ou país; ou ainda domínio dos funcionamentos e trâmites dos setores Executivo, Legislativo e Judiciário – e principalmente utilizar-se de tudo isso para construir e transmitir informações de maneira inteligível para o melhor aproveitamento da notícia pelo público.

³¹ Rogério Mative, Repórter do Portal Prudentino. Entrevista sobre política e jornalismo político. 18 jul. 2016.

5 WEBJORNALISMO

Para dar maior compreensão ao projeto, o capítulo atual tem como princípio apresentar o surgimento da ferramenta Internet, que será fundamental no desenvolvimento da peça prática. Além disso, serão apontados os conceitos, características e utilidades do webjornalismo.

5.1 Surgimento da Internet

A rede mundial de computadores, ou simplesmente Internet, surgiu em meio à Guerra Fria, na década de 60. Devido ao lançamento do satélite espacial Sputnik, por parte da União Soviética, os norte-americanos desenvolveram a Advanced Research Projects Agency (ARPA), agência ligada diretamente ao sistema de defesa americano, que tinha como objetivo a criação de estratégias militares, por meio de evolução tecnológica, para manter o sistema de comunicação do Pentágono ativo em caso de ataques nucleares inimigos. (PINHO, 2003, p. 21).

Dessa forma, de acordo com Dancosky e Renó (2014, p.3), a ARPA criou a Advanced Research Projects Agency Network (Arpanet), um sistema operado em quatro computadores ao redor dos Estados Unidos, que tinha o objetivo de facilitar a passagem de informações dentro do núcleo militar do país. Pinho (2003, p.25–26) também acrescenta que, durante seu crescimento, a Arpanet teve seus servidores desenvolvidos dentro de universidades, que gerou aumento de sua capacidade de conexão e, conseqüentemente, levou esse avanço tecnológico a países mais distantes, como Noruega e Inglaterra, no início da década de 1970.

Segundo a premissa de Ferrari (2010, p.15), a Agência de Comunicação e Defesa dos Estados Unidos ganhou o controle da Arpanet em 1975, com a missão de possibilitar uma comunicação mais fácil com o Departamento de Defesa do país. Em virtude dessa estratégia, o desenvolvimento do tráfego de dados cresceu de forma exponencial e acarretou a divisão da Arpanet em Milnet, para fins militares, e a nova Arpanet foi instaurada com intenção de pesquisar. Pinho (2003, p.28) esclarece sobre essa divisão quando diz que a nova Arpanet começou “progressivamente a ser

chamada de Internet”. Pinho (2003, p.28) ainda explica que houve problemas na conectividade até 1983, e que “a conexão com qualquer máquina na Arpanet exigia o prévio conhecimento do seu endereço de rede”.

Já nos anos 1990, grande parte do mundo tinha a possibilidade de se conectar à rede mundial de computadores. Dessa forma, as operadoras de telefonia passaram a comercializar provedores de rede, o que acabou desenfreando o acesso. Devido ao uso exacerbado da Internet, muitas informações se perdiam, e por isso criaram-se ferramentas para facilitar a busca. (PINHO, 2003, p. 31-32).

Ferrari (2010, p.16) aponta que, concomitantemente aos investimentos em hardwares e softwares para os computadores da época, por parte das universidades, um grupo de pesquisadores “[...] criava silenciosamente a World Wide Web, baseada em hipertextos e sistemas de recursos para a internet”.

A World Wide Web (WWW) foi concretizada em 1991 pelo engenheiro Tim Berners-Lee e se tornou uma ferramenta imprescindível no uso de busca e organização de informações na rede. Pinho (2003, p.33) cita que a WWW possui três características: protocolo de comunicação HTTP, linguagem e descrição de páginas HTML e método de identificação de recurso URL.

O Hypertext Markup Language (HTML) é o alicerce do conteúdo de cunho multimidiático, ou seja, texto, áudio, vídeo, imagens e animação. Com fácil acesso, permite a criação de documentos que sejam voltados à visualização dentro da rede.

O Hypertext Transport Protocol (HTTP) é o protocolo que proporciona a interação entre servidores ou programas, e permite a transferência de dados que estejam relacionados ao próprio WWW. O HTTP também possibilita que o usuário se desloque através de conteúdos e documentos disponibilizados no WWW.

Por fim, o Uniform Resource Locator (URL) é o meio pelo qual se localiza e identifica um serviço da rede, o qual permite o acesso ao mesmo.

Com todas essas características presentes na ferramenta que definiria a busca na web, o crescimento da Internet foi inevitável. Em 1996 já existiam 56 milhões de usuários, além dos mais 20 milhões de computadores

conectados em 1997, número que passava dos dois milhões em 1993 (FERRARI, 2010, p.17).

Seguindo ainda o princípio de Pinho (2003, p.39), a internet brasileira entrou em vigência comercial somente em 1995. Aquele ano também foi marcado pelo início do jornalismo integrado à rede com jornais, como a Folha de S. Paulo.

5.2 Características do webjornalismo

Antes de analisar o surgimento e as características do webjornalismo, presentes no projeto, é necessário diferenciar jornalismo on-line de webjornalismo. Neste segundo termo, existem características imprescindíveis como a utilização de ferramentas da Internet voltadas a hipertextualidade, interatividade e multimídia. Já a terminologia de jornalismo on-line, deve ser considerada mais simples, e pode ser apenas a publicação, na internet, de um conteúdo produzido em outras plataformas, como rádio, TV ou jornal impresso, não sendo criada necessariamente para a web (DANCOSKY; RENÓ, 2014, p.3).

Com essa diferenciação, torna-se possível explicar os conceitos e a origem desse segmento jornalístico. A partir da criação do WWW por Tim Berners-Lee, o conteúdo dos jornais se potencializou para a rede. Só em 1994 já existiam cerca de 60 jornais com páginas na web (MOHERDAUI apud DANCOSKY; RENÓ, 2014, p.4). Um ano depois, o Brasil seguia a tendência mundial e lançava seus primeiros jornais. A primeira grande cobertura foi realizada pelo Jornal do Brasil e lançada em 28 de maio de 1995. O jornal se manteve no ar até 31 de agosto de 2010. Além dos jornais, houve a criação de portais de notícias, como o UOL, que transmitiam a informação em tempo real. Toda essa evolução gerou mudanças, inclusive na busca por fontes, já que 80% das redações ficaram dependentes de buscas on-line para suas histórias (PRADO, 2011, p. 20-21).

Entretanto, o que foi apontado até agora pode ser considerado como jornalismo on-line, ou web 1.0, definida por Prado (2011, p.182) como a geração da publicação, sites, e-mails, fóruns, chats, etc. A autora enfatiza ainda que a segunda fase, descrita como web 2.0, foi a mesma que lançou ao

mundo o webjornalismo, pois nela era possível a expansão dos meios multimidiáticos, hipertextualizados e interativos.

A segunda geração de serviços on-line caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços web, linguagem Ajax, web syndication etc), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador (PRIMO apud PRADO, 2011, p.183)

O webjornalismo acabou por englobar todas as outras plataformas midiáticas jornalísticas. Isso só foi possível devido ao seu formato multimidiático, que deve ser explicado a partir de todas as suas características, presentes no atual projeto, sendo elas, hipertextualidade, multimidialidade, interatividade, instantaneidade, perenidade e *webwriting*.

5.2.1 Hipertextualidade

Conforme afirma Moraes e Jorge apud Canavilhas (2014, p.5), a hipertextualidade tem como função organizar qualquer formato de texto, unindo-os para que haja compreensão. O próprio Canavilhas (2014, p.4) explica hipertextualidade como uma maneira de entrelaçar blocos de informação, por meio de hiperligações chamadas de *links*.

Rodrigues (2014, p.24) ressalta que a definição de link é tudo que faz o texto ser diferente de hipertexto, além disso, também é o que torna possível a navegação em meio à rede.

Dentro do contexto de hipertextualidade, a forma como ela é conduzida, voltada ao conteúdo das próprias produções textuais em si, é relevante para o entendimento da mesma. Dancosky e Renó (2014, p.11) explicam que, qualitativamente, é possível explorar onde o usuário é levado pelos *links*, se esse conteúdo é aprofundado ou não, e até mesmo se existe a não linearidade da exploração, para que o usuário possa se aprofundar da maneira que desejar.

Por meio dos *links* também é possível que o usuário escolha por onde irá navegar e qual bloco de informação vai acessar, deixando a

hipertextualidade com característica descentralizada, o que torna mais espontânea e fluída a navegação (CANAVILHAS, 2014, p.6).

Dentro dessa navegação espontânea, pode-se afirmar que não existe uma maneira definitiva de se arquitetar como um bloco de informações chegará ao internauta. Autores apontados por Canavilhas (2014, p.10-13) defendem a ideia da clássica pirâmide invertida, usada em redações tradicionais. Já outros preferem modernizar e criar esquemas, voltado ao próprio webjornalismo, como a técnica proposta pelo autor em formato de pirâmide deitada, que consiste em níveis ou camadas de informações ligadas por meio de *links*, permitindo que o usuário navegue da forma que achar conveniente, valorizando a liberdade de leitura do indivíduo.

O autor propõe que a notícia web tenha quatro níveis de leitura: a) Unidade Base: resumo do acontecimento; b) Explicação: liga-se ao primeiro nível por uma só hiperligação e completa a informação essencial sobre o acontecimento; c) Contextualização: oferece mais informação sobre cada um dos aspectos fundamentais da notícia, desenvolvendo a informação apresentada nos níveis anteriores; d) Exploração: procura estabelecer ligações com outras informações existentes no arquivo da publicação ou em sites externo. (CANAVILHAS, 2014, p.14)

5.2.2 Multimídia

A multimídia sempre esteve presente na vida humana. É correto afirmar que a maneira de comunicação desenvolvida ao longo das eras é de fato multimídia por causa dos sentidos de visão, olfato, tato, paladar e audição. Conforme aponta Salaverría (2012, p.25), a raça humana desenvolve maneiras de interação multissensorial desde a sua concepção.

Assim, o conceito de multimídia no jornalismo é muito mais do que uma simples transmissão de informações combinadas de vídeo, foto, áudio, texto. Para Salaverría (2014, p.26), multimídia não possui um conceito completo e definido, pois abrange diversos aspectos em determinadas ocasiões. O que se pode confirmar são três ações essenciais dentro desse campo: a multiplataforma, a polivalência e a combinação de linguagens.

A multiplataforma é como o meio jornalístico articula sua informação, baseada nos formatos em que ela pode se encaixar e em como ela

deve ser transmitida ao usuário da internet. Tudo isso para atingir um resultado de forma conjunta, como destaca Salaverría (2014, p.26).

A polivalência, como característica, está relacionada diretamente ao jornalista. Conforme explica Ramón Salaverría (2014, p.27), o jornalista polivalente é aquele que se adapta aos novos formatos digitais da profissão, capaz de produzir conteúdo em qualquer plataforma midiática. Isso se deve às convergências das redações que demandavam evolução tecnológica. Como complemento, Ferrari (2010, p.40) discorre acerca do jornalismo na era digital e o jornalista inserido nesse meio:

Os desafios do jornalismo digital estão relacionados à necessidade de preparar as redações, como um todo, e aos jornalistas em particular, para conhecer e lidar com essas transformações sociais. Além da necessidade de trabalhar com vários tipos de mídia, o jornalismo multimídia precisa desenvolver no repórter, uma visão multidisciplinar, com noções comerciais e de marketing.

Salaverría (2014, p.28) ainda subdivide a polivalência em três categorias, sendo elas polivalência midiática, temática e funcional.

A categoria midiática remete ao jornalista que exerce sua função para vários meios distintos. Isso se deve ao fato de empresas jornalísticas possuírem diferentes recursos para passar a informação. A categoria temática acaba sendo a mais utilizada, já que define que o jornalista trabalhe sem especialização informativa, ou seja, determina que o profissional saiba de toda a área de trabalho, o que é muito comum em redações menores. A polivalência funcional remete ao jornalista mais completo, que trabalha dentro e fora da redação, e também edita, por isso é o jornalista mais comum no mercado atual.

Por fim, existe a última ação no campo da multimídia denominada como combinações de linguagem. De acordo com Salaverría (2014, p.29), essa combinação é como o termo básico de multimídia, apontado no início desse tópico. Ela engloba os meios de transmissão para divulgar uma informação.

Referimo-nos à sua interpretação como combinações de linguagens ou formatos – texto, som, imagem, vídeo.... Esta terceira aceção de multimédia é a mais usual e, de facto, a única que consta no dicionário da Real Academia Espanhola (RAE). Para esta instituição, o adjetivo “multimédia” designa aquilo que utiliza conjunta e simultaneamente diversos meios, como imagens, sons e texto, na transmissão de uma informação. (SALAVERRÍA, 2014, p.29)

Depois da explicação de como a multimídia deve trabalhar, é necessário expor quais são os elementos usados e que estão presentes nesse atual projeto. Salaverría (2014, p.33) aponta oito elementos que remetem diretamente aos sentidos humanos.

As ações e elementos presentes na multimídia são, segundo Ferrari (2010, p.50-51), uma forma de exploração de recursos para buscar novas formas de histórias a serem contadas e extraídas da sua melhor maneira.

5.2.3 Interatividade

A interatividade merece destaque não somente no webjornalismo, mas em todo o campo da profissão. Pois, assim como a Internet vai além do jornalismo que a utiliza como ferramenta de trabalho, a interatividade transcende o jornalismo digital e atinge todo o meio em que pode ser aproveitada (ROST, 2014, p.53).

Além disso, a interatividade ganhou forças com o avanço tecnológico. Segundo Prado (2011, p.185-186), as mídias tradicionais não davam um espaço amplo para que houvesse ligação entre redações e leitores. O jornal impresso, por exemplo, se limita à seção de cartas. Na TV e no rádio, a programação contínua deixa a interatividade a mercê de telefonemas ou escolha de programação, por meio de troca de canal. Com a chegada da web 2.0, o internauta foi inserido e pôde participar da produção do próprio conteúdo com o envio de fotos ou comentários que acrescentassem informação, deixando assim o jornalismo mais amplo.

De acordo com Rost (2014, p.55), este formato de interatividade pode seguir em dois ramos. Um chamado de interatividade seletiva e o outro de interatividade comunicativa, ambos significam a relação do usuário com o conteúdo ao qual é exposto. A interatividade seletiva remete apenas à seleção de conteúdo. O usuário tem a capacidade de controlar tudo o que recebe e pode alterar o foco quando bem entender, mas não tem a opção de ajudar na produção do conteúdo ou emitir opinião. Diferente da interatividade seletiva que foca na recepção, a interatividade comunicativa está ligada à produção e compartilhamento do conteúdo, como explica Rost:

A interatividade comunicativa representa as possibilidades de comunicação e expressão que o utilizador tem entre os conteúdos do meio. Por meio destas opções interativas, o leitor procura dialogar, discutir, confrontar, apoiar e, de uma forma ou de outra, entabular uma relação com outros (comunicação). Em outras ocasiões, apenas pretende expressar uma opinião individual ou dar uma informação mas sem procurar deliberadamente uma resposta ou um contacto bidirecional ou multidirecional com outros indivíduos (expressão) (ROST, 2014, p.56)

Para Dancosky e Renó (2014, p.10), além dos elementos básicos como enquetes, votações, ligações, comentários etc., a interatividade tem como objetivo fundamental o compartilhamento de notícia, pois esse é um ato interativo que existia analogicamente e hoje é potencializado pelas ferramentas das redes sociais.

A interatividade também é vista como uma peça de retorno para Rodrigues (2014, p.11). Um site, seja ele noticioso ou de qualquer outro gênero, só tem o conteúdo fortalecido se o usuário trafegar por ele, ou seja, se existir interação constante, o sucesso de um site é construído.

Voltando à premissa de Rost (2014, p.72), é necessário dizer que a tendência da interatividade também pende para as redes sociais, afinal, não são apenas ferramentas básicas do jornalismo. Elas possibilitam a criação de interação em notícias, por meio de um ambiente novo, o que torna a participação do usuário mais ativa.

[...] as redes permitem ampliar o espectro de possibilidades tanto a nível de seleção como de comunicação. Os meios de comunicação social adicionaram conteúdos ao Facebook e Twitter, incorporaram estas plataformas às suas próprias páginas e estão a utilizá-las inclusivamente como forma de registo de utilizadores para os comentários. No entanto, não é habitual pensá-las como plataformas independentes, com um poder narrativo e interativo próprio, mas que as subordinam à difusão dos seus sítios web (ROST, 2014, p.75).

5.2.4 Instantaneidade

Diante da característica de novidade para notícia, a velocidade é fundamental para a publicação de um fato. Bradshaw (2014, p.111-112) afirma que o jornalismo sempre competiu pela informação disseminada com mais

velocidade, e graças ao avanço tecnológico, as ferramentas atuais permitem tal ato.

Bradshaw (2014, p.112) trata da instantaneidade em três aspectos chave: consumo, publicação e distribuição. De acordo com o autor, o aspecto de consumo se define, nos dias de hoje, pela quantidade de informação em excesso absorvida pelo usuário da rede. Isso se deve por efeito do compartilhamento vindo da interatividade ou da própria hipertextualidade, que geram uma corrida contra o tempo, por parte das empresas jornalísticas, para lançar a informação o quanto antes. (BRADSHAW, 2014, p.113)

Já a publicação merece destaque a partir da sua evolução histórica:

Historicamente, os processos de produção de notícias têm sofrido restrições por limitações físicas – os repórteres tinham de recolher informação para a estória, escrevê-la ou editá-la em algum tipo de unidade de produção e, então, passá-la para outros que a reeditavam, diagramavam, programavam, imprimiam e distribuíam. Cada estágio dependia do trabalho realizado na etapa anterior. Era como uma linha fabril, com planilhas e prazos de entrega visando entregar o produto na hora determinada. (BRADSHAW, 2014, p.115)

Com a chegada das ferramentas de web 2.0, Bradshaw (2014, p.115-116) aponta que a maneira de monetizar os lucros ficou mais fácil. O problema surge a partir do momento em que essa produção deve ser elevada, fazendo com que jornalistas se adaptem e se tornem polivalentes.

A instantaneidade de distribuição é avaliada pelo meio em que será entregue a informação, como explica Bradshaw (2014, p.117-188), ao dizer que uma mídia convencional, como TV ou rádio, pode dar uma notícia no acontecimento do fato, entretanto, é necessário que um aparelho esteja ligado. Já com o webjornalismo, esse fator é diferente e permite que a própria rede leve a informação da maneira que o usuário deseje receber, aprofundada ou não, e também não depende das coberturas dos meios tradicionais. Isso significa que a instantaneidade de consumo está ligada diretamente a de distribuição para dar maior gama de possibilidades ao receptor, para que ele determine como deseja adquirir a informação.

[...] a velocidade precisa ser complementada com a profundidade que as pessoas estão dispostas a pagar, seja diretamente por assinaturas e doações, ou indiretamente, via eventos ou filantropia. Como é frequente se ouvir em discussões sobre a nova tecnologia: não é como ter a escolha entre uma coisa e outra, mas sim a habilidade de escolher e combinar velocidade e profundidade no tempo correto com o objetivo certo (BRADSHAW, 2014, p.134).

5.2.5 Perenidade

Outro aspecto fundamental dentro do webjornalismo é a memória ou perenidade. Fator que, assim como as outras características citadas nesta pesquisa, deve ser considerado como um recurso de mídia tradicional que se adaptou ao ambiente digital (REGES, 2010, p.49).

Palacios (2014, p.89) aponta que a perenidade começa na pré-história, quando o homem sentiu a necessidade de gravar suas ações nas paredes das cavernas. A perenidade só evolui a partir do avanço tecnológico com a escrita e meios convergentes de multiplataforma atuais, o que possibilitou a externalização da memória.

O autor complementa esta afirmação ao dizer que não se pode comparar história com memória, já que história é a reconstrução incompleta de um fato, que por sua vez, se torna problemático e não existe mais. “Memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado.” (SODRE apud PALACIOS, 2014, p.90).

A memória tem como necessidade ser exposta para que não se torne história. Sendo assim, a externalização só é possível por meio de operações não naturais, como criar arquivos, atas, eventos, celebrações, etc. (NORA apud PALACIOS, 2014, p.91).

Mediante a diferença entre história e memória, é possível observar que, por intermédio das reconstruções, o jornalismo possui aspecto de história. Entretanto, em sua totalidade, é memória, pois somente desta maneira pode ser concretizado para se tornar notícia (PALACIOS, 2014, p.90–91).

O jornalismo se utiliza da memória para criação do próprio conteúdo, usufruindo da mesma como ponto de referência de acontecimentos presentes e relacionando-os ao passado. Com isso, se utiliza também de analogias ou até mesmo de formas para atingir a nostalgia.

Conseqüentemente, a memória foi facilitada dentro do jornalismo com o avanço tecnológico permitido dentro da web, transformando-se em uma questão de algoritmos e buscas automatizadas. (PALACIOS, 2014, P. 93)

A questão de algoritmos e buscas automatizadas é representada, para Reges (2010, p.50) como banco de dados na web. Palacios (2014, p.95) confirma dizendo que mídias tradicionais do jornalismo, como rádio, TV e impresso, mantêm seus bancos de dados ou suportes em modelos físicos. Ainda seguindo a premissa de Reges (2010, p.51), a vantagem do banco de dados digital não é somente a maior possibilidade de armazenamento por um custo menor, e sim as modificações que podem ser feitas no jornalismo para a internet. Além disso, permite uma melhora do sistema de obtenção e produção de informações e, também, na difusão das mesmas.

Palacios (2014, p.96) conclui esta ideia afirmando que a digitalização dos arquivos físicos possibilita uma maior gama de recursos disponíveis no momento da produção jornalística, além de garantir o fácil acesso à pesquisa.

A memória trabalha em conjunto com outras características do webjornalismo. Na questão da interatividade, por exemplo, é permitido que o usuário possa investigar aspectos históricos ou memorialísticos dentro do próprio *site*. A hipertextualidade pode até mesmo ajudar neste sentido, quando *links* são anexados à matéria presente, chamando para conteúdos passados que sejam complementares. A memória também pode modificar o formato da narrativa jornalística, como já citado antes, isso significa diferentes formatos como áudios, vídeos, fotos, textos, etc. (PALACIOS, 2014, p.97)

5.2.6 Webwriting

As características citadas nos subcapítulos anteriores corroboraram a existência de uma maneira de se escrever para a internet, que se utiliza de técnicas que promovem uma comunicação direta, clara e apta para ser consumida pelo webjornalismo e seu público, principalmente o conceito de multimídia, que alinhou os diferentes formatos midiáticos com a finalidade de aprofundar a notícia. Dessa forma, nasceu a preocupação de atingir corretamente as pessoas que utilizam a internet, oferecendo conhecimento e

saciando suas procuras. De acordo com Manual de Redação na Web do Governo do Estado de São Paulo (2005, p. 4), “ao *webwriting*, recai a tarefa, ao mesmo tempo complexa e fascinante, de aliar texto, design e tecnologia, e tratá-los como um componente único — a informação.”

O *webwriting* “é uma nova perspectiva com relação à informação e como ela pode ser trabalhada [...]”, de acordo com Costa e Silva (2012, p.2). Para Bruno Rodrigues (2014, p.2), “*webwriting* é o conjunto de técnicas que auxiliam na distribuição de conteúdo informativo em ambientes digitais.” Meneses, Pelúcio e Rios (2011, p.3) denominam *webwriting* como técnicas que unem texto, design e tecnologia a serviço da informação.

Mesmo que não exista uma verdade no ato de se escrever para web, Rodrigues (2014, p.10) apresenta os princípios do *webwriting* para se produzir um texto on-line que atraia o internauta: persuasão, objetividade e visibilidade.

O primeiro princípio, de acordo com Rodrigues (2014, p.10) se limita a “fisgar” o usuário por meio de uma escrita que desperte o interesse do mesmo, mostrando informações claras, dados completos e de maneira inteligível.

A objetividade, por si só, nada mais é do que ir direto ao ponto. Na redação para a web, a objetividade abrange novos caminhos, como fornecer informações necessárias para atender às expectativas do leitor. Como a web possui uma extensa carga de dados, eles podem se perder ou causar confusão durante a construção textual, portanto, quanto mais bem desenvolvida e organizada a ideia, mais rapidamente o usuário irá encontrá-la e entendê-la. E isso não está atrelado ao tamanho do texto, nem ao controle de informações. Pode-se escrever textos longos e ainda assim possuir um conteúdo conciso, bem estruturado, compreensível e acessível. (RODRIGUES, 2014, p.10)

Por último, o autor comenta sobre a visibilidade dos conteúdos e como isso afeta o consumidor da web: ele necessita identificar com facilidade o que procura. “Um site pode se apoiar em uma bem estruturada organização hierárquica da informação, em que o usuário, através de elementos como o menu principal, consegue ‘enxergar’ intuitivamente o conteúdo que está adiante”. (RODRIGUES, 2014, p. 13)

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2011, p.14) em seu manual de *webwriting* estabelece que o caminho até o conteúdo é através da navegação e da busca. Acerca das duas maneiras, há uma diferença: “a primeira opção é usada, geralmente, por usuários que conhecem o contexto da informação e navegam por associação de ideias; já a segunda é preferida por quem sabe exatamente o termo ou arquivo procurado [...]”

O visitante, baseado na lógica de uma boa arquitetura da informação, não só perceberá, intuitivamente, em que área está a informação que procura, assim como apenas checando a hierarquia apresentada pelo menu terá uma noção do universo de informação presente no site, o que será um estímulo ao retorno. (RODRIGUES, 2014, p.43)

A arquitetura da informação, conforme Bruno Rodrigues (2014, p.13), entra como outro ponto chave para tornar a informação visível. O modo como ela é pensada para a página da web revela a profundidade do informe, que pode estar na primeira página ou nas camadas enraizadas. Por ser um estudo novo, o Manual de Redação na Web do Governo do Estado de São Paulo (2005, p.23) afirma que “[...] há mais dúvidas do que certezas sobre Arquitetura da Informação, principalmente quando aplicada à web.”

A partir do conhecimento dos princípios do *webwriting*, é necessário estudá-los separadamente. Barbosa, Da Silva e Nogueira (2013, p.144) ratificam essa afirmação mostrando que “estudar a convergência jornalística a partir da abordagem dos conteúdos permite delimitar esse fenômeno e as estratégias em torno da interface entre as diferentes plataformas para acomodar as narrativas de forma dinâmica”. A escolha de um site como hospedagem da peça prática também vem ao encontro do pensamento dos autores supracitados, uma vez que afirmam que “o site web deve ser considerado como matriz [...], pois é através dele que a convergência jornalística é dinamizada.” (BARBOSA; DA SILVA; NOGUEIRA, 2013, p.144)

Ainda sob a análise dos autores, eles denotam três categorias que se unem às propostas deste projeto. São elas: distribuição multiplataforma, multimídia e interatividade, e participação convergente. A primeira refere-se aos aspectos de distribuição dos conteúdos entre as plataformas e forma de apresentação e de estruturação narrativa. Já a segunda corresponde aos

recursos utilizados na plataforma web. A terceira, e última, identifica como a produção jornalística incorpora a participação do público e para quais plataformas o material se destina. (BARBOSA; DA SILVA; NOGUEIRA, 2013, p. 146-147)

5.2.6.1 Texto

O Manual de Redação na Web do Governo do Estado de São Paulo (2005, p.13) informa que o título funciona como um “sinalizador para o usuário”, portanto, os títulos precisam ter palavras-chave que chamem a atenção do leitor para o conteúdo da matéria. Esse recurso ajuda o usuário a perceber o assunto e escolher se aquilo lhe interessa. Já o manual da CNC (2001, p.27) aponta que “os títulos também devem ser curtos e diretos” e devem possuir um verbo de ação. Brasil (2010, p. 26) certifica que “o título é o principal marco visual e o ponto de entrada do olhar [...]”

Se o site for voltado para a realização de serviços, Brasil (2010, p.26) indica que a linguagem deve ser clara e objetiva, e apenas deve-se usar linguagem técnica quando forem familiares ao público-alvo.

Com a popularização do meio informativo on-line, a famosa pirâmide invertida foi adaptada para os novos receptores das notícias. A falta de tempo, a rapidez nas postagens e o excesso de informações sobre temas variados fizeram o webjornalista aprimorar o modo como se comunica. Desse modo, surgiu a nova pirâmide deitada.

No prólogo do livro de Guillermo Franco sobre *webwriting*, Fernando Ávila (2005, p.13) explica que a antiga pirâmide invertida narrava o fato três vezes: primeiro no título, segundo no lide e por último, no corpo do texto. Na atual pirâmide, o fato é narrado apenas uma vez e “título e lide passam a ser um só, e o corpo agrega informação”. Essa nova forma de se escrever para a web se baseia em palavras curtas e precisas. O jornalista não pode se preocupar em utilizar terminologias pelo simples estilo antigo, ele deve empenhar-se em transmitir, com facilidade, o conhecimento ao leitor. Ávila (2005, p.15) conclui dizendo que “a redação na Internet significa uma mudança de estilo, uma mudança sintática, uma revisão dos gêneros tradicionais de escritura e um desafio para os produtores de conteúdos informativos [...]”.

O segundo nível de utilização da pirâmide invertida na web, de acordo com Franco (2005, p.58), é o que consiste o texto da peça prática do projeto: texto linear dividido tematicamente em uma só página Web. O assunto principal deve vir no primeiro parágrafo, e os demais introduzidos por intertítulos que se classificam em subtemas. Essa abordagem textual beneficia o leitor, que só de passar o olho pela página pode encontrar, sem dificuldade, o assunto específico que procura, isto é, realizar uma leitura não linear restrita. O CNC (2011, p.34) declara que os intertítulos não “[...] costumam ter mais do que três ou quatro palavras e são bastante úteis para realçar uma mudança de assunto.” A leitura possui, conforme o pensamento de Franco (2005, p.122), “[...] um alto grau de interdependência entre as ideias, orações e parágrafos”. Complementando sobre a utilização dos intertítulos, o autor conclui que “[...] cada subtema será uma pequena pirâmide invertida dentro de uma grande pirâmide invertida, que é o texto total.” (FRANCO, 2005, p.122)

O texto da peça prática é único e interliga todas as outras mídias. À vista disso, ele é texto-base. O texto-base é um conteúdo genérico, entretanto, o diferencial do presente projeto é o que foi citado anteriormente: a utilização de intertítulos para quebrar a linearidade do texto. “Além de ter a missão de contextualizar o usuário, o conteúdo genérico precisa prender sua atenção. Nada garante que o usuário irá ler o texto até o fim, daí a necessidade de que ele ‘fisgue’ sua atenção logo de saída” (SÃO PAULO. Manual de redação na web. 2005, p.15)

Mediante a lentidão da leitura em frente ao computador, cada parágrafo deve conter apenas o desenvolvimento de uma ideia. Com esse intuito de organizar as abordagens, seguindo ainda o Manual de redação na web do Governo do Estado de São Paulo (2005, p.16), o texto-base é acessado desde o curioso, que se satisfaz com informações básicas, até aqueles que irão usar os informes para um conteúdo mais aprofundado que, nesse projeto, está nas plataformas multimidiáticas associadas ao texto principal. O CNC (2011, p.25) começa seu manual de produção de textos salientando que “[...] para começar a escrever para a web, evite frases longas, voz passiva, ordem indireta e tudo mais que possa retardar a leitura.”

As mídias atreladas ao texto são o conteúdo expandido da reportagem. “É comum que os textos do conteúdo expandido sejam

acompanhados por tabelas, gráficos e links para documentos. São itens que também complementam o assunto.” (SÃO PAULO. Manual de Redação na Web. 2005, p.15)

Os componentes se complementam, cada um a seu modo, e dão credibilidade à informação, que pode ser vista de diversas maneiras. Cada um deles é uma peça única que age em função do todo. (SÃO PAULO. Manual de Redação na Web, 2005, p.21)

5.2.6.2 Fotografia

A imagem complementa a informação textual e seu uso é imprescindível na web que é inteiramente visual. Munhoz (2005, p.19) atesta essa afirmação com o pensamento de que “além do inerente caráter polissêmico, não podemos esquecer que ela, no jornalismo, vem sempre acompanhada de um texto que a circunda e contextualiza [...]”. Contudo, a fotografia precisa cumprir a função de apresentar aspectos que não foram abordados pelo texto. “A imagem é um elemento essencial para a persuasão, em especial na primeira página, onde a empatia precisa ser estabelecida de imediato com o usuário.” (SÃO PAULO. Manual de Redação na Web, 2005, p.20)

Buitoni (2011, p.176) afirma que os sites não potencializam o uso da fotografia por conta da limitação do tamanho e, em consequência disso, o fotojornalismo é pouco presente na web. “Quase sempre as imagens comparecem com uma função identificatória, operando apenas no sentido de reconhecimento de uma celebridade, no reconhecimento de um acidente, uma tragédia, um encontro político”. (BUITONI, 2011, p.176)

Deve-se ter muito cuidado com a edição das fotografias na página. O CNC (2011, p.48) alerta para as dimensões da fotografia, dizendo que o visitante não tem paciência para esperar uma imagem pesada ser carregada. O Manual da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo também estabelece conceitos que espantam o usuário. “Um site com fotos de baixa qualidade é um convite para afugentar qualquer visitante.” (CNC, 2011, p. 48)

A nova era digital trouxe uma gama maior de colaboradores a partir da interatividade. Atualmente, o número de fotógrafos em redações online tem diminuído, visto que qualquer pessoa pode enviar a sua fotografia para o site, “[...] não havendo mais a preocupação em enviar fotógrafos profissionais quando as coisas acontecem [...]” (PRADO, 2011, p.97). A falta da qualidade técnica ou profissional parece não incomodar os veículos de comunicação, que se preocupam mais em ter um registro, seja ele qual for, do que uma fotografia pensada e que possui a subjetividade de um profissional da prática. Buitoni (2011, p.178) complementa que “a imagem fotográfica contemporânea, entendida e trabalhada em sua complexidade poderia trazer formas mais expressivas e informativas ao jornalismo”.

5.2.6.3 Áudio

O áudio possui função emocional dentro da reportagem multimídia e se integra como elemento interpretante. O som, conforme o manual de redação na web do Governo do Estado de São Paulo (2005, p.21), é aplicado para “[...] distribuir a informação utilizando recursos da mídia não impressa.” Como esse recurso oferece acesso direto à fonte de informação, é bem aceito pelo público e garante transparência, credibilidade e objetividade ao site, segundo o pensamento de Canavilhas (2004, p.4).

A principal característica do áudio, ainda em concordância com o autor, é a de que “a palavra, o ruído e o silêncio combinados permitem criar ambientes e imagens sonoras.” (CANAVILHAS, 2004, p.4). De acordo com a premissa de Del Bianco (2001, p.1), a notícia textual acompanhada de fotografia está ganhando, aos poucos, arquivos de som atrelados ao corpo do texto, contendo trechos de entrevistas e depoimentos.

Dentre as variadas aplicações do som na web, Del Bianco (2001, p.2) cita a que é usada na peça prática deste projeto: áudio informação/conteúdo jornalístico. A autora apresenta algumas indicações significativas para o uso do mesmo: o áudio não pode ser somente decorativo, produz um efeito narrativo que se sobrepõe à frieza do texto, deve estar inserido no corpo da notícia de modo que o usuário possa navegar enquanto

escuta, o som necessita ser limpo e deve transmitir informação para ampliar a cobertura jornalística. (DEL BIANCO, 2001, p.3)

Meyer (apud DEL BIANCO, 2001, p.3) complementa essa questão do conteúdo jornalístico respaldando que os internautas exigem uma plataforma audiovisual eficiente e, por essa razão, não se deve abandonar esse tipo de recurso, e sim valorizá-lo com informações, dado que o usuário, se sentir satisfeito, voltará ao site.

Um mecanismo que auxiliou a propagação do áudio na internet foi o formato MP3, que teve sua origem em 1987. “O MP3 acabou por servir de referência para compressão de áudio que, em muito, favoreceu a utilização desse recurso multimídia na Internet.” (DEL BIANCO, 2001, p.8)

O MP3 só se tornou popular 11 anos depois de sua concepção e, com a geração de processadores Pentiums, houve aumento na rapidez de compactação desse tipo de áudio.

5.2.6.4 Vídeo

Antes da expansão da internet e de tecnologias que possibilitaram a compressão digital para arquivos de áudio e vídeo, a TV era o único meio de transmissão de conteúdo audiovisual. Com a evolução tecnológica, os equipamentos de gravação e edição de vídeo ficaram mais baratos e, como consequência disso, houve o crescimento do número de vídeos feitos para a web. (RIBEIRO, 2013, p.10)

Quando um usuário entra em um site, ele já espera encontrar vídeos, em conformidade com o pensamento de Franco (2010). O autor também afirma que “o vídeo [...] pode ter a capacidade de capturar o interesse do destinatário [...] como nenhum outro meio”. (FRANCO, 2010)

De acordo com o CNC (2011, p.53), “vídeos humanizam histórias, aproximam pessoas e dinamizam o site.” Para Canavilhas (2004, p.6), o vídeo deve ser utilizando em situações nas quais seja difícil descrever. O vídeo na web é mais curto e dinâmico devido à própria personalidade do usuário, que demanda informação mais rápida. (SALAVERRÍA, 2011, p.33).

Ao se registrar som ou imagem em movimento e causar um impacto diferente do causado pelo texto, fotografia ou ilustração, os produtores

de conteúdo, de acordo com São Paulo (2005, p.22), conseguem “abarcam a informação sem perder um aspecto que seja, e ainda contam com a ajuda integral dos sentidos que garantem a observação e a atenção do usuário: a visão e a audição”. Castro (2012, p.42) complementa que “com a produção de um vídeo, adquirimos a oportunidade de nos comunicarmos com diferentes gêneros de usuários [...]”

Canavilhas (2004, p.5) afirma que o vídeo empresta, à notícia, veracidade e objetividade. Além disso, mostra mais do que “a simples descrição do acontecimento.” O autor também aponta que a introdução no vídeo enriquece o produto final e conclui que o vídeo na web, diferentemente da televisão, na qual o off e a imagem são pleonásticos, assume um caráter legitimador da informação transmitida no texto. (CANAVILHAS, 2004, p.5)

5.2.6.5 Infográfico

As infografias multimídias são usadas como complemento informativo em reportagens que exigem profundidade, devem explorar a interatividade com o internauta e trazem “[...] informação audiovisual animada e proporcionando ao usuário uma nova experiência” (PALACIOS, RIBAS, 2007, p. 47). Podem ser o fio condutor da narrativa e, de acordo com Palacios e Ribas (2007, p.47), “[...] tornou-se uma expressão discursiva potencial para o jornalismo na web.” Já para o CNC (2011, p.38), usa-se o infográfico quando o tema aborda “assuntos técnicos, difíceis de explicar apenas com palavras. ”

Joris (2010, p.2) atribui a receptividade do infográfico pelo público em virtude dos avanços tecnológicos “[...] que implicam na facilidade de acesso à comunicação e informação, tem fortalecida sua capacidade de abstração, conceituação e construção, configurando-se capaz de compreender e atuar junto ao mix de informações em que se resumem os infográficos”. A importância da infografia, de acordo com o autor, é a de que ela amplia a capacidade do jornalismo de disseminar informações, auxilia na construção das identidades culturais e contribui para o desenvolvimento da sociedade e também permite interagir e dialogar com o público, tornando mais eficaz proposta do jornalista. (JORIS, 2010, p.13)

5.2.7 Reportagem multimídia

Os avanços tecnológicos da Terceira Geração do Webjornalismo, somados com as suas características, proporcionaram o surgimento desta nova proposta de reportagem: a reportagem multimídia. No webjornalismo, a reportagem multimídia possui maior possibilidade de convergência de linguagens. Esta proposta, de acordo com Longhi (2010, p.152), é uma herdeira da grande reportagem do jornal impresso.

A reportagem multimídia aborda temáticas aprofundadas constituídas de diferentes linguagens que se mesclam com os gêneros entrevista e infografia, por exemplo. O grande aspecto da reportagem multimídia é a forma de interação com o público, não tão comum em outros meios informativos como o jornal impresso, a revista, a televisão e o rádio. Neste novo modelo, o leitor não fica preso somente à leitura dos dados, como o texto corrido, ele navega por áudios, fotos e vídeos que se adequam à linguagem que mais lhe agrada ou ao tema específico que deseja se informar, já que a possibilidade de se trabalhar com mais de uma mídia enriquece as informações.

Para uma informação ser caracterizada como multimídia, Salaverría (2005, p.6) afirma que “[...] não é obrigatório que todos estes formatos apareçam simultaneamente. Na verdade, tendo em vista a literalidade do termo multimídia, bastaria que combinem pelo menos dois códigos (texto e fotos, por exemplo).” Sob este conceito, o autor define a multimídia como “a capacidade concedida por meios digitais, combinando em uma mensagem [...] apenas dois dos três elementos seguintes: texto, imagem e som.” (SALAVERRÍA, 2005, p.32). O autor (2005, p.8) respalda dizendo que “[...] escrever bem na Internet significa selecionar e usar corretamente todos ingredientes comunicativo.”

Há duas maneiras de se organizar a multimídia dentro de uma reportagem, seguindo, ainda, a premissa de Ramon Salaverría (2015, p.7): por justaposição e integração. A justaposição se refere ao que é colocado lado a lado, sem se conectar, em contraponto, a integração se refere a elementos coordenados. Este último, o autor compara com a evolução do cinema, a partir da década de 20, quando a imagem e o som se tornaram

indesejáveis e evidencia a principal diferença entre as duas: na segunda, “os elementos multimídia têm uma unidade de expressão e podem até ser consumidos simultaneamente”. (SALAVERRÍA, 2005, p.8)

Fica perceptível, na procura por reportagens multimídia no webjornalismo, uma riqueza de formatos. Entretanto, são conteúdos mais justapostos (extras) do que integrados. Longhi (2010, p.129) conclui seu pensamento a respeito mostrando que “a integração [...] que incluem áudio-slide-shows, fotorreportagens, gráficos interativos, dentre outros, fica restrita a sessões especiais.”

Longhi (2014, p.907) também mostra a diferença entre reportagem multimídia e especiais multimídia contando a história do surgimento e desenvolvimento das narrativas multimidiáticas. De 1995 até 1998, não havia muita exploração desses recursos, somente alguns jornais impressos estavam disponibilizando suas notícias on-line com links e imagens estáticas. Isso só foi mudar em 2000, quando o slide-show apareceu no primeiro produto multimídia do espanhol *El Mundo*, apresentando imagens que podiam ser ampliadas estando dispostas lado a lado. Nessa mesma notícia, desenvolveu-se o uso de chats e a interatividade cresceu. (LONGHI, 2014, p. 904).

Os especiais multimídias, seguindo o pensamento da autora, ocorreram de 2002 a 2009, consolidaram a infografia on-line, as *pictures stories* e tiveram o auxílio da ferramenta de produção Adobe Flash, um *software* de criação de animações interativas para o navegador web, desde infográficos até slide-shows com áudio, a primeira criação deste recurso.

Os produtos jornalísticos que começaram a utilizar o Flash teriam sido slide-shows, em 2001. Oito anos depois, em 2009 o jornalismo digital tem explorado o uso do Flash na criação de especiais multimídias, aproveitando cada vez mais as possibilidades do software, como mostram exemplos do Clarín.com, El Mundo, El País, USA Today, Washington Post, MSNBC, especiais produzidos pela Reuters, Associated Press, dentre outros. (LONGHI, 2010 p.157)

O Adobe Flash promove a incorporação entre mensagens de diversos recursos midiáticos, combinando-os. “Ao invés de janelas separadas para mostrar vídeo, mapas, galerias de fotos, ou texto, todos esses elementos podem ser combinados numa interface única e simples” (MCADAMS, 2005 apud LONGHI, 2010, p. 30)

Já a reportagem multimídia aparece em 2011, juntamente com o HTML5. Raquel Longhi (2014, p.906) chama esse processo evolutivo de terceira fase e afirma que o processo “é marcado pela criação e estabelecimento do HTML5 e suas bibliotecas específicas, que proporcionam formas inovadoras relativas a design, navegação e imersão do usuário [...]” e, por causa disso, o webjornalismo começou a apostar em textos mais longos, o chamado “*long-form*”, uma vez que o HTML5 favoreceu as notícias por permitir visualizá-las apenas rolando-a na barra lateral (*scrolling*). “O HTML 5 resolve algumas desvantagens do Flash, tais como: não ser preciso baixar plug-ins [...], consome menos recursos de máquina, menos energia, e tem a vantagem de rodar em vários navegadores e em vários dispositivos diferentes.” (OLIVEIRA apud LONGHI, 2014, p. 909)

O texto jornalístico *long-form* tem sido a peça-chave de qualquer grande reportagem. “O termo vem sendo utilizado para definir artigos longos com grande quantidade de conteúdo, que cresceram em popularidade na Web nos últimos anos [...]” (LONGHI, 2014, p.912). A autora ainda comenta que o *long-form* se fixou apenas na reportagem multimídia, pois nos especiais multimídias, o texto vinha fragmentado, com a finalidade de, justamente, não cansar o leitor. Com 10 a 20 mil palavras, o desafio do jornalista é manter o leitor imerso ao texto. Esta forma de narrativa é mais consistente, segue um padrão de leitura vertical, por meio a barra de rolagem, e tem despertado o interesse dos internautas. Apesar do questionamento “quem lê um texto longo?”, essa nova narrativa tem ganhado um público fiel na internet. Um dos exemplos de *long-form* é a grande reportagem “The long strange trip of Dock Ellis” sobre o arremessador de beisebol americano Dock Ellis, produzida pela ESPN. (LONGHI, 2014, p. 913)

Cristiano, Silva e Carraro (2012, p.6) trabalham com a ideia da reportagem multimídia estar em erupção. As autoras discorrem que em países como Argentina, Espanha e Estados Unidos, o número de reportagens multimídia produzidas é bem maior que no Brasil, e concluem que “é um tema pouco estudado no Brasil, com referencial teórico escasso [...] e com as inúmeras divergências de opiniões entre os pesquisadores da área.”

Os produtos noticiosos hipermediáticos evoluíram desde seu surgimento em 2000. Ao longo desses 16 anos, Longhi (2010, p.900) aponta

que o processo amadureceu o novo formato “[...] onde características como design, narrativa e navegação se destacam, conferindo qualidade crescente a tais produtos”.

Acerca dos estudos sobre as linguagens hipermidiáticas e a reportagem multimídia, surge um novo conceito que complementa a pesquisa: intermídia. “Quando dois ou mais meios discretos se fundem conceitualmente, eles se tornam intermedia. Diferem de meios mistos, sendo inseparáveis na essência da obra de arte.” (HIGGINS apud LONGHI, 2010, p.1). Longhi (2002, p.3) aplica, também, a definição de intermídia como meio de fusão conceitual:

O embasamento da intermídia está na fusão conceitual de meios distintos entre si que, conjugados no nível do seu significado, formam um terceiro meio, este, diferente dos anteriores, e por isso mesmo, apto a uma nova classificação e denominação. Tal “fusão conceitual” é mais do que uma mistura. É uma interrelação orgânica entre diferentes formas [...] reunidos em um mesmo modo de representação.

A fusão de texto e imagem para Raquel Longhi (2002 p.13), por exemplo, tem o “[...] objetivo de multiplicar os significados da obra criativa”. Esse pensamento converge com o de Salaverría sobre organização coordenada de mídias, que devem obter coerência em sua montagem, para ter como resultado final, uma unidade comunicativa.

[...] os conteúdos multimídia têm deixado sua marca na linguagem webjornalística, alguns, apenas justapostos, outros realmente integrados em narrativas intermídia, onde a combinação de linguagens produz novas linguagens, e o arranjo dos gêneros resulta em novos gêneros [...]. (LONGHI, 2010, p. 159)

A imprensa brasileira também se adequou a esse novo modelo noticioso a partir de 2013. Longhi (2015, p.8) afirma que “[...] é com a grande reportagem multimídia que se percebe um amadurecimento da linguagem ciberjornalística”. Mesmo que pouco difundida, a reportagem multimídia tem caminhado no cenário brasileiro. A Folha de S. Paulo, por exemplo, realizou uma reportagem multimídia sobre a usina de Belo Monte, da série “Tudo Sobre”, que conta com mais 4 reportagens: “O golpe e a ditadura militar”, “Crise da água” e “Crime sem castigo”. O Estado de S. Paulo sobre a Rota 66 e o G1 sobre a tragédia de Mariana. O que a impede de crescer ainda mais é o custo

da produção, que envolve não só os repórteres, mas sua viagem, estadia, alimentação, equipamentos, tempo, que é maior do que a rotina diária dos jornalistas e, é claro, a pós-produção.

De acordo com Longhi e Winques (2015, p.10) que analisaram a reportagem multimídia “A Batalha de Belo Monte” da Folha de S. Paulo, ela possui “5 capítulos, 55 fotografias, 24 vídeos, 18 infográficos, aproximadamente 15 mil palavras e um game sobre a hidrelétrica brasileira que é considerada a terceira maior do mundo. ” Além disso, o trabalho envolveu mais de 19 pessoas, durante 10 meses.

6 PROJETO EDITORIAL

Para sanar dúvidas sobre conceitos políticos durante a etapa de eleições municipais, estes pesquisadores propõem, como peça prática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a criação de uma reportagem multimídia para esclarecer questões a respeito do período eleitoral.

A reportagem apresenta conteúdo político como, por exemplo, a explicação detalhada do que é quociente eleitoral, dos mitos das eleições, das funções dos cargos do executivo e legislativo, direitos e deveres do eleitor, as mudanças nas eleições em 2016, questões partidárias, entre outros. Diversos formatos de mídia foram elaborados: fotos, vídeos, infográfico, gif, cartoons, HQ e podcast. Conjuntamente, a reportagem conta com a colaboração de especialistas e historiadores sociais que comprovaram as informações coletadas.

6.1 Introdução

Por abordar o tema político de forma simples e didática para facilitar o acesso a qualquer pessoa, o site votoprudente.com.br foi idealizado pelos integrantes do grupo. Os pesquisadores também notaram a falta de um conteúdo com essa temática em forma de reportagem multimídia na imprensa, uma vez que esse serviço prestado pelos jornalistas de redação acontece apenas de dois em dois anos.

As informações apresentadas na página detêm características do webjornalismo como hipertextualidade, multimedialidade, interatividade e webwriting. Dessa forma, o site cumpre a sua função de informar aos eleitores.

6.2 Objetivos

6.2.1 Objetivo geral

- Propor a criação de uma reportagem multimídia com a intenção de esclarecer dúvidas sobre o período eleitoral.

6.2.2 Objetivos específicos

- Facilitar a busca por informação eleitoral por meio de serviço público;
- Oferecer serviço político ao internauta;
- Indicar ao cidadão de maneira imparcial e não partidária como deve ser o voto e quais suas consequências.

6.3 Justificativa

O projeto busca oferecer informações de serviço sobre o período eleitoral. As páginas oficiais do governo que disponibilizam os dados apenas informam de maneira objetiva e formal, entretanto, estes pesquisadores visam a possibilidade da criação de um conteúdo de forma mais atrativa.

A escolha de uma página *on-line* se deve ao fato de conter todas as características do webjornalismo já citadas neste projeto, que, se unidas, proporcionam o formato mais atual disponível para o trabalho jornalístico, além de possibilitar, a todos, o acesso a informação.

O site também possibilita a utilização de diferentes conteúdos midiáticos, que são capazes de abordar os temas de maneira interativa, visto que o assunto retratado abrange diversos aspectos em relação às eleições municipais de 2016.

A reportagem multimídia viabiliza a liberdade de escolha do internauta, que pode ir direto para um determinado assunto de sua preferência por meio dos intertítulos do menu.

6.4 Público-alvo

Como o jornalismo político nas eleições municipais é o objeto de estudo do grupo, o site votoprudente.com.br é direcionado ao internauta que possa votar, ou seja, todo cidadão acima de 16 anos que possua título de eleitor.

A internet abrange todo o tipo de público, portanto, não há distinção de classe social.

6.5 Linha editorial

A página tem como objetivo apresentar um conteúdo didático para os internautas a partir de uma grande reportagem, porém, está sujeito a mudanças e correções caso haja necessidade.

A grande reportagem apresenta aos visitantes conceitos do cenário político nacional de maneira inteligível. Por conseguinte, para atingir o maior número de pessoas possível, a linguagem utilizada na grande reportagem é a informal. O conteúdo é distribuído por meio de texto, áudio, fotos, vídeos, cartoons, gif, infográfico, HQ e quiz. O texto é a base da reportagem, pois interliga todas as outras mídias que disponibilizam informações complementares.

Como uma das características principais da internet, a interatividade é vista principalmente no quiz proposto ao final da página, servindo de motivação para que o internauta chegue até o fim da leitura e teste seus conhecimentos. A interatividade também pode ser encontrada no contato disponível para dúvidas, reclamações ou sugestões e na ferramenta thinglink, que proporciona ao internauta, escolher entre diversas mídias e também compartilhar o conteúdo nas redes sociais. Já a hipertextualidade se encontra nos *links* que direcionam para sites oficiais do governo.

6.6 Projeto gráfico

O Voto Prudente foi criado para auxiliar na necessidade do público de uma explicação aprofundada de conceitos políticos eleitorais. Isso permite que o internauta navegue para adquirir a informação, dando a ele total liberdade de escolher aquilo que deseja.

Seguindo esse pensamento, o desenvolvimento da página foi feito para que o internauta encontre flexibilidade em sua navegação.

6.6.1 Página principal

A página principal é a página inicial do site e nela está apresentado, de maneira linear, todo o conteúdo da grande reportagem.

Na base superior do site, é possível encontrar o menu de buscas. Nele, pode-se encontrar a tecla **Navegue por nosso conteúdo**, que permite ao internauta escolher qual dos intertítulos mais lhe agrada, como, por exemplo, **É lenda!**, que direciona às verdades e mitos de uma eleição; **Por dentro das eleições municipais 2016**, que direciona para o intertítulo da importância que as eleições possuem nos municípios; **Como tudo começou**, conteúdo que conta a história das eleições nos municípios brasileiros; **Eleições de cara nova**, área destinada às mudanças eleitorais em 2016; **Quociente eleitoral e partidário**, parte que explica o funcionamento dos quocientes no momento da contagem dos votos; **Filiação partidária, o que é isso?**, que abrange como um cidadão apartidário pode se inserir em um partido político; **Direitos e deveres**, setor no qual o internauta compreende aquilo que ele deve fazer ou não no dia das eleições, e por último **O que pode e o que não pode**, conteúdo que finaliza o texto da grande reportagem dando foco a algumas informações extras para o dia das eleições. A barra de menu ainda conta com a opção do **Quiz** no fim da reportagem; e também a opção **Sobre**, que expõe uma sinopse do objetivo do trabalho além dos nomes dos integrantes e dos colaboradores do projeto.

FIGURA 1 – Página principal da reportagem multimídia



Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.2 Galeria

Na galeria é possível encontrar um slide de cartoons explicando o processo de votação no dia das eleições, desde a ida à zona eleitoral, até a

finalização do voto. Além disso, os slides contam com legendas explicativas para descrever o que cada imagem representa.

A mídia citada foi escolhida devido à mudança involuntária e progressiva dos slides, o que faz com que o leitor acompanhe a história do processo de votação em sua sequência, além das legendas que se complementam entre si e formam o contexto.

FIGURA 2 – Galeria de Fotos



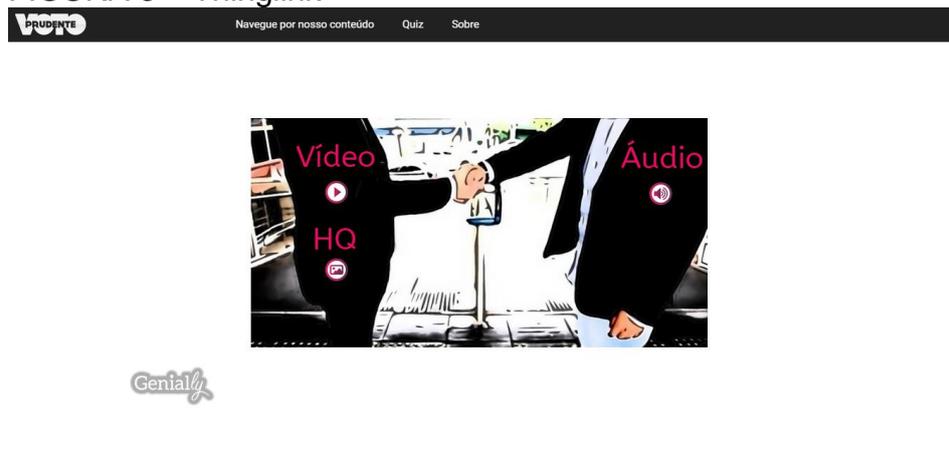
Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.3 Conteúdo interativo (Thinglink)

O site conta com uma ferramenta de criação de conteúdo interativo, na qual é possível interagir com vários formatos de mídia como, áudio, vídeo e foto apenas clicando nos ícones apresentados. Ademais, é possível compartilhar o conteúdo em diversas redes sociais.

Além da inovação, por se tratar de uma mídia ainda pouco difundida, a escolha do thinglink se deu devido à possibilidade que a ferramenta oferece de juntar diferentes temas, em um único conteúdo midiático. Na reportagem foi utilizado um vídeo explicativo sobre diferença entre vereadores e prefeito, um HQ que complementa tais funções e um áudio de historiadores prudentinos relatando fatos de prefeitos e vereadores da cidade. Tais abordagens conversam entre si e esta foi a razão determinante para sua utilização.

FIGURA 3 – Thinglink



Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.4 Audiovisual

Na questão audiovisual, além da ferramenta citada acima que também possui esse recurso, é possível encontrar um vídeo no qual são apresentadas as características e definições dos quocientes partidário e eleitoral. Por se tratar de um tema relativamente complicado, que contém cálculos e exige maior atenção, foi optado pelo vídeo porque ele permite a interação entre imagem e áudio, ambos explicativos, e auxilia no entendimento do leitor da maneira mais fácil.

FIGURA 4 – Vídeo “Quociente eleitoral e partidário”



Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.5 GIF

O site disponibiliza um GIF (Graphics Interchange Format ou formato de intercâmbio de gráficos), que permite a intercalação de imagens animadas, compactadas em um só arquivo, com informações sobre o que pode, ou não, ser feito no dia das Eleições.

A utilização desta ferramenta foi optada porque ela permite que o leitor entenda o conteúdo de forma resumida e interativa, uma vez que a animação das imagens do gif também serve como conteúdo informativo. O assunto retratado na ferramenta possibilita a interpretação imagética e em frases resumidas, que é uma de suas principais características.

FIGURA 5 - GIF



Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.6 Infográfico

O infográfico da reportagem ilustra as despesas eleitorais de vereadores e prefeito, eleitos em Presidente Prudente no ano de 2012, comparando com os gastos dos mesmos cargos em outras duas cidades do mesmo porte: Marília e Araçatuba.

O emprego da mídia se deve ao auxílio que ela designa ao texto, pois informa sobre um assunto que não seria bem compreendido apenas por meio da leitura, como o tema trabalhado em questão, de maneira explicativa, clara, detalhada e exata.

FIGURA 6 - Infográfico



O consultor político, Cleberson Siqueira, aponta que uma das razões responsáveis pela divergência dos valores gastos, em cada município, é o investimento que eles fazem em publicidade, mídias e outros planos de divulgação. "Araçatuba possui menos eleitores aptos a votarem e é a cidade que mais teve despesas nas eleições de

Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.7 Quiz

Ao fim da página, é disponibilizado um jogo de perguntas e respostas sobre o conteúdo de toda a grande reportagem. Neste jogo, serão encontradas 20 questões com três alternativas e apenas uma correta. Conforme o internauta responde as perguntas, o número de acertos se acumula e o resultado aparece após a vigésima questão, com uma mensagem descrevendo o quanto o conhecimento foi aplicado naquele jogo.

A inclusão do quiz na reportagem multimídia se deve ao melhor esclarecimento do conteúdo para o leitor, tendo em vista o que ele entendeu, ou não, durante sua visualização. Além disso, a ferramenta proporciona diversão e descontração, após a leitura em um texto, em profundidade, de caráter político.

FIGURA 7 – Banner do quiz ao final da reportagem multimídia



Fonte: Voto Prudente 2016

FIGURA 8 – Quiz

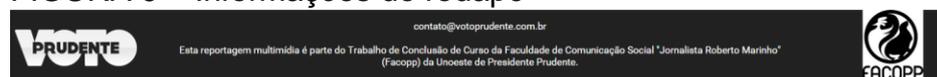


Fonte: Voto Prudente 2016

6.6.8 Contato

No rodapé do site está disponível o e-mail para contato e na aba Sobre, no menu da página, o usuário encontra o nome dos integrantes do grupo deste projeto, além dos colaboradores.

FIGURA 9 – Informações do rodapé



Fonte: Voto Prudente 2016

6.7 Recursos técnicos

Foram utilizados para a grande reportagem, câmeras filmadoras, câmeras digitais, cartão de memória, computadores, softwares de edição de vídeo, softwares de edição de imagem, combustível para os automóveis, gravadores de celular, computadores, internet, papel, caneta, pen-drives, todos os itens pertencentes aos pesquisadores, com exceção da câmera filmadora que pertence à Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente (Facopp).

6.8 Recursos financeiros

Para a produção do site votoprudente.com.br, foi investido R\$ 300,00 para a criação do quiz, R\$ 30,00 para a compra do domínio e R\$ 120,00 para a hospedagem. Estes valores foram divididos entre os quatro integrantes do grupo. O desenvolvimento e o layout não geraram custos.

6.9 Recursos humanos

Os quatro pesquisadores participaram da elaboração dos conteúdos multimidiáticos sob a orientação do professor Thiago Ferri. Ive Rodrigues escreveu o texto da grande reportagem e ficou responsável por esboçar o gif e o infográfico e contactar os profissionais que os desenvolveram, Thiago Vasques e Vinicius Porto. Juntamente com a pesquisadora Taíne Correa, produziram as mídias do conteúdo interativo (thinglink): vídeo, podcast e HQ, estes, com o auxílio de André Sato e Vítor Martinez. A pesquisadora Taíne Correa foi responsável pelas fotografias do site e por contactar os profissionais pelas artes Berta Pereira, Rayana Cabrera e Julio Dourado. Andrey Franco produziu os cartoons com Kléber Franco e, em companhia de Luma Holanda, o vídeo sobre o quociente eleitoral.

A colaboração profissional para a programação do site ficou por conta dos desenvolvedores Wesley Desiderio e Thiago Calistro.

7 MEMORIAL DESCRITIVO

Este capítulo tem o propósito de descrever o processo de elaboração e desenvolvimento do projeto, desde a parte teórica até a parte prática, relatando todas as etapas que os pesquisadores passaram no período de produção.

7.1 Escolha dos integrantes e tema

O grupo do projeto, inicialmente, era formado por três integrantes: as pesquisadoras Ive Rodrigues, Taíne Correa e Luma Holanda. O tema do projeto foi escolhido na primeira formação do grupo, e tinha como ideia central uma reportagem – com formato ainda não definido – sobre o Festival Nacional de Teatro de Presidente Prudente (Fentepp), realizado pela parceria do Sesc Thermas com a Prefeitura Municipal e da Secretaria do Estado de Cultura. No início das aulas do primeiro semestre de 2016, os alunos Andrey Franco e Vagner Bueno juntaram-se ao trio. A princípio, os pesquisadores do grupo não haviam definido qual mídia iriam utilizar para abordar o Fentepp, e qual seria o foco do trabalho dentro do Festival.

Depois das orientações com a professora Maria Luisa Hoffmann, os pesquisadores decidiram fazer uma reportagem, no formato *snowfall*, que teria fotos, vídeos, áudios e textos acerca o festival. O material para a reportagem seria produzido durante o Fentepp e o conteúdo divulgado cerca de um mês depois. A professora responsável por orientar os alunos no pré-projeto, Maria Luisa Hoffmann, alertou sobre todos os prováveis questionamentos da banca de qualificação, mas, ainda assim, o grupo manteve o tema já escolhido anteriormente.

7.2 Produção do pré-projeto

Após a definição da abordagem do trabalho, a pesquisadora Ive Rodrigues ficou responsável por oficializar a realização do mesmo, por meio de uma autorização da gerente geral do Sesc Thermas de Presidente Prudente, juntamente com o secretário da municipal da cultura.

A fundamentação teórica era o próximo passo para dar continuidade ao projeto. Nessa etapa, o grupo deveria abordar todos os vértices que seriam usados para embasar o trabalho. Os professores Giselle Tomé, Roberto Mancuzo, Thiago Ferri e Fernanda Mello ajudaram os integrantes do grupo com opções de livros para fichamento. Portanto, no corte teórico do projeto foram apresentados temas como jornalismo, jornalismo cultural, webjornalismo e suas características e reportagem multimídia.

No pré-projeto, era necessário que o grupo indicasse uma sugestão de professor orientador no segundo semestre, período em que o pré-projeto ganharia forma. Os integrantes escolheram como primeira opção o professor Thiago Zuniga Ferri. Sequencialmente, a pesquisadora Ive Rodrigues apresentou a ideia do trabalho ao professor, que aceitou ser a primeira indicação do projeto.

7.3 Mudança de tema

Antes da apresentação do pré-projeto para a banca, o pesquisador Vagner Bueno informou, ao grupo e aos professores, que não poderia participar assiduamente da produção do trabalho por falta tempo, devido aos seus compromissos pessoais. Os pesquisadores Andrey Franco e Taíne Correa dividiram as partes em que Vagner estava encarregado de apresentar para a banca. Os professores apontaram falhas no projeto, mas aprovaram sua continuidade.

No mesmo dia, o orientador do grupo, Thiago Zuniga Ferri, foi avisado sobre o cancelamento do Fentepp e marcou uma reunião com os integrantes para lhes informar sobre a mudança que aconteceria. Após conversar com o professor Roberto Mancuzo, o orientador sugeriu um projeto ligado ao jornalismo político, uma vez que 2016 é ano eleitoral. Ao final de algumas discussões acerca do tema, os integrantes, juntamente com Thiago Ferri, resolveram criar um site de serviço ao eleitor, que abordasse os temas eleitorais, e ajudaria a esclarecer dúvidas frequentes sobre o mesmo.

7.4 Desenvolvimento teórico

Já era final de maio e os pesquisadores teriam que criar um novo projeto sobre o tema escolhido. A professora Maria Luisa Hoffmann sugeriu que o grupo fizesse um sumário com tudo que necessitava ser abordado.

Todos os temas foram escolhidos e divididos, e o passo seguinte foi o fichamento das obras recomendadas pelo orientador para que, até o final de junho, a peça teórica já estivesse parcialmente pronta para que o grupo pudesse dar início a produção da peça prática durante o período de férias.

O trabalho ganhou capítulos como “metodologia”, escrito por Taíne Correa, “eleições”, escrito por Ive Rodrigues e Taíne Correa; “jornalismo político”, escrito por Ive Rodrigues, Luma Holanda e Taíne Correa e “webjornalismo”, escrito por Andrey Franco e Taíne Correa, com subcapítulos que explicavam de maneira detalhada de cada fragmento.

Ao final do mês de junho o corte teórico estava pronto e foi entregue para que o orientador Thiago Ferri corrigisse e apontasse o que deveria ser feito sequencialmente.

7.5 Pautas e entrevistas

No último encontro, o orientador sugeriu que o grupo criasse pautas sobre os assuntos que seriam de interesse do público, para que, posteriormente, fossem feitas as matérias sobre as mesmas. Os integrantes Andrey Franco, Ive Rodrigues e Taíne Correa sugeriram um total de 17 pautas (APÊNDICE A) e encontraram as fontes que se adequariam às pautas criadas.

No começo de julho, as pesquisadoras Ive Rodrigues e Taíne Correa buscaram especialistas e cientistas políticos que pudessem abordar, com propriedade, os assuntos do projeto. A dificuldade encontrada por elas foi a de que, por ser período de férias, a maioria das fontes estava viajando. Depois de muitas tentativas, as fontes que se prontificaram a ajudar foram colocadas nas pautas para, em seguida, serem contactadas. Para a realização de tal feito, as alunas citadas ligaram para as fontes, marcaram as entrevistas e agendaram o horário, dia e local para que os estudantes Andrey Franco e Luma Holanda prosseguissem com as entrevistas, a princípio. As

pesquisadoras Ive Rodrigues e Taíne Correa concluíram essa etapa de entrevistas (ANEXO A).

No dia 4 de julho ocorreram as duas primeiras entrevistas, uma no cartório eleitoral de Presidente Prudente, com a analista judiciária Fernanda Oliveira, que explicou informações básicas que ocorrem no dia das eleições. E outra na TV Fronteira com a repórter do G1 de Presidente Prudente, Heloise Hamada, que contou aos pesquisadores os fatos que envolvem a cobertura de um evento político. As entrevistas foram concedidas aos pesquisadores Andrey Franco e Luma Holanda.

No dia seguinte, os pesquisadores supracitados realizaram outras duas entrevistas, uma com o analista jurídico Leonardo Silva, que exemplificou como funcionam as propagandas políticas e a outra com o consultor político Cleberson Siqueira, que abordou as campanhas e programas políticos, além dos direitos e deveres do cidadão ao votar.

Já em 11 de julho, a pesquisadora Taíne Correa foi até a Câmara Municipal realizar a entrevista com o assessor de imprensa Maycon Morano, que apontou as diferenças entre o poder executivo e o legislativo, também explicou as responsabilidades que o prefeito tem de cumprir antes, durante e depois do período eleitoral, dissertou sobre o fato de a Câmara e a Prefeitura de Presidente Prudente dividirem o mesmo espaço, entre outros assuntos.

Os estudantes Andrey Franco e Ive Rodrigues também entrevistaram o professor, economista e ex-candidato Wilson de Lucas, que explicou as atividades realizadas pelo prefeito e pelos vereadores. A entrevista seguinte foi com o repórter da TV Fronteira, Lélío Ramos, que contou suas vivências como jornalista durante o período eleitoral. Além de apontar as dificuldades, Ramos também deu sua opinião sobre o interesse do eleitor prudentino por assuntos relacionados a política. A entrevista foi concedida a pesquisadora Taíne Correa, que também recebeu o jornalista Rogério Mative em seu local de trabalho para falar sobre suas experiências com a cobertura política de Presidente Prudente.

Para se aprofundarem mais na história da política da cidade, os pesquisadores Andrey Franco, Ive Rodrigues e Taíne Correa entrevistaram o historiador, sociólogo e ex-vereador José Caetano Silva, que contou sua visão sobre os fatos políticos que presenciou. A fim de embasar ainda mais a

história, a pesquisadora Taíne Correa dialogou com o historiador Ronaldo Macedo, que reside em Álvares Machado e também descreveu a política prudentina mediante suas experiências.

As últimas entrevistas foram realizadas pela pesquisadora Ive Rodrigues, que conversou com os juízes eleitorais da cidade, Silas Santos e Paulo Gimenes Alonso, sendo eles as fontes de maior conhecimento sobre as leis no período eleitoral. Os juízes informaram sobre a lei seca nas eleições, a obrigatoriedade do voto, denúncias de irregularidade, consequências da boca de urna, atos viciosos, entre outros temas.

Depois de finalizarem com os entrevistados que residem em Presidente Prudente, as pesquisadoras Ive Rodrigues e Taíne Correa entraram em contato com cientistas e especialistas políticos, a fim de trazer maior credibilidade ao conteúdo do trabalho, com apontamentos feitos pelos mesmos.

O primeiro entrevistado foi o cientista político Antônio Carlos Alkmin, doutor em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Alkmin respondeu a perguntas direcionadas a relação da mídia e a imprensa, com a política nacional. Em seguida, o entrevistado foi o jornalista, professor da Universidade Federal de Pernambuco e doutor em ciências sociais, Eduardo Duarte. O cientista foi abordado, também, com perguntas, sobre relação entre mídias e política. Eduardo Nunomura, jornalista com participação em eleições brasileiras desde 1998 e professor da Casper Líbero também foi entrevistado. Para Nunomura, a pesquisadora Taíne Correa fez perguntas que entrelaçavam a política com o jornalismo, já que essa é a especialidade do cientista.

A próxima entrevista foi com a cientista política Joyce Miranda, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que abordou o acesso à informação, o comportamento dos eleitores, a ausência de temas políticos nas escolas, a democracia política, entre outros. José Arbex Junior foi o último entrevistado. O jornalista, professor da PUC-SP e doutor em história social, respondeu a perguntas que envolviam, exclusivamente, o relacionamento da política e do jornalismo. Ao final de tudo, cada pesquisador decupou a entrevista que realizou.

7.6 Mídias

Com as entrevistas decupadas, restava aos pesquisadores, juntamente com o orientador, decidirem de que forma as informações seriam transmitidas para o público. Então, na primeira orientação do mês de agosto foram discutidas as mídias que seriam produzidas com base no material recolhido pelo grupo. Algumas das definições foram: haveria uma foto estourada no cabeçalho da página, um texto-base interligando todas as mídias, blocos em html demonstrando os mitos das eleições; uma galeria de cartoons sobre como votar na eleição, um vídeo e um HQ sobre as funções do prefeito e dos vereadores que entraram junto do podcast sobre parte da história da política em Presidente Prudente em uma ferramenta interativa chamada Thinglink; cartoons em forma de linha do tempo sobre a história do voto; um vídeo explicando o que é quociente eleitoral e partidário; um infográfico sobre despesas em campanhas eleitorais; um GIF sobre o que é permitido e o que não é permitido no dia da eleição; e para finalizar, um quiz com perguntas sobre todas as informações anteriormente passadas, para testar o conhecimento do eleitor.

O próximo passo para o grupo, agora, seria criar o nome da página e comprar o domínio do site para sua hospedagem. Enquanto os pesquisadores Andrey Franco e Luma Holanda se responsabilizaram em criar uma lista com possíveis nomes, a pesquisadora Taíne Correa ficou encarregada de comprar o domínio da página logo que o nome fosse decidido. Na semana seguinte, os pesquisadores Andrey Franco e Luma Holanda levaram cerca de 20 sugestões de nomes que eles já haviam verificado se estavam disponíveis para uso e, por preferência da maioria, incluindo o orientador, o nome escolhido foi: Voto Prudente. Com o nome em mãos, a pesquisadora Taíne Correa realizou a compra do domínio.

Na terceira semana de agosto, os pesquisadores haviam terminado a produção de suas mídias, então foi marcada uma reunião com o orientador para a apresentação do que havia sido feito. Andrey Franco apresentou os dois cartoons e mais o vídeo do quociente eleitoral e partidário, esse último junto da pesquisadora Luma Holanda. Ivo Rodrigues apresentou o texto da reportagem, o infográfico, o gif, e os conteúdos interativos do thinglink,

esse último juntamente com Taíne Correa, que o desenvolveu. Por fim, a pesquisadora Taíne Correa apresentou os html dos mitos, as duas fotografias, a galeria feita com os cartoons e o quiz, além das artes feitas pelos colaboradores. O orientador Thiago Ferri apontou as correções necessárias e disse que o conteúdo já poderia ser passado para a página.

7.7 Desenvolvimento da página

Desde a primeira orientação do mês de agosto, o orientador Thiago Ferri aconselhou que o grupo começasse a procurar algum desenvolvedor de web, para que este produzisse a página de acordo com as necessidades do grupo. As alunas Ive Caroline Rodrigues e Taíne Correa chegaram a contactar dois desenvolvedores, porém ambos estabeleceram um preço que não atendia ao valor proposto pelo grupo. Então, a pesquisadora Taíne Correa recebeu a proposta de Wesley Desiderio que se ofereceu para desenvolver a página sem custo algum.

O primeiro passo para a confecção do site foi comprar a hospedagem por 1 ano, indicada pelo desenvolvedor. Os ajustes na página foram feitos nas segundas, terças e quartas das semanas seguintes, mediante o programa Team Viewer, no qual Wesley Desiderio se conectava com o notebook de Taíne Correa e assim pensavam juntos nas adequações que o orientador passara.

7.8 Assessoria de imprensa

A partir do momento em que a página foi finalizada pelo desenvolvedor Wesley Desidério, e foi ao ar no dia 1º de setembro, o orientador Thiago Ferri sugeriu que os alunos fizessem o trabalho de assessoria de imprensa, para que o projeto fosse divulgado por veículos de Presidente Prudente e região e que, desta forma, alcançasse o público alvo, que são os eleitores.

Nesse processo, a aluna Ive Caroline Rodrigues produziu um release, corrigido pelo orientador, e posteriormente enviou o material de divulgação para um mailing com contatos da imprensa. Depois do envio, as

pesquisadoras Taíne Correa e Ive Caroline Rodrigues entraram em contato com os principais veículos de Prudente, para que os mesmos publicassem o material. Elas obtiveram respostas e divulgações no portal online da Revista Destaque e na coluna do Sinomar Calmona, no dia 1 de setembro; no Portal Prudentino, no dia 5 de setembro; no Blog Professora Alba Lucena, vereadora de Presidente Prudente, no dia 6 de setembro; no Portal Bueno, de Presidente Venceslau, no dia 22 de setembro, além da nota sobre a reportagem multimídia dada na rádio 98 FM no dia 2 de setembro. A TV Fronteira, afiliada da Rede Globo, também entrevistou a aluna Taíne Correa sobre o site, porém, a matéria não foi ao ar, pois houve um importante ocorrido que tomou o tempo da gravação.

Além da divulgação na imprensa, os pesquisadores juntamente com o orientador, divulgaram a reportagem multimídia com posts diários no Facebook durante uma semana.

7.9 Redução do grupo

No dia 6 de dezembro, após a reunião do colegiado da Facopp, foi decidido a reprova dos alunos Andrey Franco e Luma Holanda. Portanto, somente as alunas Ive Rodrigues e Taíne Correa seguiram adiante com o projeto para a banca de defesa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto apoia-se em conceitos teóricos do jornalismo político e webjornalismo, voltados especificamente para a reportagem multimídia. A junção dessas áreas foi a base para a construção de um site sobre as eleições municipais de 2016, destinado aos eleitores, capaz de informar sobre o tema e responder a dúvidas frequentes, levando seu conteúdo para a sociedade em geral.

A construção deste trabalho, desde a elaboração até a prática, foi um grande desafio para os pesquisadores, pois a temática “Jornalismo Político como Prestação de Serviços aos Eleitores por meio de Reportagem Multimídia” era algo inusitado para o grupo, tendo em vista o pouco contato de cada um com os temas abordados e os interesses pessoais que, inicialmente, não iam ao encontro deste assunto.

Os pesquisadores acreditaram que abordar conceitos políticos, de maneira simples e explicativa, exatamente em um ano eleitoral, seria difícil, porém, o grupo acreditou nas experiências, no conhecimento e nas vivências que a temática seria capaz de proporcionar, e abraçou a ideia para a construção e o desenvolvimento do trabalho. A busca por referenciais para a produção teórica foi essencial para que o grupo entrasse em contato com o conteúdo e entendesse a sua atuação.

Como objetivado desde o início, uma das lacunas principais que o trabalho apresenta centra-se na utilização da plataforma on-line para gerar interesse no público-alvo em questão, uma vez que os tópicos estudados envolveram conteúdos, em sua maioria, de difícil absorção e entendimento.

Além dos apontamentos acima, a constante evolução tecnológica também serviu como peça fundamental para potencializar o poder de atração do projeto. Os pesquisadores puderam concluir que a reportagem multimidiática é capaz de transformar dados complexos em algo compreensível ao leitor, a partir do momento em que traz novas perspectivas sobre um mesmo assunto e amplia a visão do mesmo.

É importante salientar que, ao utilizar outras mídias como complementação de um texto em profundidade com temas vistos como de difícil compreensão, como o do projeto em questão, os pesquisadores

objetivaram a complementação da informação de uma maneira não redundante, e que fosse capaz de torná-la mais interessante devido à interatividade e da opção de escolha do assunto que for do interesse do internauta.

A equipe também pôde concluir que a capacidade que a reportagem multimídia tem de integrar os recursos de vídeo, texto, infografia, foto e áudio, ainda é desconhecida pelos leitores, e a não habitualidade e compreensão do funcionamento desta nova estrutura implica no entendimento que o jornalista deve ter acerca do webjornalismo, para que ele saiba transmitir conteúdo e informação por meio dela.

Outro ponto que esta pesquisa tende a colaborar parte da ideia de que, na internet, os textos não precisam ser necessariamente curtos. A informação em profundidade também é capaz de oferecer conteúdos “leves” sem que haja um descontentamento na leitura, ressaltando também que não existe somente um tipo de leitor.

Tendo em vista que o serviço, como característica intrínseca ao jornalismo, é a decodificação da informação de maneira inteligível e também o fornecimento de subsídios ao público para receber, interpretar e até executar - caso lhe interesse - ação decorrente da notícia, o grupo acredita que cumpriu tal objetivo ao utilizar-se de técnicas peculiares do jornalismo político, como entrevistas em profundidade, análises técnicas, apuração cuidadosa e compreensão do tema, para transformar um conteúdo extremamente específico em materiais multimidiáticos de web com caráter informativo e acessíveis ao público, de modo que tais conteúdos lhes sejam úteis no processo de tomada de decisão durante o período eleitoral, ou até mesmo para o simples conhecimento do funcionamento do poder público e das eleições.

A aceitação do conteúdo multimidiático pelo leitor pôde ser observada por meio das métricas de acesso do site durante o mês de setembro. A análise de visitas aponta que, no mês em que o site foi ao ar – período que antecedeu às Eleições – com divulgação em redes sociais e na imprensa regional, houve 3.784 visitas à reportagem, sendo 2.807 únicas. As visualizações aumentaram em proporção à aproximação da data em que os eleitores iriam votar, que foi no dia 2 outubro. Os dez últimos dias pré-eleição, foram os de principais acessos, cerca de 2.330 pessoas, numa média de 233

por dia, se informaram sobre o tema no site. O pico ocorreu no dia 21 de setembro, com um público de 1.140 internautas em um único dia.

Os maiores dias de visualizações foram às quartas-feiras, com 413 acessos, seguido das quintas-feiras com 282 visitas. Em relação aos horários, o maior fluxo ocorreu às 16h e às 18h. Acerca da geografia mundial, 4.262 acessos às páginas da reportagem em setembro foram de brasileiros, seguido por 242 visualizações de americanos e 18 de portugueses. Tais dados reforçam o alcance de um dos objetivos dos pesquisadores desde projeto, que é mostrar que há interesse do leitor para com informações em profundidade, que são apresentadas de maneira agradável e também a característica de alcance global da web como veículo de comunicação, sem barreira geográfica, além do conhecimento da sociedade pelo tema após acessarem o conteúdo.

Mesmo depois de passadas as eleições, a reportagem continuou sendo acessada, e assim se vincula à característica do webjornalismo de perenidade, pois torna-se um documento para futuras pesquisas e pode continuar informando internautas durante um período maior. No mês de outubro, a métrica da reportagem indica 521 visitas, sendo 457 únicas. Já em novembro 384 visitas totais e 318 únicas e até 14 de dezembro, 129 visitas e 110 únicas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 31 mil domicílios têm acesso à internet em Presidente Prudente. Somando todas as visitas únicas nesses quatro meses em que o site está no ar, 3.744 pessoas acessaram a reportagem. Portanto, conclui-se que os pesquisadores conseguiram atingir quase 10% da população que acessa a web.

Como consequência do esforço e aprendizado, o grupo acredita que o objetivo geral deste projeto foi alcançado, e que conseguiu apresentar como o jornalismo político pode ultrapassar os conhecimentos do jornalismo tradicional a partir da aplicação das características desta especialização jornalística. Corroborando com as ideias dos entrevistados, o grupo possibilitou aos eleitores, a partir da reportagem multimídia, um serviço com base em uma gama de plataformas multimidiáticas que cumpriram com o dever de facilitar a compressão e a busca por informações sobre as eleições. Para abranger o cenário político no jornalismo, os pesquisadores interpretaram a quem se destina o tema e qual a importância dele para seus papéis de cidadãos. Foram

selecionadas informações que situaram o leitor sobre sua posição, por meio de fontes oficiais e entendedores do assunto.

Além disso, a escrita elaborada e inteligível também fomenta as características do jornalismo político que, por sua vez, visa oferecer informação de mais qualidade para o público, a fim de complementação qualificada. Tais abordagens permitiram a elaboração de uma reportagem multimídia sobre as eleições municipais.

Por fim, os pesquisadores esperam que esta pesquisa, além de contribuir com a Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente, também incentive a realização de novos projetos voltados para a área do Jornalismo Político, pois o tema ainda é pouco aplicado em trabalhos de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS

- ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- ALBUQUERQUE, Afonso. **Um outro “quarto poder”**: imprensa e compromisso político no Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 maio 2016.
- ALVARES, Luciana. **A opinião dos ‘grandes jornalistas políticos’**. 2010. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-opinio-dos-grandes-jornalistas-politicos/>>. Acesso em: 10 set 2016
- ÁLVARES, Rafael. **Política 2.0 no Youtube**. Jornalismo Cidadão e a Campanha online do Barack Obama. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89481/alvares_rl_me_bauru.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 nov. 2016
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2003.
- ÁVILA, Fernando. Prólogo. In: FRANCO, Guilherme. **Como escrever para a web**: elementos para a discussão e construção de manuais de redação online, 2005. Disponível em: < https://knightcenter.utexas.edu/como_web_pt-br.pdf>. Acesso em 14 jul. 2016.
- AZEVEDO, Fernando Antonio . Agendamento da Política. In: Antônio Albino Canelas Rubim. (Org.). **Comunicação Política**: abordagens e modelos. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p. 41-72.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. 2006. Disponível em:<<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/414/201>>. Acesso em: 24 maio 2016
- AZEVEDO, Fernando. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo_97.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016
- BARBOSA, Suzana; DA SILVA, Fernando Firmino; NOGUEIRA, Leila. **Análise da convergência de conteúdos em produtos jornalísticos com presença multiplataforma**. 2013. Disponível em:<<http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/52/44>>. Acesso em 16 jul. 2016.
- BARRETO, Emanuel. **Jornalismo e política**: a construção do poder. 2006.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e Prática do Jornalismo**. Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Edições Omnia, 2006.

BORGES, Juliano. **Webjornalismo: Política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2009.

BORGES, Juliano. **Webjornalismo político e a cobertura online das eleições presidenciais de 2002**. 2008. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/182/305>>. Acesso em 7 jul. 2016.

BRADSHAW, Paul. Instantaneidade: Efeitos da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Labcom, 2014, p. 111-136. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204_201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. Padrões Brasil e-Gov. **Cartilha de Usabilidade**. Versão 1.2. 2010. Disponível em <<http://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/e-pwg-usabilidade.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2015/Dez/3/resolucao-no-23-450-de-10-de-novembro-de-2015>> Acesso em 4 jun. 2016.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Agosto/conheca-a-diferenca-entre-o-domicilio-eleitoral-e-o-domicilio-civil>> Acesso em 4 jun. 2016.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAJADO, Ane; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda. **Eleições no Brasil – Uma História de 500 Anos**. 2014, p. 11-71. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Labcom, 2014, p. 3-24. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

CANAVILHAS, João Manuel Messias. Webjornalismo: Considerações gerais sobre jornalismo na web. In: CONGRESSO IBÉRICO DE COMUNICAÇÃO, 2004. Corvilhã/Portugal. **Anais eletrônicos...** Portugal: BOCC, 2004.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016

CARRARO, Renata; CRISTIANO, B. A.; SILVA, V.S. **Repórter Multimídia: A grande reportagem na internet**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/expocom/EX33-0264-1.pdf> Acesso em 26 maio 2016.

CASTRO, Lucas Rodrigues. **Vídeos online: estratégia de difusão dos arquivos**. 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67177/000871384.pdf?sequence=1>> Acesso em 20 nov. 2016.

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

COOK, Timothy. **O jornalismo político**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jun. 2016.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC. Rio de Janeiro. **Manual do Webwriting**. 2011. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/manual-webwriting-cnc-versaoweb_14.12.2011.pdf> Acesso em 16. Jul. 2016.

COSTA, M; SILVA, S. Webwriting: Análise da Informação para Mídias Digitais dos Portais G1 e R7. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, 2012, Campo Grande – MS. **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2012/resumos/R31-0018-1.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2016.

CRUVINEL, Tereza. Colunismo: análise, opinião e ética. In SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DANCOSKY, A. K.; RENÓ, D. P. Hipermídia como potencialidade para o webjornalismo. In: **5º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo**, 2014, Campo Grande - MS. Disponível em: <<http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor5/files/2014/07/AndressaKikuti-DenisReno-5Ciberjor-CampoGrande.pdf>> Acesso em 22 maio 2016

DEL BIANCO, Nélia R. **O som da notícia nas teias da rede**. 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/80203423370901436337800664385516733285.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016.

DIEHL, Antônia Astor; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <<http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/8572442421/pages/1>>. Acesso em: 21 maio 2016.

FERRI, Lúcia; CASTILHO, José. **Inventário da Legislação Prudentina**. Presidente Prudente, 2010.

FRANCO, Guillermo. **Como escrever para a web**: elementos para a discussão e construção de manuais de redação online, 2005. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/como_web_pt-br.pdf> Acesso em: 14 jul. 2016.

FRANCO, Ricardo. **E-mail marketing e vídeo: a integração que favorece a interatividade**. 2010. Disponível em: <<http://imasters.com.br/artigo/18426/email-marketing/e-mail-marketing-e-video-a-integracao-que-favorece-a-interatividade/>> Acesso em 20 nov. 2016.

G1. **Câmara mantém em 13 o número de vereadores em Presidente Prudente**, 11 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/12/camara-mantem-em-13-o-numero-de-vereadores-em-presidente-prudente.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

GALINDO, Ericka de Sá. **O jornalismo e o judiciário: um olhar sobre a cobertura do julgamento da denúncia do “mensalão” no Supremo Tribunal Federal**. 2010. Disponível em <<https://sites.google.com/site/mediajornalismoedemocracia2010/textos-de-comunicacoes/o-jornalismo-e-o-judiciario>> Acesso em: 25 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2016.

JORIS, Jean Patrick. **Infográficos: uma proposta contemporânea para o jornalismo informativo**. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3197-1.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016.

JÚNIOR, Olava Brasil de Lima. **Democracia e instituições políticas no Brasil nos anos 80**, Loyola, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HDPkFgXZVkwC&oi=fnd&pg=PA1&dq=elei%C3%A7%C3%B5es%20diretas%20brasil&ots=kIC1qEIMTd&sig=O64EswMCoqi7-AVQIQFS7m14bzs#v=onepage&q=elei%C3%A7%C3%B5es%20diretas%20brasil&f=true>>. Acesso em 4 jun. 2016.

LAGE, Nilson. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014. Disponível em: <<http://177.101.17.124/index.php/pauta/article/view/6080/3724>> Acesso em: 20 nov. 2016.

LOBO, Tiago. **Sobre o papel social do jornalismo**. Nº 743, 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/> Acesso em: 26 jun. 2016.

LONGHI, Raquel R. “Intermedia, ou Para entender as Poéticas Digitais”. In: **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002. Anais. Salvador**: Intercom, 2002. Disponível em: <intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP7LONGHI.pdf>. Acesso em: em 26 maio 2016.

LONGHI, Raquel Ritter. **A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo**, 2015. Disponível em: <<http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor6/files/2015/03/LONGHICIBERJOR.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016

LONGHI, Raquel Ritter. **O turning point da grande reportagem multimídia**, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/18660/12569>>. Acesso em: 28 maio 2016.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. **O lugar do longform no jornalismo online: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo**. 2015. Disponível em <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b_2852.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016

LONGHI, R. R. **Os nomes das coisas**: em busca do especial multimídia. Estudos em comunicação. Covilhã, v.2, n.7, p.211, Maio, 2010. Disponível em <http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Longhi_nomes.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

LUIZ, Thiago Cury. **Proteste já**: 2010. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/luiz-thiago-proteste-ja-veia-politica-cqc.pdf>> Acesso em: 3 jul. 2016.

MAGALHÃES, Eleonora. **Jornalismo político no Brasil: polarização estéril ou arena de debates?**. 2015. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/450/302>>. Acesso em: 23 jun. 2016

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MATIVE, Rogério. **Reajuste e aumento de cadeiras terão que ser debatidos em audiência**, 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.portalprudentino.com.br/noticia/noticias.php?id=40229&titulo=reajuste-e-aumento-de-cadeiras-terao-que-ser-debatidos-em-audiencia>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MATOS, Heloíza Helena Gomes de. **Comunicação Política e Comunicação Pública**. In: *Organicom* 4:58- 73, 2006. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/55/189>> Acesso em: 23 jun. 2016.

MENESES, R.; PELÚCIO, I.; RIOS, R. Elementos de webwriting em site de compras coletivas do Ceará. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 13, 2011, Maceió - AL. **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Universidade Federal do Ceará**. 2011. 11 p. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/r28-0371-1.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2016.

MUNHOZ, Paulo César Vialle. **Fotojornalismo, internet e participação: os usos da fotografia em weblogs e veículos de pauta aberta**. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11311/1/dissert%20Paulo%20Munhoz.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016.

NETTO, Gelson; ROBERTO, Wellington. **Retotalização de votos altera eleitos para a Câmara de Presidente Prudente**, 28 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/eleicoes/2016/noticia/2016/10/retotalizacao-de-votos-altera-eleitos-para-camara-de-presidente-prudente.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=3xrd30zlrGIC&oi=fnd&pg=PA7&dq=hist%C3%B3ria+das+elei%C3%A7%C3%B5es&ots=3cWgSHlgUG&sig=ULLJvuSTrM0pInBQYDJU-6SyLb8#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

NOGUEIRA, Leila; KALIL, Marcus Vinicius Alcântara. **Webjornalismo Político e o Processo Comunicativo de Habermas**. 2010. Disponível em <<https://sites.google.com/site/mediajornalismoedemocracia2010/textos-de-comunicacoes/webjornalismo-politico>> Acesso em: 14 out. 2016.

NUNES, Mayara Rinaldi. **Jornalismo político e visualização da informação: um estudo da editoria de poder do jornal Folha de S. Paulo**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128985/330208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 maio 2016.

OESTE NOTÍCIAS. Presidente Prudente. Outubro, 2000.

O IMPARCIAL. Presidente Prudente. Outubro, 1992.

O IMPARCIAL. Presidente Prudente. Outubro, 1996.

O IMPARCIAL. Presidente Prudente. Outubro, 2000.

O IMPARCIAL. Presidente Prudente. Outubro, 2004.

O IMPARCIAL. Presidente Prudente. Outubro, 2008.

PALACIOS, Marcos. Memória: Jornalismo, história e memória na era digital. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença** Covilhã: Livros Labcom, 2014, p. 89-105. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 22 jun 2016.

PALACIOS, Marcos. RIBAS, Beatriz. **Manual do laboratório do jornalismo na web**. 2007. Disponível em: <<http://gjol.net/wp-content/uploads/2012/12/book-manual-laboratorio.pdf>> Acesso em 16 jul. 2016.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: Planejamento e produção da informação online**. 2. ed. São Paulo: Editora Summus, 2003.

PINTO, Céli. **Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil**. São Paulo: Revista Usp, n49, p. 98-112, 2001.

PUDO, Diego Cavalcante. **Aproximação do poder político à população por meio de novas tecnologias de comunicação**, 2010. Disponível em: <http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1266/1/diego_pudo_dissertacao_vers_aofinal_revista.pdf> Acesso em: 22 jun. 2016.

REFKALEFSKY, Eduardo. **Para além do lide: o jornalismo interpretativo brasileiro**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/17617680000be8aa4f85b9fa8853a290.pdf>> Acesso em: 23 maio 2016

REGES, Thiara Luiza da Rocha. **Características e gerações do Webjornalismo: análise dos aspectos tecnológicos, editoriais e funcionais**. 2010, p. 49-51. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/reges-thiara-caracteristicas-e-geracoes-do-webjornalismo.pdf>> Acesso em: 24 jun 2016.

RESENDE, Geovanna Argenta de Barros. **Jornalismo literário: uma análise da revista Brasileiros**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos-nucleos/artigos/Jornalismo%20literario%20uma%20analise%20da%20revista%20Brasileiros.pdf>> Acesso em: 24 maio 2016

RIBEIRO, Ângelo Augusto. **YouTube, a nova TV corporativa: o vídeo na web como estratégia de comunicação pública e empresarial**. 2013. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sEHwfC1itGsC&oi=fnd&pg=PA5&dq=v%C3%ADdeo+para+web&ots=kPIUfsUdID&sig=V86PryvIGWHnvHbfe3A90O72dKQ#v=onepage&q=v%C3%ADdeo%20para%20web&f=false>> Acesso em: 13 jul. 2016.

RODRIGUES, Bruno. **Webwriting** – Redação para a mídia digital. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença** Covilhã: Livros Labcom, 2014, p. 53-88. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil Contemporâneo. In: CORREIA, João Carlos. Org. **Comunicação e Política**. Covilhã, 2005. Disponível em: <https://fasul.edu.br/portal/files/biblioteca_virtual/7/comunicaceoepolitica.pdf#page=43> Acesso em: 28 jun. 2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Política, cultura e a cobertura jornalística das eleições presidências de 2006. In: GOULART, Jefferson O. Org. **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=mzmvOubSiFQC&oi=fnd&pg=PA63&dq=jornalismo+pol%C3%ADtico&ots=3xhcOxgwq5&sig=BQuy0992H_MGOyHxWWF1onBX-5o#v=onepage&q=jornalismo%20pol%C3%ADtico&f=false> Acesso em 26 jun. 2016.

SALAVERRÍA, R. Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros. Labcom, 2014, p. 25-52. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción Periodística em Internet**. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, S.A, EUNSA, 2005. Disponível em <https://miriadax.net/documents/10348694/10348719/UNAV_RSalaverría1b.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

SANTANA, Mayara. **Jornalismo de serviço: um aporte teórico em construção**. *Comun. & Inf.*, Goiânia, GO, v. 18, n. 1, p. 208-225, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11152/1/Artigo%20-%20Ana%20Carolina%20Rocha%20Pess%C3%B4a%20Temer%20-%202015.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Manual de redação na web**. 2005. Disponível em: <http://www.utic.sp.gov.br/arquivos/webwriting_final.pdf> Acesso em: 14 ago. 2016

SEABRA, ROBERTO. Jornalismo Político: história e processo. In: SEABRA E DE SOUSA, Roberto e Vivaldo. **Jornalismo Político** - Teoria, História e Técnicas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2006.

SILVA, Cilene Victor; KÜNSCH, Dimas. **A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo**. LÍBERO, São Paulo – v. 18, n. 36, p. 15-26, 2015. Disponível em:< <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/TC.-CILENE-DIMAS.pdf>> Acesso em: 23 maio 2016

SILVA, Márcia. **O Poder Local Em Presidente Prudente-SP, O Comerciante e Suas Representações Sociais**. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89780/silva_m_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 jul 2016.

SILVA, Rafaelle Costa. **Mídias sociais como estratégia de comunicação na política**, 2009. Disponível em:<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2090/2/20564573.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2016.

SILVA, Oslaine. **50 anos sem Florivaldo Leal é lembrado por prudentinos**. *O Imparcial*, Presidente Prudente, 20 dez 2015. Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/50-anos-sem-florivaldo-leal-e-lembrado-por-prudentinos>> Acesso em 28 nov. 2016.

STRAY, Jonathan. **Jornais e tv priorizam político em vez do cidadão**. 2015. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/jornais-e-tv-priorizam-politicos-em-vez-do-cidadao/>> Acesso em: 10 set 2016.

PRESIDENTE PRUDENTE, Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.camaraprudente.sp.gov.br/index2.php?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1PRFk9T0RnPU9UYz1PV1E9T1RRPU9UST1PV009&id=8>> Acesso em 4 jun. 2016.

PRESIDENTE PRUDENTE, Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.camaraprudente.sp.gov.br/index2.php?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1PRFk9T0RnPU9UYz1PV1E9T1RRPU9UST1PV009&id=6238>> Acesso em 4 jun. 2016.

PRESIDENTE PRUDENTE, Câmara Municipal. Disponível em: <http://camaraprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/pprudente/biografias_executivo.html> Acesso em 28 nov. 2016.

PRESIDENTE PRUDENTE, Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=21408>. Acesso em: 8 jul 2016

SANTOS, Waldery. **A história da política em Presidente Prudente**. Série: Documentos de Presidente Prudente, 1998.

SOUSA, Vivaldo De. Precisão e correção no jornalismo político. In SEABRA, Roberto, SOUSA, Vivaldo de (orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006

SOUTO, Fhoutine. Pesquisador-jornalista/jornalista-pesquisador – Uma análise da cobertura das eleições presidenciais de 2010 do ponto de vista do repórter. In: **IV Encontro da Compólítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011**. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Fhoutine-Marie.pdf>> Acesso em 3 jul. 2016.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística**. 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>> Acesso em: 3 jul. 2016.

TORRES, José Ricardo. **O jornalismo político está matando a política**. 2016. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-jornalismo-politico-esta-matando-a-politica/>> Acesso em: 10 set 2016.

VAZ, Tyciane. Jornalismo de Serviço: as espécies utilitárias como gênero na mídia brasileira. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.31.,2008,Natal. **Anais eletrônicos**. Natal. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0482-1.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

APÊNDICES

**APÊNDICE A
PAUTAS**

RETRANCA: DIA ELEIÇÕES

DADOS: Acerca do dia das eleições existem vários fatores e regras a serem cumpridos pelos eleitores e candidatos, não só comportamentais, mas também previstos por lei. Dentro dessas regras, encontra-se a justificativa do voto, documentações eleitorais, horários, boca de urna, funcionamento da urna, comportamento, biometria, trabalho voluntário e convocação, denúncias de irregularidade e lei seca.

ENCAMINHAMENTO: Vamos produzir um texto que aborda o dia da eleição municipal em si, explicando ao eleitor e aos candidatos seus direitos e deveres nesse dia em específico. Aqui, eleitores e candidatos aprendem como justificar seu voto caso não consiga comparecer a eleição, quais os documentos necessários para votar, como regularizar seu título, como funciona a urna e quais os procedimentos para votar usando as teclar confirma e corrige, qual a finalidade da biometria dentro do processo eleitoral brasileiro (também explicaremos a exigência do cadastramento biométrico), como fazer denúncias de irregularidades no dia da eleição, qual comportamento deve ser seguido durante o horário de votação, como a lei seca é aplicada, como funciona o processo de convocação ou voluntariado de pessoas para trabalharem neste dia, além da boca de urna e as consequências dela.

ROTEIRO (1):

Cleberson Siqueira

Advogado e consultor político

Avenida: Antônio Assis de Carvalho, 205, JD Novo Bongiovani

ROTEIRO (2):

Técnica judiciária: Letícia Martins

Cartório eleitoral 402ª zona eleitoral

Rua: Coronel Marcondes, 3020. Centro

Fone: (18) 3916-1173

ROTEIRO (3):

Rogério Mative: repórter Portal Prudentino

SUGESTÃO DE PERGUNTAS:

Como justificar o voto em casos de necessidade?

Como regularizar o título de eleitor?

Quais os documentos devem ser levados no dia da votação?

Como se aplica a lei seca nas eleições prudentinas?

Quais pessoas perante a lei tem a obrigação ou não de votar?

Como funciona a urna eletrônica e quais os procedimentos de uso?

Como funcionam os horários de votação?

Qual a função da biometria e como recadastra-la?

O que é permitido e o que não é no dia da eleição, tanto para o eleitor quanto para o candidato?

Como funciona o processo de convocação e voluntariado para trabalhar no dia da eleição e quem pode exercer a função?

Funcionário público, tem folga no dia seguinte no dia pós eleição?

Como denunciar uma irregularidade no dia da eleição?

Quais as consequências da boca de urna?

Como o eleitor deve fiscalizar e conhecer a vida pública dos candidatos?

RETRANCA: FUNÇÕES PARTIDÁRIAS

DADOS: Para ingressar na política brasileira é necessário estar filiado a um partido. Em geral, um partido político representa diferentes ideologias e convicções políticas de cidadãos adeptos a sua corrente de pensamento. Para tal antes de filiar-se a um partido, o eleitor deve tomar conhecimento das normas de sua organização, seus objetivos e seu projetos.

ENCAMINHAMENTO: Vamos produzir um infográfico explicando o funcionamento geral de um partido político, abordando temas como: filiação, fundo partidário, contas, propaganda partidária e processo de criação de um partido. Em textos apontaremos a importância dos membros que integram um partido e como eles são eleitos pelo próprio para concorrerem aos cargos de prefeito e vereadores.

ROTEIRO (1):

Professor José Caetano

ROTEIRO (2):

Wilson De Luces

Economista

Praça Raul Furquim, 9, Vila Furquim

(18) 3901-XXXX

SUEGESTÃO DE PERGUNTAS:

Qual o processo detalhado de criação de um partido?

Quem pode se filiar a um partido?

Para que serve um partido político e quais suas funções?

O que é fundo partidário e como ele é constituído?

Como são estabelecidas contas e propagandas dentro do partido?

Como ocorre a liberação dos recursos financeiros de um partido durante o ano?

O que são “partidos aptos” a receberem o fundo partidário durante o mês?

Como consultar o valor distribuído?

RETRANCA: PREFEITO VEREADOR

DADOS: As eleições municipais brasileiras servem para definir vereadores e prefeitos que irão representar a população da cidade, no período de quatro anos. Para tais funções são atribuídas responsabilidades e deveres, que devem solucionar e melhorar a vida da população. Em prudente são eleitos 13 vereadores e um prefeito, cada um deles tem uma função no poder governamental, porém, tais funções nem sempre são postas com clareza para a sociedade.

ENCAMINHAMENTOS: Vamos explicar por meio de vídeo interativo o que os vereadores fazem dentro da esfera do poder municipal, como funciona sua rotina, suas limitações e quais as interferências e influências que eles podem exercer na câmara. Explicaremos também a quantidade de vereadores que a cidade comporta e porque foi vetado o aumento. Quanto ao prefeito, apontaremos suas atribuições no poder executivo e mostraremos a diferença entre as duas funções, também enfatizando sua rotina e suas relações. Mostraremos também um mapeamento da Câmara Municipal explicando a função da Mesa Diretora.

ROTEIRO (1):

Reinaldo Ruas
99792-XXXX
99629-XXXX

ROTEIRO (2):

Maycon Morano
Assessor da Câmara Municipal
Fone: (18) 99173-XXXX
E-mail:
Endereço: Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200 - Centro, Pres. Prudente -
SP, 19010-081
Telefone:(18) 2104-4300

ROTEIRO (3):

José Artur Gonçalves
Rua Praça Raul Furquim, 09
Vila Furquim
19040430 - Presidente Prudente, SP – Brasil
99727-XXXX

SUGESTÃO DE PERGUNTAS:

Vereadores e prefeito trabalham de maneira conciliada?

Quais funções um prefeito exerce durante sua candidatura?

Como é regida uma Câmara Municipal e quais as influências que os vereadores possuem lá dentro?

A quem o cidadão deve se dirigir quando há um problema acerca do município, como obras de infraestrutura ou auxílio social?

Qual o motivo da tentativa de aumento da quantidade de vereadores em Prudente? E porque esse pedido foi negado?

Por que a Câmara Municipal de Prudente fica no mesmo prédio que a prefeitura? Isso interfere no trabalho de algum dos lados?

O que é um projeto de lei e por quem ele é determinado?

RETRANCA: EXPLICAÇÃO VOTOS

DADOS: Por meio do voto o eleitor define quem, em sua opinião, irá melhor representá-lo durante um período de quatro anos. Dentro do processo eleitoral existem diferentes formas de executar a votação, entre elas estão: Voto legenda que é quando o eleitor manifesta o desejo de que qualquer candidato de determinado partido, esteja apto a ocupar o cargo no qual ele está escolhendo, nesse caso o número digitado na urna é apenas o do partido e não do candidato. Já o voto nulo é quando o eleitor manifesta sua vontade de anular o voto, digitando um número inexistente. Dessa forma não direcionando seu voto a ninguém. Há também o voto em branco que é aquele em que o eleitor não define sua preferência por nenhum dos candidatos. Ainda existe a possibilidade da votação fora do domicílio eleitoral.

ENCAMINHAMENTO: Daremos aos eleitores uma cronologia do voto, definindo seus processos, etapas, obrigações e consequências. Vamos explicar aos eleitores quais as diferenças entre os votos nulos e brancos, se são válidos ou não, se há transferência para candidatos mais votados, se mais de 50% de voto nulo ou branco anula a eleição e como este tipo de votação influencia o período eleitoral. Também esclareceremos como funciona o voto de legenda e como ele influencia na campanha do candidato, que pode ter recebido vários votos e não conseguir uma vaga no Poder Legislativo porque o partido foi pouco votado. Outro meio de voto apresentado, é o que está em trânsito, que é quando o eleitor informa que está em outro local no dia do pleito, e é habilitado para votar fora da sua seção de origem.

ROTEIRO (1):

Técnica judiciária: Patrícia Espolador
Cartório eleitoral 182ª zona eleitoral
Rua: 7 Setembro, 1370. Vila do Estádio
Fone: (18) 3916-1172

ROTEIRO (2):

Silas Santos – Juiz eleitoral

SUGESTÃO:

Qual a diferença entre votos brancos e nulos?

Para que serve voto legenda?

Como o eleitor entra no processo de voto em trânsito?

Quais as consequências de não votar no dia das eleições?

Como justificar a ausência do voto?

Mais de 50% dos votos nulos ou brancos podem anular uma eleição?

Quão cidadão não é obrigado a votar?

RETRANCA: QUOCIENTE ELEITORAL

DADOS: A escolha de representantes do poder só é concretizada após a aplicação das formulas que regem o sistema proporcional de eleições, cujo cálculo se inicia por meio da obtenção do número total de votos válidos. Esse número é dividido pelo número de vagas em disputa. Essa divisão é conhecida como quociente eleitoral

ENCAMINHAMENTO: Vamos abordar o cálculo do quociente eleitoral a partir de um infográfico que determine a quantidade de vagas para cada partido, de maneira compreensiva, e também a sua importância e ligação com o quociente partidário. Explicaremos qual cálculo a ser feito quando há sobra de vagas.

ROTEIRO (1):

Leonardo Oliveira – analista judiciário

ROTEIRO (3):

Heloise Hamada – Repórter do G1
(18) 99141-XXXX

SUGESTÃO DE PERGUNTAS:

O que é quociente eleitoral?

Como é feito o cálculo do quociente eleitoral?

O que determina o quociente eleitoral?

Quando há sobra de vagas qual medida deve ser tomada?

Qual a ligação entre quociente eleitoral e partidário?

Como é determinado o quociente para votos nulos e brancos?

ANEXOS

**ANEXOS A
ENTREVISTAS**

Antônio Carlos Alkmim – Doutor e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ

Entrevista feita por: Taíne Correa

Data: 10/09/2016

Meio: E-mail

1- Como você vê a política hoje sendo noticiada pela imprensa? O jornalismo político atual é bom?

Depende de que imprensa estamos falando. Se estamos falando da mídia tradicional e televisiva, ou dos grandes jornais e revistas, ela é altamente concentrada, monopolizada, inclusive na mão de algumas famílias, associadas aos interesses de grandes empresas nacionais e internacionais que a mantêm. Isto se aprofundou nos últimos 20 anos. Este é um traço forte e muito ruim para a liberdade de expressão no país.

2- Qual a mudança mais perceptível da política noticiada na imprensa de alguns anos atrás para hoje?

Por um lado uma maior parcialidade, manipulação e direcionamento da opinião por parte da grande mídia, por outro uma diversificação de notícias, maior debate e uma polarização de opiniões nas redes sociais.

3- Na sociedade atual, em que a maioria das pessoas sabem que têm direito à informação, você percebeu alguma mudança no comportamento do público? Ele está exigindo mais e omitindo mais opinião?

As pessoas estão mais informadas, mas não necessariamente mais formadas, ou com mais conhecimento. Muitos procuram a rede mais para expressar opiniões pessoais, muitas vezes superficiais e preconcebidas, do que baseadas em conceitos articulados e informações mais qualificadas.

4- Como você avalia o impacto da mídia nas eleições e na política brasileira?

Muito forte, especialmente a televisão, e especialmente a aberta, em um país iletrado como o nosso. É e cada vez maior as redes sociais, particularmente o Facebook. As manchetes e primeiras páginas de jornal, assim como as pesquisas de opinião também têm impacto.

5- De que maneira a relação com a mídia mudou a forma do "fazer política"?

Uma maior quantidade de informação e emissão de opiniões, ainda que a emissão seja direcionada e as opiniões nem sempre qualificadas. Maior interação através das redes sociais e retomada de movimentos de rua e

manifestações diversificadas associadas à segmentos, de diversos conteúdos e à própria rede.

Cleberson Siqueira - Analista político

Entrevista feita por: Andrey Franco e Luma Holanda

Data: 05/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Quais os principais direitos e deveres de um cidadão no dia das eleições?

O sistema eleitoral brasileiro sofreu uma mudança muito grande. Para quem trabalha em eleição está muito apreensivo, porque pela primeira vez na história teremos uma eleição muito atípica. As eleições tinham campanha de seis meses depois três meses e agora apenas 45 dias de campanha e 35 dias de tv e rádio

2- Por que aconteceu essa alteração?

A reforma eleitoral. A intenção era reduzir os custos de uma campanha eleitoral. Como agora temos teto, ou seja, eu tenho um máximo que posso gastar. Aqui em Prudente fica em torno de 700 mil reais para uma campanha para prefeito. Todos acham que vão gastar milhões, mas dentro da lei só se pode gastar algo em torno desse valor. Nessa intenção de reduzir custos para que não fizessem campanhas mirabolantes reduziram também o tempo, tanto de campanha como de tv, e proibiram algumas coisas na campanha passada não podia outdoor, hoje os carros plotados de antigamente não se pode mais. São adesivos menores, coisa de 40x40 mais ou menos em cada lado do carro, no perfil do carro só posso ter um adesivo, de frente um e de trás outro. Aqueles cavaletes nas ruas não se podem mais. Tudo para reduzir custo de campanha com a finalidade do poder econômico não superar as campanhas que continua com o problema grave de corrupção por compra de voto, mas isso também tem diminuído.

45 dias de campanha a eleição vai se no dia 2 de outubro, o que não pode fazer um eleitor? Basicamente o eleitor não pode pedir voto para um candidato, não pode distribuir material, não pode de nenhuma forma tentar convencer, nenhuma pratica de convencimento de mudança de voto, seja ela de maneira gráfica ou por meio de manifesto oral.

3- Você citou a corrupção, como funciona a fiscalização dentro das campanhas eleitorais?

Nós temos alguns órgãos importantes como os cartórios eleitorais em que qualquer pessoa, qualquer cidadão ou partido possa encaminhar denúncia. Então se você visualizar uma irregularidade você pode encaminhar essa

denúncia, qualquer cidadão pode sendo filiado ou não. Partido político também pode, e o cartório vai encaminhar para um juiz eleitoral. Da mesma forma que tenho um juiz eleitoral, existe um promotor que fica responsável por esta área também mesmo que por pouco tempo especialmente em época de campanha, então é o ministério público eleitoral, são promotores da cidade que vão estar ajudando nessa fiscalização. Então a denúncia que foi para os cartórios vai para os promotores para averiguar se há irregularidade ou não. Que tipo de irregularidade? Pode estar na prestação de contas. Por exemplo, passo em uma rotatória e tem 30 cabos eleitorais trabalhando, esses 30 cabos precisam ter contrato, o partido precisa prestar conta do pagamento. Então se faço uma denúncia que estes 30 cabos estão trabalhando de maneira irregular em relação a prestação de contas o ministério público vai pedir ao partido, candidato ou coligação para que preste contas daqueles cabos eleitorais. Se eles não estiverem devidamente registrados não na carteira de trabalho, mas com contratos e pagamentos inclusive com recolhimento de INSS vai existir a penalização. Se houver algum tipo de propaganda irregular também qualquer cidadão pode agir. Então a fiscalização acontece pelos órgãos da justiça da justiça eleitoral, no caso da nossa cidade são os cartórios eleitorais juntamente com os juízes eleitorais e o ministério público eleitoral, esse é o sistema de fiscalização e julgamento das irregularidades eleitorais.

4- Sobre a lei seca, como ela se aplica aqui na cidade?

Sempre antes da eleição os juízes eleitorais como no caso de Prudente que tem um para cada cartório responsável, chamam os presidentes de partidos e as equipes dos pré-candidatos para regular algumas regras próprias. As regras eleitorais são federais, mas existem alguns detalhes que a justiça eleitoral local decide em cada cidade, por isso cada município pode permitir ou não, e tem alguns detalhes que ficam a cargo da justiça eleitoral permitindo ou não de acordo com o tipo de política que existe na cidade. Às vezes, isso pode ficar à mercê do rigor do juiz, as vezes acompanha as características da cidade, como por exemplo uma cidade muito do interior e muito pequeno em que o povo bebe aí briga porque tem uma rixa maior de candidato com candidato, essas cidades pequenas tem uma política muito acirrada assim o juiz proíbe. Em outras cidades que não possuem tem esse tipo de coisa o juiz libera, fica muito a cargo do comportamento do próprio município e das características do próprio juiz e do cartório, se são mais rigorosos ou menos.

5- Existe uma diferença nas normas entre eleições municipais e presidenciais?

Basicamente são as mesmas normas o que vai diferenciar é o tipo de eleição mesmo. Então em questão de horário gratuito por exemplo vai mudar. Nós tivemos uma alteração na propaganda eleitoral gratuita, antigamente tinham

blocos de meia hora não sei se vocês lembram, agora vamos ter só dois blocos de 10 minutos cada por dia. Esses blocos serão um na hora do almoço e outro aproximadamente na hora do jantar. Quando é para presidente isso muda também, por questões óbvias aqui iremos assistir o debate dos candidatos de Presidente Prudente em Pirapó irão assistir o debate de Prudente porque lá não tem TV, em Regente Feijó a mesma coisa. Quando é eleição presidencial o Brasil inteiro tem um programa único. Então as regras são as mesmas o que modula são as características próprias da eleição. Na eleição municipal eu voto em duas pessoas basicamente, no prefeito ou na chapa que já vem com vice-prefeito e vereador, na outra eleição se vota para presidente, senador, governador, deputado federal e estadual isso faz com que as características que mudam modulem um pouco as regras.

6- A regra do tempo é só aqui em Prudente ou em todas as cidades?

Todas as cidades, inclusive o tempo de rádio também diminuiu, o tempo era 10 minutos agora são apenas cinco. Um bloco na manhã e outro no almoço. Existe TV onde está o operador de TV, aqui existe a rede Globo por meio da TV Fronteira, assim as cidades da região vão acabar acompanhando as eleições daqui.

7- Qualquer cidadão pode se filiar a um partido político?

Qualquer cidadão pode se filiar a um partido político, desde que não esteja com seus direitos políticos suspensos.

8- Como funciona esse processo?

A suspensão dos direitos políticos que chamam de caçar os direitos na verdade é só uma suspensão, porque caçar é algo definitivo. Você caça um animal você mata em definitivo. Já a suspensão é temporária. No caso do Collor por exemplo ficou com os direitos suspensos por oito anos. Não sei se vocês sabem aqui na nossa região o Mauro Bragato perdeu o mandato e através do julgamento ele vai ficar cinco anos com os direitos políticos suspensos. Então qualquer cidadão pode se filiar a um partido, mas ele tem que estar com os direitos políticos a pleno vapor. Um cidadão por exemplo que nasceu no interior do Brasil e não tem título de eleitor não pode se filiar, porque para se filiar ele precisa do título. Sem o título ele não está no pleno gozo dos seus direitos políticos. Para estar neste pleno gozo primeiro ele tem que ter o título de eleitor e segundo ele não pode ter uma condenação com suspensão dos direitos políticos. Outra hipótese de suspensão do título de eleitor é quando você não vota reiteradas vezes e não justificar aí o título fica suspenso. O que você precisa fazer? Vai até o cartório eleitoral, paga uma taxa bem ínfima e já retoma, é mais para ter controle.

9- Você precisa ser aceito pelo partido?

Sim precisa ser. Você pode entrar e sair a qualquer tempo. Isso pode ou não ter penalidade caso você não tenha cargo público ou político, você entra e sai a hora que quiser. O partido também pode te tirar, mas para isso acontecer tem que haver um motivo, se você não está de acordo com a ideologia do partido entre outras coisas. Se você por exemplo é ocupante de um cargo eletivo proporcional que significa deputados federais, estaduais e vereadores, diferente do majoritário que são presidente, governadores e senadores, você perde o mandato porque no Brasil o mandato pertence ao Brasil não a pessoa. Para que isso não acontecesse criaram uma janela de transferência partidária. Um período em que o deputado ou vereador pode mudar de partido sem sofrer a sansão. Essa janela aconteceu uns três ou quatro meses atrás.

10- Como é distribuída a renda dentro de cada partido para um candidato ou membro?

De maneira geral funciona assim, o partido tem duas hipóteses de entrada de dinheiro. Dizendo a grosso modo de uma maneira bem simples. Uma é pelo fundo partidário, recurso que vem da União e distribuído por todos os partidos, para simplificar porque é uma regra um pouco complexa uma pequena parte desse fundo é distribuída igualmente por todos os partidos e a grande massa desse fundo é distribuída na proporção da participação do partido na democracia brasileira. Isso se mede por quantos deputados federais tem determinado partido, e nesta proporção vou dividir esse dinheiro, ou seja, quanto mais o partido mais dinheiro ele recebe. Isso tem fundamento na questão de que se o povo quer que esse partido seja grande ele receberá mais dinheiro. A outra maneira do partido receber dinheiro é através de doações. Muito embora as campanhas eleitorais não possam mais receber doações agora de empresas, os partidos ainda podem não para a campanha, mas fora dela para guardar e se manter.

11- Um partido então pode ser patrocinado?

Fora da campanha sim. Na verdade, até o meio da campanha ele ainda pode receber, mas aí existe um CNPJ como em qualquer outra empresa e a campanha tem outro CNPJ. Então como empresa eu não posso doar para o CNPJ do candidato, mas para o partido sim e assim esse dinheiro pode ou não ser repassado para o candidato. Na distribuição alguns partidos têm regras mais rígidas, ou seja, cada um tem uma regra específica. Por exemplo, para ser mais justo o partido prefere distribuir na seguinte forma, dependendo do tamanho da cidade uma quantia de dinheiro de acordo com o número da população além da distribuição dos vereadores e do prefeito e vice. Outros

partidos não têm algo muito engessado que representam a maioria, então eles vão aonde tem mais interesse. Vamos imaginar um partido qualquer que tenha interesse em se fortalecer na região macro de Presidente Prudente, que é uma região que possui 882 mil eleitores. Então vamos supor que ele seja grande no resto do estado e em outras partes do país, mas aqui ele é fraco então ele investe um pouco mais de dinheiro aqui. Vamos supor ainda que esse mesmo partido é fraco aqui, mas não tem interesse na região porquê o dinheiro que ele usaria para se fortalecer ele pode usar para crescer ainda mais em outra região até por uma questão de público ou quando são ligados a sindicatos ou públicos determinados como ruralistas etc. Então cada partido possui uma ideologia diferente nesse sentido.

12- A população tem como consultar esse valor distribuído pelo partido?

Sim, isso é público a lei de transparência pede que se publique isso. Tanto a União quando faz o repasse de fundo partidário ela tem que publicar isso e deixar isso exposto em sites oficiais o quanto foi para cada partido, como que foi depositado. E os partidos políticos também devem todos deixar as claras o quanto foi recebido além do quanto foi gasto e como foi gasto. É uma prestação de contas mesmo. Eles são obrigados a fazer e qualquer cidadão pode requerer, cidadão aquele que tem o título de eleitor e que o diferencia de uma pessoa normal.

13- Como é o processo de criação de um partido?

O partido nasce do povo entre aspas, aquela coisa bonita. Então para criar um partido é preciso ter assinatura de um percentual dos cidadãos eleitores do Brasil. Ele tem que colher como se fosse uma espécie de abaixo assinado, isso é feito geralmente em fichas. Tem um critério bem rígido, não são iguais aquelas folhas que passam na internet ou na faculdade que não tem validade alguma. Essas fichas têm dados pessoais preenchidos a mão com a assinatura da pessoa e filiação. Essas fichas têm que ser abonadas, isso significa que elas têm que ser assinadas por uma terceira pessoa, por exemplo, você quer assinar o abaixo assinado para a criação do partido, então você vai assinar uma ficha e a pessoa que está recolhendo as assinaturas vai assinar em um pedaço abaixo da sua ficha comprovando que colheu sua assinatura dizendo que isso é verdade. Se essa informação não for verdadeira pode existir até mesmo um processo criminal. Depois se junta as fichas numa proporção de número de eleitores de todo o país distribuídos em vários estados brasileiros. Então não posso criar um partido colhendo ficha só no estado de São Paulo, precisa-se ter representatividade em vários estados brasileiros.

14- A partir do momento que esse partido é criado ele está apto a receber o fundo partidário?

Não, antigamente sim, hoje devido a reforma existe uma briga. A reforma eleitoral foi aprovada uma parte e a outra não, então estamos no meio da discussão. Por essa reforma se um partido for criado hoje nem fundo partidário e nem tempo de tv. Então ele só vai poder usufruir disso na hora que rodar o exercício vai se contabilizar quantos representantes esse partido tem. Vamos supor que nós três vamos fundar o Partido Prudente, aí temos que pegar as fichas numa proporção descrita pela constituição federal na maior parte dos estados brasileiros e assim conseguimos fundar um partido. Agora para termos acesso não apenas ao fundo partidário, mas tempo de tv e outros benefícios precisamos esperar o giro de exercício do ano eleitoral iremos avaliar quantos representantes nosso partido tem. Se continuou apenas conosco e aqueles que assinaram as fichas não temos em tese nenhum deputado, em via de regra quando essas fichas estão sendo assinadas lá em cima já está acontecendo para que no momento de fundação do partido alguns deputados migrem para esse partido. Assim a hora que for contabilizar de novo o fundo partidário já teremos outra matemática, como eu disse antes ele é distribuído uma pequena parte de maneira igual e a outra pequena parte de maneira proporcional, na hora da redistribuição terá um novo desenho pois há um novo partido no cenário. Então aqueles partidos que tinham os deputados que migraram passaram a receber menos e esse novo partido que possui mais recursos passa a receber na proporção dessa nova configuração partidária. Lembrando que se eu crio um novo partido o deputado ou vereador não perde o mandato, isso acontece porque se ele mudar apenas para um partido novo não perde o mandato, só perde como eu disse antes se mudar para um partido já existente.

Eduardo Duarte – Jornalista e professor UFPE. Doutor em Ciências Sociais.

Entrevista feita por: Taíne Correa

Data: 05/08/2016

Meio: E-mail

1- Como você vê a política hoje sendo noticiada pela imprensa? Quais os impactos dessas notícias na sociedade?

Para responder a sua pergunta precisamos discernir aqui o que é imprensa na sua pergunta. Se você se refere apenas aos velhos órgãos de mídia ou a também aos novos rostos da imprensa que surge na internet. As empresas tradicionais de comunicação são comunadas com o poder político, então não pode haver notícia sem o comprometimento das relações políticas. O que implica que a sociedade nunca sabe o que realmente se passa se informa-se apenas por veículos tradicionais. Graças a existência de veículos de notícia que circulam nos meios digitais podemos ter como formar uma compreensão mais ampla dos fenômenos sociais.

2- Por que o público tem dificuldade e não se interessa por política? Isso é consequência da defasagem do ensino nas escolas que não aborda esse assunto?

Não apenas. O ensino nas escolas deve ser mais crítico e reflexivo. A política deve fazer parte do currículo escolar. Mas creio que o problema é histórico. A sociedade brasileira cidadã e consciente dos seus direitos ainda é um fenômeno muito novo e que não se estendeu para todos da sociedade. A grande parte da população brasileira foi adestrada a ver a política como algo de um mundo longe dela. O mundos dos "doutores", dos coroneis, dos senhores ricos. Não temos nem 150 anos de república brasileira, portanto, o eco da alma escrava ainda está nessa submissão e apartamento do mundo político.

3- Na sociedade atual, em que a maioria das pessoas sabe que têm direito à informação, você percebeu alguma mudança no comportamento do público? Ele está exigindo mais e omitindo mais opinião?

Será que a maioria sabe mesmo desse direito? Creio que não. Vivemos um momento de acordar para o fato que nossa sociedade brasileira é composta pelas perspectivas políticas de direita e de esquerda, e isso não depende de partidos. Esquerda e direita são formas de ver o mundo antes de qualquer coisa. Sabíamos disso no cotidiano, mas agora ficou explícito graças às opiniões emitidas pelas redes sociais. Com essas opiniões conhecemos mais nossa miséria emocional, nossas necessidades, bem como nossas vitórias.

Eduardo Nunomura – Jornalista com participação em eleições brasileiras desde 1998, professor da Faculdade Casper Líbero.

Entrevista feita por: Taíne Correa

Data: 07/08/2016

Meio: E-mail

1- Como você vê a política hoje sendo noticiada pela imprensa?

A política que se noticia na imprensa, especialmente no Brasil, privilegia a sua escandalização. Significa que casos de corrupção, desvios, malfeitos e práticas pouco republicanas do jogo político se tornam os assuntos mais recorrentes. John B. Thompson, o sociólogo que teorizou sobre o escândalo político midiático, já havia detectado esse fenômeno se dá por inúmeras razões, mas uma delas me parece bastante relevante: "o escândalo vende" (mais jornais, mais revistas etc). O problema de priorizar essa cobertura é que ela tem como consequência o afastamento da população da própria política. Ela passa a se desinteressar, se despolitizar e a considerar que tudo está perdido nesse campo.

2- O jornalismo político atual atende às necessidades do bom jornalismo?

Não atende, e não só pelas razões explicitadas acima. O que se viu em tempos recentes nas crises políticas brasileiras foi uma cobertura enviesada, que beira ao partidarismo. Ou seja, privilegiou-se apenas os desvios e casos de corrupção de um lado político, representado no Partido dos Trabalhadores, enquanto se fazia vistas grossas para os escândalos dos partidos da outrora oposição, no caso do PSDB. A partir da intensa judicialização das reportagens, que é um campo com seus próprios interesses, a imprensa se tornou refém de um jornalismo preguiçoso, totalmente dependente de fontes visivelmente interessadas e pouco afeito à produção de investigações próprias.

3- Por que o público tem dificuldade e não se interessa por política? Isso é consequência da defasagem do ensino nas escolas que não aborda esse assunto?

O desinteresse pela política é uma variável que você coloca e teria de ser embasada em pesquisas. Digo isso, porque o que me parece é que nunca a política se tornou assunto tão preocupante e de interesse da população brasileira. De um lado ou de outro, nunca se falou e se debateu tanto sobre esse campo. Por anos, até como uma herança do período ditatorial, o brasileiro não falava sobre política. O problema, ao meu ver, é a qualidade das discussões, que é bastante deturpada por uma série de fatores, inclusive o ensino deficiente nas escolas. Se em todos os anos em que o brasileiro ia sendo escolarizado a política deixava de ser uma preocupação dos currículos, isso se agrava no momento em que o cidadão se descola da instituição escolar e tem na imprensa o seu instrumento de referência principal para a informação e o conhecimento. A imprensa, que deveria colaborar para a formação de um bom debate sobre a política, força uma imagem negativa dela.

4- Na sociedade atual, em que a maioria das pessoas sabe que têm direito à informação, você percebeu alguma mudança no comportamento do público? Ele está exigindo mais e omitindo mais opinião?

Os meios de comunicação de massa passam por um momento de transição. O antigo modelo de negócios, baseado em publicidade que pagava por uma alta audiência, certamente não funciona num mundo de múltiplos emissores. O conceito de esfera pública se transformou, a ponto de que a opinião pública hoje em dia não passa necessariamente pela mídia. As redes sociais potencializaram formas novas e inovadoras, muitas ainda estão para ser criadas, na qual a imprensa tem de disputar espaço com esse novo universo. É uma disputa diferente, uma vez que os jornalistas, pela primeira vez, têm de "prestar contas" sobre o que publicam. Ele não pode mais se considerar como a voz da sociedade. Tem de interagir, reagir, explicar e justificar quase tudo o que explica, porque há não só vigilantes do que está sendo noticiado como há também cidadãos que se tornam eles próprios emissores com posições privilegiadas.

5- Qual a mudança mais perceptível do jornalismo político atual para o de alguns anos atrás?

Vejo o empobrecimento das equipes de jornalismo, que não é exclusivo das editorias de política. Os repórteres são menos experientes, pensam de maneira muito parecida uns com os outros, a diversidade do reportariado se perdeu no meio do caminho. A disputa interna, entre repórteres, deu lugar a um compadrio que não ajuda na construção saudável da notícia. E, para piorar, os repórteres se tornaram excessivamente dependentes das fontes policiais e jurídicas, que, como já disse, pertencem a um outro campo (na concepção de Pierre Bourdieu). O jornalismo investigativo não é sombra do que já foi no passado.

6- Na sua opinião, como o jornalismo político pode transcender o fazer jornalismo?

Entendendo o transcender em sua acepção original, qual seja, o de ser superior, não creio que seja necessário que o jornalismo político precise ou deva transcender o fazer jornalístico. Jornalismo é jornalismo e não faltam definições sobre o que vem a ser jornalismo. Trata-se de uma busca incansável e inesgotável pela verdade. A profissionalização da política, que força com que o nosso sistema político se torne encastelado e inatingível para uma real representação da sociedade, obrigaria com que o jornalismo político se desvencilhasse da armadilha em que se meteu em anos recentes e passasse a simplesmente fazer jornalismo.

7- O que é fazer jornalismo político?

Jornalismo político é uma especialização do jornalismo. Deveria ser visto apenas como o exercício das práticas jornalísticas para a cobertura do campo político. Na prática, por tudo o que já disse antes, caminhou para um enviesamento político não-desejável. Os repórteres acabaram por participar do jogo político, passiva ou ativamente. O contestatório sumiu da prática. Ou seja, basta uma fonte da Polícia Federal ou do Judiciário distribuir dossiês e casos para os jornalistas políticos para que estes conquistem suas manchetes e posições de destaque dentro das empresas. Em vez de contestarem essas fontes interessadas, eles aceitam e publicam de bom grado tudo o que recebem. E jornalismo, político ou não, jamais poderá prescindir de uma boa investigação, de uma boa checagem, e de contar a melhor história possível ouvindo o maior número de fontes possíveis.

Fernanda Martins Silva Oliveira - Analista judiciária.
Entrevista feita por: Andrey Franco e Luma Holanda
Data: 04/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Como justifica o voto em caso de necessidade? Especificamente no dia da eleição

No dia, aqueles que estiverem fora do seu domicílio eleitoral, eles justificam nas seções eleitorais. Aqui nós temos as mesas de justificativas. Vamos ter 5 mesas de justificativas. A pessoa procura, preenche o requerimento de justificativa. Ela precisa ir com um documento de identidade e o título e vai preencher um documento de justificativa e ali o mesário vai digitar o título da pessoa e vai poder justificar no dia da eleição. Então é assim que procede: a pessoa procura um dos locais onde vai existir a mesa receptora de justificativas, preenche esse requerimento de justificativa, vai com documento com foto e o título e justifica ali na urna, embora todas as seções eleitorais sejam aptas a receber, mas nós temos 5 montadas especificamente pra isso.

2- Como se regulariza o título de eleitor?

Existem várias razões para se regularizar. Vou explicar as mais comuns que acontecem. A pessoa quando deixa de votar em alguma eleição, isso gera uma multa eleitoral, porque a pessoa tem essa obrigatoriedade de votar, então não votou, nem justificou no dia, gera uma pendência com a justiça. Na verdade, ela ainda pode, não tendo justificado no dia da eleição, ela tem um prazo ainda de 30 dias pra justificar no cartório eleitoral, só que aí ela tem que apresentar alguma documentação que prove que ela não pôde nem votar, nem justificar no dia porque de repente tava doente, tava internada e aí tem que trazer o atestado. Essa é uma das formas de regularizar, então eu nem votei, nem justifiquei no dia, que seria sempre o correto, gera uma pendência, o eleitor ficou com uma eleição sem votar, uma ausência as urnas, que impede a quitação eleitoral, então ele pode dentro do prazo de 30 dias, justificar com documentação ou pagar a multa de 3.51, que na verdade é 3.51 por turno de eleição que eu não voto, então se eu não votei no primeiro turno é 3.51, não votei em dois turnos ou em duas eleições, vai aumentando. É 3.51 por eleição. Agora se a pessoa, por exemplo, deixa de votar 3 eleições seguidas, o título acaba sendo cancelado, aí nesse caso de cancelamento a pessoa tem que quitar a multa de todas as eleições que ela faltou e ela ainda precisa tirar um novo título, a gente fala que é fazer uma revisão do título pra poder tirar essa situação do cancelado pra voltar a ser regular, que assim ela consegue uma quitação eleitoral. A pessoa pode resolver essas pendências no cartório eleitoral. Assim, quando for só o débito com a justiça, o título ainda está regular, mas eu faltei uma eleição ou duas eleições só existe esse débito, aí você ir em qualquer cartório e recolher a multa. Justificativa tem que ser feita sempre no cartório eleitoral da inscrição. Assim, tem a justificativa do dia da eleição, que você procura nas próprias seções eleitorais e tem a justificativa que você faz depois, dentro daquele prazo de 30 dias, que é com

documentação, pra essa justificativa que precisa ser requerida é pro próprio juiz eleitoral da zona da inscrição, então se a pessoa é de Prudente tem que ser pro de Prudente. Se ele apresentar em outro cartório, vai ser encaminhado pra cá, então só o daqui que vai poder deferir. Agora a multa eleitoral pode ser recolhida em qualquer cartório do Brasil. Chegou e pagou o valor correspondente ao que estava devendo, regulariza em qualquer cartório eleitoral do Brasil.

3- Quais documentos o eleitor precisa levar no dia da eleição?

No dia ele precisa levar um documento de identificação com foto. O título eleitoral não é mais obrigatório que se leve. Agora se a pessoa for, no caso, justificar, ela precisa pelo menos ter o número do título, ainda que ela não leve o título, ela precisa saber o número. Não tem a obrigatoriedade de levar o dia do voto, só que se souber o número do título, fica mais fácil pro trabalho do mesário.

4- Como funciona a lei seca aqui em Prudente?

Essa lei é regulamentada pela secretaria de segurança pública, e é mais próxima a eleição. Por enquanto, não há restrição nenhuma.

5- Quais pessoas são aptas a votar?

Aptos a votarem são os que estiverem se inscritos aqui. A partir dos 16 anos a pessoa pode se inscrever a eleitor, a partir dos 18 é obrigatório. Até os 70 anos é obrigatório, e depois dos 70 é facultativo. Aqueles que estão com alguma suspensão dos direitos políticos não votam, como pessoas que tem condenação criminal na justiça comum.

6- Como funciona a urna eletrônica e quais são os procedimentos de uso dela?

Existe todo um trabalho nela antes aqui no cartório eleitoral. Todos esses programas da urna, porque pra pessoa conseguir votar são inseridos programas com todos os dados dos eleitores da zona dos candidatos daquela zona pra estar tudo disponibilizado ali pra você conseguir identificar o eleitor e ele poder selecionar entre os candidatos. Então essa inserção dos dados na urna, que a gente chama de inseminação das urnas, é feita aqui no cartório com algumas semanas de antecedência da eleição, bem próxima a eleição. São programas que vem lacrados do TSE, e aí a gente junta com os dados e as informações aqui do município, dos candidatos daqui, que é tudo por sistema hoje e a gente consegue inserir esses programas na urna. Então esse preparo é feito aqui no cartório eleitoral, é uma cerimônia pública, são convocados, na verdade qualquer um pode comparecer, é convocado Ministério Público, partidos políticos, e aí essas urnas são lacradas nesse momento. Essas urnas se deslocam na véspera, para os locais efetivos de votação e no dia da eleição os mesários já estão instruídos e eles vão começar os procedimentos com a urna, que são a emissão de zerézima. Liga-se a urna

mesmo na corrente elétrica, e aí começa a partir das 07h00 da manhã no dia da eleição a emissão da zerézima, que comprova que não tem nenhum voto na urna, depois a partir das 8:00 horas fica disponível pra começar a liberar os eleitores pra votar. Vai transcorrer normal a eleição e depois das 5h00 começa o processo de encerramento das urnas, que aí vão ser emitidos os boletins de urna, as cinco vias que são obrigatórias, o boletim de justificativa de quem tiver justificado naquela seção. Aí deslaca-se o compartimento que tem a mídia que é um pen drive que fica na urna pra trazer pro cartório pra fazer a parte da apuração.

7- Qual é a função da biometria e como ocorre o processo de cadastramento?

A biometria tem vindo pra tentar tornar a eleição mais limpa, pra evitar justamente o voto de uma pessoa no lugar de outra, que com a identificação biométrica não existe essa possibilidade. Existem alguns municípios no Estado de São Paulo que já fizeram o cadastramento biométrico de todo eleitorado, então todos já estão com as digitais coletadas e a eleição então é 100% biométrica. Nos demais municípios, em todos os municípios do Estado de São Paulo já começou a biometria, então aqui em Prudente nós fazemos o atendimento biométrico mas ainda não houve o cadastramento do eleitorado todo, então qualquer pessoa que vai ser atendida, isso desde o final do ano passado, e aí agora pra frente, ele já faz o cadastramento de todas as digitais aqui no cartório, então veio fazer qualquer operação e já sai com a biometria feita. Aqui ainda não existe uma previsão de quando vai ser feita a revisão pra atingir todo o eleitorado, mas uma vez tendo feito essa biometria na eleição ela já vai ser utilizada, seja naqueles municípios que já fizeram integral, seja nos municípios que ainda não tem a totalidade dos eleitores, então aqui em Prudente nós já vamos ter nessa eleição, que a gente chama de eleição híbrida, que aqueles que não fizeram cadastramento vão votar normalmente pela forma tradicional, e os que já fizeram cadastramento aqui na nossa zona já vão votar com a identificação biométrica, diretamente colocando o dedo no espaço na urna, aí aparece a foto do eleitor pra liberar a urna no momento da votação.

8- No dia da eleição, o que é e o que não é permitido para o eleitor e para o candidato?

No dia de eleição é bem simples: praticamente tudo é vedado. Não pode existir nenhum tipo de propaganda, nenhum tipo de sonorização, nenhuma tentativa de aliciar o eleitor, de panfletagem, embora a gente acabe vendo as ruas lotadas de panfletos, isso é uma conduta vedada e verificar alguém realmente fazendo uma distribuição de folhetos é crime eleitoral, então nenhuma espécie de propaganda é permitida, nem com som, nem com papel, nem com panfletos, nada, a única coisa que é permitida é a manifestação individual do eleitor, a sua preferência, que ele vai fazer por meio de botões, adesivos, como colocar um adesivo na camiseta ou um *bottom*. Tem que ser uma manifestação individual, não pode haver um agrupamento de eleitores, só a pessoa vai lá votar com uma camiseta e essa camiseta não pode ser de nenhum candidato ou partido, mas o eleitor pode colar um adesivo do candidato dele. Apenas a manifestação individual e silenciosa é permitida, porque ele não pode nem falar com outras pessoas, ele só vai votar e sair.

9- Como funciona a convocação de voluntários para ser mesário?

Nós temos os mesários que trabalham em todas as eleições e temos aqueles mesários voluntários, que se escrevem ou pelo site ou procuram o cartório. São feitas campanhas do tribunal ao longo do ano pra chamar, as vezes tem propagandas divulgadas na TV para tentar chamar esses mesários voluntários pra trabalhar. Qualquer pessoa, tendo mais de 18 anos pode atuar, desde que eles não podem ser parentes de candidatos na mesma seção eleitoral, você também não pode colocar duas pessoas da mesma família ou da mesma repartição pública, que trabalha na mesma repartição, existe esse tipo de restrição mas isso é mais verificado no momento da montagem das seções. Nós temos também tudo por programa, a gente faz a montagem das seções eleitorais de acordo com o que foi estipulado de regra naquele ano, por exemplo, esse ano nós vamos trabalhar com 4 mesários, então nós montamos as seções com 4 mesários e enviamos cartas de convocação. Recebido essa carta de convocação, a pessoa vem ao cartório pra receber a efetiva numeração daí a partir da numeração ela tá realmente obrigada a participar, a trabalhar, e aí independente de ser mesário voluntário, porque tem aquele mesário que é voluntário mas quando ele é nomeado ele passa a ter uma participação obrigatória naquele ano, e se ele não participa tem as consequências do mesário faltoso, e também tem o mesário que é o mesário indicado mesmo que é normalmente aquele que já vem trabalhando nas eleições anteriores a vários anos.

10- Como funciona a folga para o funcionário que trabalhou no dia da eleição?

Isso é uma questão de órgãos públicos. Tem órgãos que concedem esse dia de folga no dia posterior, na segunda-feira, mas não existe uma legislação obrigando isso. O que existisse é que as pessoas que são convocadas pela justiça eleitoral têm direito ao dobro de dia de folga daquele que ele foi convocado, ou seja, foi convocado pro dia de eleição, ele ganha dois dias, foi convocado pro treinamento, ele ganha dois dias pela participação do treinamento, só que esses dois dias vão ficar a critério do órgão dele de estabelecer o dia que ele vai poder folgar, porque não é obrigatório ser depois da eleição. Então depende do órgão e depende da regulamentação de cada ano.

11- Quais as consequências da boca de urna?

Boca de urna é crime eleitoral. Quando a pessoa é pega em boca de urna ela é encaminhada para a delegacia e aí ela vai responder, que no caso vai haver a investigação dos termos circunstanciados, e ela vai poder responder por este crime e chegar a uma pena de detenção de seis meses a um ano, com a possibilidade ainda de penas alternativas, mas é um crime eleitoral que passa a ser apurado pela justiça, ele vai responder a este processo, e pode no final receber a pena então fica com esse antecedente criminal.

12- Como o eleitor pode fiscalizar um candidato?

Pra conhecer o candidato mesmo eu acredito que os candidatos normalmente lançam um site, que é permitido inclusive pela justiça eleitoral essa propaganda por meio dos sites, mas eu acho que a via pro eleitor entrar e tentar conhecer

melhor, hoje, com os meios sociais, as redes sociais, seria através desses sites deles, de figuras públicas que tem bastante agora já divulgado, seria mais uma forma de conhecer. O trabalho do TSE tem a relação dos candidatos. Depois que é feito o registro de candidatura a gente tem uma relação de todos os candidatos, existem as relações de bens porque eles registram, fazem um registro de candidatura com essa informação. Os processos de registro de candidatura são públicos e traz lá uma série de informações do candidato, de bens, certidões de antecedentes criminais. Pra conhecer nesse sentido, sim, mais no sentido de propostas, mais pra conhecer o candidato nesse sentido são os registros de candidatura, que são documentos públicos.

Heloise Hamada - Repórter do G1 de Presidente Prudente

Entrevista feita por: Andrey Franco e Luma Holanda

Data: 04/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Quais as maiores dificuldades de fazer jornalismo político aqui em Prudente?

Aqui a gente faz a cobertura do que acontece, no caso, a gente não fica analisando, não é igual São Paulo que tem uma editoria específica de política, o que a gente cobre de política aqui: câmara, quais são os projetos que estão entrando, o que tá sendo aprovado, o que não tá sendo provado, por que não tá sendo aprovado, desdobramentos no caso de cassação, quando tem ação, impropriedades, mesma coisa assim, prefeitura, a gente acompanha o que é feito nesse sentido, o que o prefeito faz, o que deixa de fazer, mas a gente não se envolve muito com análise e coisas do tipo. A dificuldade realmente é conseguir falar com outro lado, conseguir falar com prefeito. Às vezes a gente tem esse contato, daí a gente liga, por exemplo, pro prefeito e fala “olha o senhor tá sendo acusado disso aqui”. Eu comecei a trabalhar no iFronteira no ano de 2012 e 2012 foi ano de eleição municipal, então eleição municipal é um pouco mais pesado porque é muita coisa acontecendo, a gente tem que cobrir muitas cidades e a gente não consegue acompanhar, igual agora tá tendo em Rosana, teve 5 sessões de cassações e hoje é a última de um caso que teve início em janeiro, política é um negócio que demora, tem muitas coisas que eu como jornalista não vivi então você tem que procurar saber, as pessoas enrolam, assessoria de imprensa não te responde, então você depender da boa vontade das pessoas é difícil e geralmente elas não querem falar.

2- Qual a preparação para uma cobertura política?

Da turma do jornalismo online eu sou a única que trabalhou em 2012, e a gente já tá em período eleitoral então a gente já tá tendo que perguntar pra todo mundo “você é filiado a algum partido político? Você é pré-candidato? Você é candidato? Você tem algum parente que é pré-candidato ou candidato?” e se

alguma dessas resposta for sim, eu não posso entrevistar então muitas vezes você tem uma fonte boa e não pode usar, até pra crédito de foto, então se um candidato a vereador ou prefeito fizer uma foto na rua, eu não posso usar porque eu não posso dar o crédito, e isso não é frescura da Globo ou do G1, isso é uma questão da legislação mesmo, os próprios candidatos sabem disso então a gente tem que dar os créditos a instituições porque não pode usar o nominal. Prefeito também a gente já não pode mais ficar atribuindo benfeitorias, tem que colocar “conforme a prefeitura”, tirar essa questão dos nomes.

3- Em ano de eleição, tem algum tipo de assédio de candidatos pra aparecer na TV?

Não, porque eles nem podem eles, eles estão mais espertos no sentido de atacar tipo “tá fazendo isso por ele não fez por mim”, então tem isso, agora não é a hora que você vai dar cesta básica, isso acontece antes, então um ano antes você começa a ver que tem gente dando bicicleta, dando cesta básica, e pro jornalista se livrar disso ele tem que ter sagacidade, você desconfia de toda boa ação de toda boa denúncia que aparece, você tem que desconfiar de tudo do bom e do ruim.

4- Qual a diferença da cobertura das eleições municipais e presidenciais?

Tudo! Não tem nem comparação. Eu comecei com a mais pesada que foi a de 2012, então meio que se você começa com a pior, o que vem depois é mais fácil. Aqui a gente cobre 56 municípios, que a gente chama do oeste paulista, a região de Presidente Prudente. A região administrativa de Presidente Prudente são 53, só que a área de cobertura da TV são 56 municípios. A gente faz essa cobertura nas eleições. Nas eleições de 2012, no dia a gente entrou pra trabalhar às 7h00 da manhã e ficamos até 10h30, 11h00 da noite dando matéria, “como é que são as zonas eleitorais”, e a gente cobriu aqui, teve colaboração de gente da região também, e nós demos o resultado de 56 municípios, com prefeito que ganhou, quem ficou em segundo lugar, todos os vereadores, e é pesado porque que a gente começa com pré candidatura, candidatura, aí tem debate, tem as entrevistas que a TV faz, e eleição presidencial, o máximo que você faz é acompanhar os candidatos a deputados daqui, que são os deputados estaduais e federais. No dia a gente fica esperando pra ver se vai ter algum problema, como boca de urna, mas a última eleição que eu lembro que teve algum tipo de problema foi com um cadeirante que na hora o elevador não funcionou, mas são coisas mínimas, geralmente aqui ninguém é preso, mas em eleição municipal a carga é muito pesada, de você se comprometer a dar o resultado de todos os municípios, trabalhando com uma equipe pequena, a nossa equipe é pequena, somos em 5 só, então fica pesado, então na última eleição presidencial a gente viu quem ganhou, olhamos todas as cidades, é bem tranquilinho, vemos coisas como “o Aécio foi o mais votado em tal região”, vamos em algumas zonas eleitorais, acompanhamos como tava lá. Não é nem 50% do trabalho da municipal.

5- Como é o perfil do eleitor prudentino?

Toda sessão da câmara tá as moscas, as pessoas não tão muito interessadas, elas acompanha pouco o noticiário, acho que elas se interessam por aquilo que afeta a vida diretamente, como passagem de ônibus. Quando teve aquelas manifestações de junho, que estourou lá em São Paulo, que lá tinha aumentado a tarifa, aqui tinha aumentado em janeiro e ninguém tinha feito nada, ninguém saiu pra rua protestar, aí só porque em São Paulo começaram a protestar do aumento da tarifa, aqui começou. Tem algumas coisas que repercutem, só que eu acho que o eleitor brasileiro tem esse perfil de não se interessar muito por tudo, você não saber o que um vereador faz, o que o prefeito faz, não saber a diferença dos poderes executivo, legislativo, e você cobra de um o que o outro tem que fazer, eu acho que as pessoas em geral não sabem.

6- É difícil traduzir a linguagem política pro telespectador?

Eu acho que assunto que não são corriqueiros são sempre mais difíceis. As pessoas não entendem as vezes, por exemplo, que dá pra recorrer, de instâncias, e se você tem que explicar isso, é complicado. Você tem que falar com advogado que vai te jogar um monte de coisas, como ação civil pública em latim, muita coisa, muito termos que são difíceis E você tem que aprender a traduzir de uma forma com que todos entendam.

7- Você acha que a cobertura política, aqui em Prudente, é superficial ou adequada pra região?

Eu acho que poderia sim, ter um pouquinho mais de aprofundamento, acho que a gente cobre aquilo que aparece, acho que ficar cavucando sempre, não dá pra você inventar, e aqui é uma cidade relativamente grande, mas não é nada muito assim, tem cidades que tem mais movimentação, aqui não é tanta. Tudo depende muito se vai ter sessões com muitos debates, se todo mundo é oposição, se todo mundo é a favor, então essa atual legislatura ela é muito pra perfeito. Acompanhar sessão na Câmara não é fácil, é demorado e burocrático, não é um negócio gostoso que as pessoas vão lá. Geralmente elas vão lá pra protestar e olha lá. Eu, sinceramente, a primeira vez que eu fui, foi porque eu tava fazendo matéria mas eu sei que é muito importante. Já vi os vereadores da legislação passada, que eles iam aprovar um projeto para aumentar o número de cadeiras, ia passar de 13 para 19, e teve pressão popular, a imprensa tava em cima e eles voltaram atrás, e é aquela coisa que se não tivesse, provavelmente teria aumentado, então políticos em geral, eles medem muito isso, a questão da aprovação, eles sentem isso, político preciso da aprovação do público.

8- O que é fazer jornalismo político pra você?

Fazer jornalismo político para mim é acompanhar o andamento das ações desenvolvidas pelos poderes Legislativo e Executivo e seus servidores, levando em consideração a "história" de cada político, secretário ou funcionário. É acompanhar também a movimentação na Justiça Eleitoral, na Justiça Comum, no Tribunal de Contas do Estado, etc... Acompanhar a política é ligar pontos, não esquecer as promessas feitas, fazer um contraponto com as ações presentes, estar atenta aos prazos dados pelos políticos e sempre se

perguntar o "e daí?" para cada assunto, tentando trazer ou "traduzir" informações aos leitores de modo claro.

José Arbex Júnior – Jornalista e professor da PUC-SP. Doutor em História Social.

Entrevista feita por: Taíne Correa

Data: 05/08/2016

Meio: E-mail

1- Como você vê a política hoje sendo noticiada pela imprensa?

A cobertura da política nacional feita pelos grandes veículos é péssima. Foi reduzida a uma espécie de Fla-Flu, ou uma luta de boxe, em que personagens encarnam "mocinhos" e "bandidos". É lamentável. Há muita coisa em jogo hoje no mundo, e a cobertura não esclarece nada. Por exemplo, o Brasil aderiu, em junho, a um acordo internacional, o Tisa (sobre comércio de serviços) que, se concretizado terá um imenso impacto - na minha opinião, absolutamente negativo - para os trabalhadores e jovens do país. Pois a adesão mal foi noticiada, quase ninguém sabe. É um absurdo. O impacto desse acordo será muito, muito maior, por exemplo, do que a decisão sobre o impeachment ou não de Dilma Rousseff.

2- O jornalismo político atual atende às necessidades do bom jornalismo?

Em hipótese alguma. Está cada dia pior. Tecnicamente, está muito bom (qualidade das imagens, layout das páginas impressas, competência tecnológica etc.), mas do ponto de vista do conteúdo, está terrível.

3- Qual a mudança mais perceptível do jornalismo político atual para o de alguns anos atrás?

O jornalismo está cada dia mais parecido com um show, um espetáculo, um entretenimento, e cada vez menos comprometido com a transmissão da verdade dos fatos. Claro, não existe uma única verdade, e por isso mesmo o jornalismo deveria se esforçar para mostrar como os fatos são complexos, passíveis de várias interpretações. Mas não é isso o que acontece. Como eu disse, ocorre o contrário: a simplificação das narrativas, como se tudo pudesse ser resumido a uma luta entre mocinhos e bandidos.

4- Na sua opinião, como o jornalismo político pode transcender o fazer jornalismo?

Deveria reafirmar os seus compromissos com a ética, com a busca da verdade, com uma visão comprometida com a busca do equilíbrio, da seriedade e da profundidade da informação.

5- O que é fazer jornalismo político?

Não é diferente de qualquer outro gênero do jornalismo, no sentido do compromisso ético. Ele ganha contornos mais dramáticos, por mexer diretamente com a vida das pessoas. Por isso mesmo, deveria ser praticado de maneira muito mais responsável e séria.

Joyce Miranda Leão Martins – Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Entrevista feita por: Ive Rodrigues

Data: 25/07/2016

Meio: E-mail

1- Como você vê a política, hoje, sendo noticiada para a imprensa?

A política costuma ser noticiada negativamente. Os aspectos positivos, são, geralmente, "esquecidos" e isso pode ser explicado por dois motivos: 1) a audiência presta mais atenção a notícias ruins, é uma característica evolutiva (atentar para o medo e para a ameaça permitiu a humanidade conservar a vida); 2) há interesse, por parte da imprensa, de mostrar-se confiável e "guardiã" da vontade do povo, o que gera audiência e possibilidade de direcionamento do pensamento da população.

2- O jornalismo político atual é bom? Qual a mudança mais perceptível?

O que seria um jornalismo político bom? É interessante perceber que, no Brasil, tanto direita quanto esquerda taxam os meios de comunicação como "manipuladores". Nesse sentido, o jornalismo bom seria o que mostra o que eu considero correto? A resposta mais comum seria "jornalismo bom é aquele que mostra os dois lados". Isso, entretanto, também não basta. A neutralidade é um mito. Talvez, algo positivo para a sociedade, fosse o jornalismo caminhar para a exposição dos interesses de cada empresa. Mas isso nunca vai existir por completo, né? Todo discurso é uma relação de poder, a culpa não é da imprensa porque ela não está livre disso.

3- Por que o público tem dificuldade e não se interessa por política? Isso é consequência da defasagem do ensino nas escolas que não abordam esse assunto?

Desde de 2013 os brasileiros tomaram as ruas. Milhões de pessoas se manifestaram contra e a favor do governo em 2015 e 2016. A juventude vem fazendo mobilizações, ocupando escolas; as mulheres foram às ruas contra Cunha. Como dizer que não há interesse por política?

4- Na sociedade atual, em que a maioria das pessoas sabem que têm direito à informação, você percebe alguma mudança no comportamento do público? Ele está exigindo mais e omitindo mais opinião?

Exigindo mais em relação a quando? A opinião está mais visibilizada, pois agora há mais espaço e liberdade para isso, com a volta da democracia no final dos anos 1980 e os novos meios de comunicação. O comportamento do público muda quando sociedade e regime político mudam, esses condicionantes não podem ser esquecidos.

5- Qual e como deve ser nossa participação política em nossa atual sociedade?

Plural, se houver desejo de abarcar todos os interesses e identidades (movimento feminista, indígenas, de negros) existentes atualmente.

6- Você considera que as eleições no Brasil, da maneira como são promovidas e realizadas, significam de fato uma democracia?

Depende do conceito que você tenha de democracia. Para Schumpeter, o fato de existirem eleições livres caracteriza uma democracia. Outros autores acreditam que esse regime de governo exija determinados requisitos, para além das eleições, é o caso de Dahl, por exemplo. Eu acredito que não podemos pensar uma democracia somente olhando para eleições, apesar de elas serem um requisito importante desse regime.

7- Como você avalia o comportamento dos eleitores atuais, acerca da participação política no país? Você acredita que hoje em dia, onde a era tecnológica na qual vivemos poderia servir de apoio para a opinião pública, os eleitores, ao invés de se envolverem nessas questões, estão alienados em relação ao contexto político?

Estamos mais ativos. Permanece para mim, infelizmente, a sensação de que há mais "achismo" do que conhecimento. Por exemplo, sobre a questão da alienação. O que se entende por esse conceito? Não pode ser bastante opinativo? Já viram alguém reconhecer-se como alienado? O alienado é sempre o outro. Acredito que, a partir desse pensamento, muita coisa seja explicada. Sempre quem não entende de política é o tio, o vizinho, a amiga. Poucas vezes, fazemos autorreflexão ou buscamos compreender determinado assunto político pela ótica da ciência.

8- Como o eleitor deve fiscalizar e conhecer a vida pública dos candidatos? Quais os benefícios desta ação?

Há muitos meios, hoje em dia. Em sites dos governos, comparando diferentes jornais, participando de espaços como o orçamento participativo. Os benefícios

são a sensação de responsabilidade, de pertença a uma comunidade e de criação de confiança, o que Putnam chama de capital social.

9.- Como você avalia o impacto da mídia nas eleições e na política brasileira?

Avalio que há um forte impacto. Vivemos no que Manin definiu como "democracia de público", na qual a disputa entre imagens de lideranças é mais importante do que a disputa por projetos políticos e/ou partidários. A mídia, em especial a TV, é justamente o meio por onde são veiculadas essas imagens...

10- De que maneira a relação com a mídia mudou a forma do "fazer política"?

A principal mudança se refere à importância que imagem e opinião pública passaram a ter para as disputas eleitorais, os movimentos sociais e a manutenção de cargos políticos. A visibilidade positiva é fundamental para chegar ao poder e permanecer nele, assim como para fazer com que determinada pauta entre na agenda política. A existência política, hoje em dia, passa pela mediação da mídia. Por isso, são comuns acordos e conchavos entre atores do campo político e do campo comunicacional. Se isso dá um grande poder a empresas de comunicação, por outro lado, temos atualmente a possibilidade das redes sociais, as quais permitem que não apenas grande mídia e políticos falem ao eleitor, mas possibilita também que amplas parcelas da população tornem públicos os questionamentos ao campo político, bem como que se organizem protestos e intervenções. Nesse sentido, o comportamento político muda para adequar-se à lógica da mídia. No entanto, isso só acontece porque a mídia transformou a natureza do espaço público, das sociedades e das relações sociais. É porque os meios de comunicação ganharam importância na nossa vida que eles afetaram a política. Entre os anos de 1940 e 1950, por exemplo, um grupo de estudiosos liderados Paul Lazarsfeld, nos Estados Unidos, chegou a conclusão de que a mídia possuía apenas "efeitos mínimos" para os eleitores, o que era verdade para aquele contexto. No Brasil, é somente a partir de 1989, com a eleição de Collor, que o campo político passa a atentar para o espaços midiático e perceber que precisaria relacionar-se bem com ele para garantir existência política, pois a população elegeu um candidato de partido político inexpressivo, mas que soube fazer bom uso dos meios de comunicação.

Lélio Ramos – Repórter da TV Fronteira de Presidente Prudente

Entrevista feita por: Taíne Correa

Data: 22/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Como você se prepara para uma cobertura política?

Acho que a preparação tem que ser constante. É necessário conhecer os agentes políticos envolvidos, assim como pensamentos partidários. A principal forma de se saber isso é pesquisar, ler jornais, acompanhar as notícias. No caso de alguma cobertura específica, como uma votação em uma câmara de vereadores de uma cidade pequena, é fundamental tentar saber tudo o que já foi noticiado pelo veículo antes para não chegar na cidade de certa forma "desinformado".

2- Por quais dificuldades você passou quando fez jornalismo político?

Quanto menor a cidade, menor o conhecimento do jornalista sobre aquele município. Essa foi uma das minhas dificuldades: cobrir uma sessão que poderia definir o futuro de um vereador. Como não tinha total conhecimento do assunto, tive que ser muito cuidadoso e ainda mais imparcial do que o normal. Cautela nesses casos nunca é demais.

3- Todo veículo de comunicação deveria ter um repórter setorizado para política?

Especializar-se em um tema sempre traz benefícios. Um profissional especializado conseguiria ir além do superficial. Essa condição, no entanto, é muito difícil de acontecer por vários motivos, entre eles as redações cada vez mais enxutas. Dessa forma, o jornalista tem que cada vez mais ser multitarefa e tratar de todos os temas, sem limitações.

4- Por que o público não se interessa por política?

Não concordo com a afirmação. Acho que cada vez mais as pessoas se interessam. Seja nas comunidades no facebook, em blogs ou no dia-a-dia, todo mundo fala de política. Acho que as pessoas estão decepcionadas, justamente por se interessarem pelo assunto.

5- Como você lida com o assédio dos políticos por você ser da imprensa?

O jornalista tem sempre que ter em mente que muitas vezes a aproximação de determinadas fontes atende a certos interesses. Independentemente do assunto, o repórter precisa manter um distanciamento e aquela dúvida a cada texto fechado. Eu, pessoalmente, lido de forma natural com políticos, de forma respeitosa, deixando claro o papel de cada um.

6- Como você vê o jornalismo político hoje em prudente? Ele atende às necessidades do bom jornalismo?

Acho que a cobertura política poderia ser mais efetiva e abrangente. Na minha opinião, a cobertura política na cidade poderia ser mais profunda, ir além da

eventual divulgação da pauta da câmara de vereadores, resultado de votações e decisões do executivo.

7- O que você aprendeu nessa experiência de fazer cobertura política?

Apurar bem os fatos, as informações, desconfiar de tudo, não voltar com dúvidas para a redação.

8- Você se preocupa em traduzir os verbetes políticos para melhor entendimento do público? Por quê?

Fundamental fazer essa tradução. Como jornalistas, temos que fazer a informação ser entendida pelo maior número possível de pessoas

9- Quando você faz uma matéria de política, procura outras mídias para facilitar o entendimento do público, como por exemplo, infográfico explicativo?

Sim, quando esse recurso de fato ajuda no entendimento.

10- Como é a fiscalização dos políticos por parte dos meios de comunicação em Prudente?

Há uma cobrança dos principais veículos. Mas na minha opinião, faltam opções para o público. Mais TVs, mais jornais, mais rádios fariam essa fiscalização mais intensa.

11- O que é fazer jornalismo político para você?

Jornalismo político é acompanhar as ações e as sessões dos 3 poderes, exercendo a função de fiscalizar e cobrar os órgãos públicos. O jornalismo político não ocorre apenas na época de eleição e sim no dia-a-dia.

12- Na sociedade atual, em que a maioria das pessoas sabem que têm direito à informação, você percebeu alguma mudança no comportamento do público? Ele está exigindo mais e omitindo mais opinião?

Sim. Cada vez mais o público se sente parte da notícia e quer ver seus problemas resolvidos. O público é parte da notícia e, mais do que isso, consegue também emitir notícias, fazer jornalismo. O papel dos meios de comunicação vai ficando cada vez mais importante na filtragem e análise dos dados.

Leonardo Silva - Analista judiciário

Entrevista feita por: Andrey Franco e Luma Holanda

Data: 05/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Como é definido o tempo de cada candidato dentro da programação eleitoral e por que alguns candidatos possuem mais tempo que os outros?

É assim, uma parte do tempo é dividido igual entre todos os partidos ou coligações, que é 10% do tempo. A maior parte de tempo de tv e rádio é dividida de acordo com a representação que o partido tem na câmara dos deputados. Então por exemplo, partidos maiores de bancadas grandes como o PT, PMDB, PSDB, tem mais deputados então possuem mais tempo de propaganda no rádio e na televisão. Agora o tempo de propaganda dos candidatos, aí não é a justiça eleitoral que determina. É o partido que tem a liberdade de dividir o tempo dele pelos seus candidatos. Assim o que acontece? Principalmente com vereadores, acabam que aqueles candidatos que o partido entende como puxadores de voto recebem mais tempo no programa, e aqueles menos conhecidos deixam em segundo plano ou nem falam na televisão ou no rádio, portanto, essa descrição divisão interna no partido é discricionariade dele.

2- Isso também serve para determinação de espaço físico como propagandas em muros, ônibus?

Isso é especificamente do horário eleitoral no rádio e na televisão. Essas propagandas físicas temos o que pode e o que não pode, por exemplo, o que é permitido hoje em relação as alterações de dois anos atrás. Na última eleição você podia fazer propaganda em vias públicas, você podia ter um boneco que não atrapalhasse a circulação de pessoas, já hoje não pode mais. Nas vias públicas só se podem dois tipos de propagandas para essa eleição. Montar uma mesa para distribuição de material impresso desde que não prejudique a circulação de ninguém e bandeiras também, desde que tenha caráter móvel. Então não se pode mais por cavaletes em jardins ou vias públicas, não se pode fixar cartazes em postes de iluminação e pontes. Então como exemplo é permitido ter mesa de distribuição de material impresso. Quanto cada partido vai ter? É permitido, a lei não fala o limite então os partidos podem encher a cidade, nessa propaganda esse número não vai interferir.

3- Não existe uma restrição territorial?

Não, pode colocar na cidade toda. Um partido grande ou pequeno pode pôr a mesma quantidade. Não vai ter controle sobre isso.

4- No dia da votação é proibida a divulgação? Por que?

No dia da votação é proibido qualquer tipo de propaganda, porque tudo começa a ser preparado um ano antes da eleição. Então para tudo existe um prazo, você começa a fazer a propaganda depois que termina o registro. Esse ano o registro de candidato vai até 15 de agosto, aí começa a propaganda no dia 16 de agosto. Então elas têm um prazo estabelecido por lei. Então só pode se fazer propaganda até a véspera pois se entende que no dia da eleição o eleitor pensa, conhece as propostas, mas ele precisa de um prazo só dele com a própria consciência para tomar a melhor decisão. Então por isso no dia da eleição é proibido, a lei não permite nenhum tipo de propaganda. E também as propagandas cada uma tem um prazo, por exemplo, a propaganda falada no rádio e na televisão é feita até a quinta-feira antes da eleição, mas existem propagandas que podem ser feitas até a véspera como por exemplo passeatas, carros de som e distribuição de santinhos pode ser feito agora no dia das eleições não pode.

5- Como é penalizado quem comete crime eleitoral como por exemplo boca de urna ou propaganda no dia da eleição?

A propaganda no dia da eleição é crime. Então antes do dia se tenho uma propaganda irregular o conselho administrativo impõe uma multa. Já no dia da eleição qualquer propaganda é considerada crime, existe um artigo que diz o seguinte “constitui crime no dia da eleição puníveis por detenção de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços para a comunidade. Uso de alto falantes, amplificadores de som ou promoção de comícios e carreatas, a arregimentação de eleitor ou propaganda por boca de urna, divulgação de qualquer espécie de partidos e de seus candidatos”. Então no dia da eleição não se pode fazer propaganda, a pena é essa.

6- Qual a diferença entre votos brancos e nulos?

Para efeito de totalização aqui na justiça eleitoral, o eleitor votando branco ou nulo não fará diferença nenhuma. Pode fazer diferença para a consciência da pessoa que prefere votar em branco por não ter gostado de nenhum candidato do que ter anulado o voto. Na urna eletrônica para anular um voto você precisa digitar o número de um candidato que não existe. O vereador por exemplo são cinco números, se você digitar 99999 e confirmar você anulou o voto desde que não existe nenhum vereador com esse mesmo número, e o branco você vai direto no botão branco e aperta. É mais uma questão de consciência, para a justiça eleitoral não influencia porquê só se considera na apuração os votos válidos. Os votos válidos são aqueles que o eleitor vota num determinado candidato e se for para vereador ele pode votar no candidato ou no partido que é o voto de legenda, por exemplo, o eleitor não quer votar em ninguém para vereador mas gosta de determinado partido, assim ele digita os dois primeiros números que é o número do partido, aperta confirma e o voto vai para o

partido. Então para a justiça eleitoral não tem problema pois só se usam os votos válidos e votos brancos e nulos não são considerados válidos.

7- Então é um mito quando dizem que votos brancos são contabilizados para quem está ganhando a eleição?

Isso não passa de mito. É claro que na proporção da matemática isso pode acabar beneficiando. Um candidato a prefeito que precisa por exemplo de 100 mil votos para ser eleito, é claro que nesse cenário quando você vota em branco ou nulo, você diminui a quantidade de votos que o candidato precisa ter para ganhar, pois de certa forma você diminui a quantidade de eleitores. Se você tem numa cidade 200 mil eleitores e vamos supor dois candidatos a prefeito, quem dizer 100001 votos venceria. Suponhamos que desses 200 mil, 50 mil votaram em branco ou nulo, para a justiça eleitoral isso é voto não válido, não considerado. Esse voto não vai diretamente para quem está vencendo, mas como eles são excluídos o candidato passou a ter que possuir uma maioria dos votos inversa ou menor, antes 200 mil agora 150 mil.

8- Como o eleitor entra no processo de voto em trânsito?

Nessa eleição ele não foi disponibilizado, normalmente é feito na eleição federal o eleitor aqui de Prudente vai estar em São Paulo no dia da eleição por exemplo, então ele pode se inscrever para votar em São Paulo, mas este voto em trânsito na verdade funcionava apenas para a figura do presidente. Nessas eleições municipais em que são cadastros diferentes em cada cidade para candidatos diferentes, não terá o voto em trânsito. Em 2014 nas eleições nacionais teve o voto em trânsito.

9- 50% dos votos brancos ou nulos anulam uma eleição?

Não, isso foi uma mudança da lei. Antes se por exemplo a população estivesse revoltada com os políticos e combinassem de votar branco e nulo para não eleger ninguém e terem que fazer novas eleições, isso existia. Mas como no país os políticos fazem as leis para eles, para benefício próprio, fizeram uma reforma e alteraram isso. Então hoje, para fim de eleição só se considera os votos válidos. Se de 100 mil, 50 mil votaram branco e nulo, só os outros 50 mil serão considerados.

10- O que é quociente eleitoral?

Na eleição para cargos majoritários que são prefeito, presidente, governador e senador, quem tiver a maior parte dos votos é eleito. Nas eleições proporcionais que são os deputados federais, estaduais e vereadores o sistema é chamado de proporcional. Isso significava que existe um cálculo. Vamos pegar o município de Alvares Machado como exemplo, Machado tem direito que existam nove vereadores, então tem nove cadeiras em disputa. Para que um partido consiga essas cadeiras ele tem que atingir o número

chamado quociente eleitoral. O quociente eleitoral é quando pegam a quantidade de votos válidos divide pelo número de cadeiras e ver quantos votos um partido tem que ter para eleger um vereador.

Vamos supor que uma cidade tenha direito a 10 vereadores e 150 mil eleitores, mas que no dia da eleição por qualquer motivo desses 150 mil existem os que votam em branco, nulo ou os que não estão no município e justificam o voto. Então desses 150 mil apenas 100 mil votaram no dia da eleição, em partido ou nos candidatos. Então o quociente eleitoral é o total dos votos válidos dividido pelo número de vagas, nesse caso são os 100 mil dividido por 10 que é igual a 10 mil. Isso significa que nessa hipótese cada partido ou coligação para eleger um vereador precisa de 10 mil votos. Além do quociente eleitoral temos uma outra coisa que é o quociente partidário, que é justamente o total de votos do partido dividido pelo quociente eleitoral, por exemplo, aqui temos um quociente eleitoral de 10 mil, vamos supor que um determinado partido dos 100 mil votos válidos tenha conseguido 50 mil. Então esse partido com 50 mil votos dividido pelos 10 mil ele terá direito a cinco cadeiras para vereador. Então o quociente eleitoral é o total de votos válidos dividido pelo número de vagas, e o quociente partidário é o total de votos que esse partido conseguiu dividido pelo quociente eleitoral.

11- Assim entrariam os cinco mais votados?

Muito bem, aí quem entraria? Vão pegar os candidatos a vereador por exemplo, 20 candidatos que dentro do partido é votação majoritária, vão pegar os cinco mais votados para preencher essas cinco vagas.

O problema do quociente é quando sai um candidato muito famoso por um partido pequeno, como por exemplo o Tiririca foi um deputado aqui de São Paulo muito votado e saiu por um partido pequeno. Assim o que acontece? Como ele é um puxador de voto e teve muito voto o partido conseguiu várias cadeiras, então candidatos que tiveram poucos votos e talvez nem entrariam acabaram ocupando a vaga.

12- Existe sobra de vagas?

Demos um exemplo de cálculo fácil aqui, mas pode acontecer de em uma cidade na primeira distribuição de vagas tenham 10, aí pega-se todos os partidos que tinham votação e direito e acontece toda uma recontagem de votos. Então segue assim, o partido que já possui o maior número de cadeiras fica numa pior situação dessa nova distribuição e aquele partido que conseguiu menos fica em uma situação melhor. Assim é feito um novo cálculo para fazer essa distribuição de sobras. A preocupação aqui na justiça eleitoral não é tão grande sobre isso porque o próprio sistema faz essa conta. Mas vamos supor que um partido tenha conseguido 5,35 outro 2,75 e outro com 1,62. Então um partido já teria cinco outro dois e o último um, ou seja, oito vagas estariam

preenchidas. Aí o que acontece? Esse partido que teve que teve a maior quantidade de vagas, passaria a ser o terceiro na ordem dos cálculos, os outros dois seriam jogados para frente e cada um ganharia uma sobra ficando com três e duas vagas. Tudo por causa da porcentagem que quanto maior o número de vagas já conquistadas maior também a distância para mais uma. Então o que ficou 0,75 que é mais próximo de 1 ganharia uma vaga, o mesmo acontece para o 0,62 e o que deu 0,35 ficaria mais distante.

Maycon Morano - Assessor de Imprensa da Câmara Municipal

Entrevista feita por: Taíne Correa

Data: 11/07/16

Meio: Pessoalmente

1- Vereadores e prefeito trabalham de maneira conciliada?

Deveria ser assim em todos os municípios. Aqui em Prudente, nos últimos dois mandatos, do tupã, os vereadores tem trabalhado auxiliando o prefeito. São dois poderes diferentes, o legislativo e executivo. Por que que a câmara é comumente conhecida como casa de leis? Porque aqui é que se tramitam todas as leis criadas pelo poder executivo e pelos próprios vereadores. Então, se o prefeito quer instituir alguma coisa, criar alguma norma nova na cidade, ele pode criar pelo corpo jurídico dele, mas precisa de uma aprovação legislativa. Algumas coisas ele pode fazer por meio de decreto, por exemplo, mudar o valor da tarifa de ônibus, que é algo que está se comentando. Isso é algo que pode ser feito por meio de decreto, respeitando as leis já existentes. Outra coisa é nomear um funcionário novo do executivo. Pra ele abrir um concurso, ele tem que ter autorização da câmara. Então ele pode nomear? Pode, mas depois que a câmara autorizou ser feito o concurso. Então, ele é um órgão auxiliar do poder executivo, e ao mesmo tempo que ele é auxiliar ele é um órgão fiscalizador do poder executivo, por isso que se diz que os vereadores são os representantes do povo. Aí a gente para pra pensar: é realmente a representação? Se você parar pra por no papel, a câmara municipal ela é a representação do voto. Nós temos aqui dentro advogado, professor universitário, nós temos o atual presidente que é médico bem reconhecido na cidade, nós tínhamos o sindicalista que faleceu, o Café, a gente tem a vereadora de bairro lá da zona oeste a Elza do Gás, que ela mora no Ana Jacinta, então ela representa aquele lugar, nós temos o vereador da zona norte que é o Natanael e temos um mais da zona norte ainda, que é o Zé do Gato, do Km 7. Temos três vereadores da Zona Leste, que são do bairro, que a gente chama de reduto eleitoral, a professora Alba que está no seu sexto mandato, que tem um eleitor um pouco mais pulverizado, não é uma vereadora tanto de reduto eleitoral. Enfim, a gente tem aqui vários setores da sociedade

representada aqui dentro. Só acontece isso porque a lei permite. A lei exige que a pessoa seja alfabetizada, e maior de 18 anos pra se tornar um vereador. Se colocasse alguma outra exigência, aí estaria segmentando, deixaria de ter essa representatividade da população toda. Então, na verdade, os vereadores são os fiscalizadores, eles representam o povo fiscalizando o prefeito. A democracia, obviamente, permite isso. Que você coloque no poder alguém pra administrar, mas que você coloque também alguém pra fiscalizar esse administrador. Nós temos um município que tem uma arrecadação de impostos que quem administra é o poder executivo, por meio do prefeito. Mas se ele tá fazendo isso certo ou errado, quem vê são os vereadores. Temos outros órgãos auxiliares, como o Ministério Público que também faz isso com uma força da lei mais pesada do que a Câmara Municipal. As leis criadas pelos vereadores não são tão abrangentes como o próprio prefeito pode criar, por exemplo, hoje aqui em Prudente, e isso pode mudar, só quem pode dar nomes de ruas e fazer homenagens, é a Câmara Municipal. O prefeito tem que solicitar pra Câmara determinada nomeação. Mas no que tange às outras matérias, o prefeito pode fazer tudo, já a Câmara não. A Câmara não pode fazer nenhum tipo de lei que vá gerar custos para o município, por exemplo, alguém chega pro vereador e fala: 'está precisando de uma creche em tal bairro', o vereador não pode fazer esse tipo de lei porque vai gerar custos pro município. O vereador tem que solicitar o prefeito por meio de requerimento. Então ele pede ao executivo e o executivo, pela lei orgânica, tem que responder. Se é um pedido esdrúxulo ou não, o prefeito é obrigado a responder. O vereador já tem esse primeiro impedimento que é não poder fazer nenhum tipo de lei que gere custos ao município. Outro tipo de lei que ele não pode criar são leis que interfiram na administração do município. Ora, se o vereador é pra auxiliar na administração, como ele não pode fazer? Imagina 13 vereadores querendo criar lei pra isso e praquilo, iria ficar a casa da mãe Joana, porque cada um vai criar uma lei do seu entendimento e isso não é interessante pro município. Então prefeito é que cuida da administração e os vereadores fiscalizam. Eles tem que pensar em conjunto e algumas coisas podem ser feitas, isso observando outras leis maiores, que é a constituição do Estado e a constituição Federal. Por exemplo, o vereador Café criou uma lei que equiparou as taxas de fiscalização pra alvará. Pra você abrir uma empresa de transporte de carga de caminhão, por exemplo, você ia pagar 100 reais de taxa de alvará. Uma empresa de carga de moto táxi ia pagar o mesmo valor, então, isso é desproporcional e o código tributário e a legislação nacional, ela já diz que tem que ser proporcional esse tipo de cobrança. O vereador Café vendo isso, criou uma lei alterando essa tabela de código tributário de Prudente fazendo com que as empresas de carga de caminhão cobrassem, por exemplo, 100 reais, e as de moto táxi, cobrariam 30. O vereador pode fazer esse tipo de lei. Houve a discussão de que o prefeito entrou contra (adin – ação direta de inconstitucionalidade), ele queria declarar inconstitucional essa lei. Foi pro tribunal de justiça e a justiça deu ganho de causa pra Câmara, porque o

tribunal entende que apesar de gerar custos pro município, não é um custo que vai ser muito oneroso, porque não se tem muita empresa de transporte de mototáxi. E esse alvará é anual. Os vereadores existem pra fazer esse tipo de correção. É uma taxa que é pouco para os cofres públicos, que tem um orçamento de 500 milhões, mas pra uma empresa pequena faz diferença. Alguns vereadores já pensaram nessa lei, ela está tramitando, não foi pra frente, tentando colocar dentro do ensino municipal o ensino do trânsito. O próprio código brasileiro de trânsito já prevê isso. Aqui em Prudente ainda não é regulamentado, e um vereador teve essa ideia. Essa lei é inconstitucional porque ela tá interferindo na administração do executivo, então o vereador poderia solicitar que o município incluísse na grade curricular de ensino o ensino de leis de trânsito, mas ele não pode impor por meio de lei. A professora de história, Alba, diz que a primeira ação de um ditador é fechar o legislativo, como foi com GV que fechou as câmaras municipais em 1930, e também na ditadura militar. A primeira atitude de um governo totalitário é fechar o legislativo, para não dar ouvido ao povo. Essa é a importância do Vereador, ele coexiste harmonicamente com o prefeito. Eles tem que ser harmônicos, mas não subservientes.

2- O que o candidato a prefeito faz antes, durante e depois o período eleitoral?

Para se candidatar a prefeito, é necessário apresentar um plano de governo a justiça eleitoral. Antes do período eleitoral, o prefeito tem que colocar o seu nome. Não é tão simples ser candidato. Se eu quero pleitear um cargo, eu não posso chegar do dia pra noite e dizer que quero ser candidato. Eu tenho que colocar meu nome antes para os líderes e influenciadores da sociedade, como líderes comunitários, pra ver se meu nome é aceito. Tem que colocar o nome do partido também. Esse ano teve uma situação bem clara sobre isso em Prudente, nós temos o vereador Valmir que é pré-candidato à prefeitura e ele fazia parte do PTB que é o partido prefeito, e conversando com o prefeito, ele sentiu, isso é uma análise de fora, que o partido não daria legenda pra ele ser prefeito. E com a mudança na lei, ele aproveitou pra sair do partido e foi pra um partido que abrigou ele, o PR, e sinalizou que daria a legenda pra ele. O partido que homologa a candidatura. Um detalhe importante, quem homologa a decisão do diretório municipal é o diretório estado. Não adianta eles darem a legenda pra mim aqui, se em São Paulo é negado. Previamente, é isso que tem que fazer. Depois disso ele começa a andar pela cidade como pré-candidato. A lei só permite que você diz que é candidato quando você é aceito pelo site do TRE, quando sai seu CNPJ de campanha, porque aí você pode fazer santinho, imprimir cartaz, e aí você pode começar a pedir voto. Porém, não impede você dizer que você é pré-candidato. Depois que ele for eleito, começa a articulação de secretariado. Dificilmente alguém é eleito sozinho, que é a chamada chapa pura, que esse ano tá aparecendo muita chapa pura, mas

é difícil ter chapa pura por dois motivos, o primeiro é tempo de TV, quando você entra com chapa pura, que é quando você não coliga com outro partido, você não tem bastante tempo de TV. Hoje o tempo de TV é proporcional ao tanto de deputados na câmara federal. Pra obter o apoio de outros partidos, é óbvio que se negocie alguma coisa e aí que entra as secretarias. Você negocia secretarias com seus partidos aliados. Porque isso que é importante quando você vai votar, observar bem a chapa que você vai votar, e não só o candidato em si. Porque você vota em um pacote. Se o secretário fizer algo errado, quem responde é o prefeito. Quando você vota em um nome, você vota em toda a chapa. O eleitor tem que analisar e tomar cuidado.

3- Quando o cidadão vê um problema no município, a quem ele deve recorrer?

Uma das pessoas é o vereador. Ele pode obviamente, ir conversar com o secretário, porque é um funcionário público. Organicamente, o vereador é o representante dele. O vereador tem o poder de fiscalizar o executivo. Você pode ir a prefeitura pra poder reclamar. Quando o vereador manda um requerimento, o secretário tem que responder, se não pode perder o cargo. Todo requerimento tem um prazo pra ser respondido. Sempre tem gente aqui na câmara, nós temos até protocolo. São 1700 atendimentos mensais.

4- Teve uma tentativa de aumento dos vereadores? Por que foi negado?

Foi na 15ª legislatura, na anterior. Toda legislatura tem que definir para a próxima a quantidade de vereador. Essa agora já definiu que a próxima vai continuar com 13 vereadores. A Constituição delimita algumas quantidades dependendo dos números de habitantes. A quantidade mínima pra todos os municípios é 9 vereadores. Aqui em Prudente nós poderíamos ter até 21 vereadores. A Constituição é meio subjetiva, ela dá espaço a interpretações diversas. E aqui tentaram aumentar para 19, fizeram um projeto de decreto legislativo e esse projeto foi aprovado. A 16ª era pra ter tido 19 vereadores. Por pressão popular, um dos vereadores ele protocolou no início do ano eleitoral, um projeto voltando pra 13 e foi aprovado por pressão popular também.

5- A Câmara e a Prefeitura ficam no mesmo espaço. Isso interfere em alguma coisa?

Nosso país ele segue o que foi criado por Montesquieu, poder legislativo, executivo e judiciário. Se eles são poderes separados, por que tem que ficar no mesmo prédio? Antigamente a Câmara ficava num prédio em frente a Tanger, aqui no calçadão. E posteriormente, veio pra esse prédio, no mandato do Watal Itibashi. Porém, o espaço ficou pequeno com o tempo. Apesar de serem poderes que se complementam, são distintos. Na minha visão como cidadão e jornalista, tem que ficar em prédios separados, porque você acaba saindo um pouco do paternalismo há anos e anos da política do interior, que é o

coronelismo. A nossa constituição federal ela ainda tem herança da ditadura, herança do militarismo, que não é democrática. Ela ainda precisa ser reformada e isso reflete nas câmaras já que um vereador tem menos poder que um deputado. Isso vem da ideia que o prefeito manda de cima pra baixo e sai atropelando tudo e fica bem perceptível no prédio, já que o gabinete do prefeito fica em cima do plenário.

6- Como o jornalismo político pode transcender o jornalismo tradicional?

O jornalismo político ultrapassa as barreiras do jornalismo tradicional em diversos aspectos. O primeiro, que considero mais importante, é o acompanhamento, quase que diário, das informações de bastidores que influenciam nos atos específicos, tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo. Como por exemplo, as conversas de gabinete que permeiam e antecedem a nomeação de determinados secretários para as diversas Pastas municipais ou, então, na escolha do próximo presidente da Câmara Municipal e os componentes da Mesa Diretora. Um segundo aspecto, também a se ressaltar, é a manutenção e preservação da fonte. Todos os jornalistas precisam de fontes, em seus diversos gêneros. Entretanto, é na fonte segura, e na maioria das vezes oculta, que “reside” o jornalismo político. É da fonte que o jornalista consegue as informações de bastidores tão necessárias para conseguir pautas e reportagens relevantes. Fonte que se deve manter fiel e com contatos diários ou, ao menos, semanais. E neste caso, surge outro importante e cuidadoso aspecto jornalístico: a apuração. Mais do que uma matéria factual ou de cotidiano, matérias políticas precisam de profunda apuração e, principalmente, de ouvir os dois lados da notícia. Uma fonte normalmente passa determinada informação, pois há um interesse pessoal ou de um grupo. Por isso, há a necessidade intrínseca de se ouvir os dois lados. Por fim, outro ponto a se ressaltar é a forma como o texto é passado. As terminologias próprias do ambiente político e principalmente a contextualização – esta, possível apenas quando o jornalista acompanha o ambiente e sabe o que está ocorrendo nos bastidores. É preciso que o repórter conheça termos como “edilidade”, “primeiro e segundo turno”, “chefes de Pastas”, “alcaide”, etc. Apesar das peculiaridades do meio político, o jornalismo político não difere do jornalismo em geral no que se refere à apuração da informação e na busca da veracidade e da imparcialidade, ou seja, responder aos questionamentos básicos do jornalismo.

Professor José Caetano Silva - Historiador e cientista social

Entrevista feita por: Andrey Franco, Ive Rodrigues e Taíne Correa

Data: 09/08/2016

Meio: Pessoalmente

1- O que há de relevante na história das eleições e na história política da cidade?

A primeira câmara municipal de Presidente Prudente é por volta de 1923, ou

seja, Prudente vai fazer cem anos ano que vem, pois surgiu em 1917. As câmaras municipais daquela época seguiam uma tradição histórica brasileira, que as figuras mais importantes dentro de um município, até a proclamação da república, eram os presidentes das câmaras municipais. Foi a primeira estrutura de poder que surgiu no Brasil. É uma estrutura diferenciada da que veio de Portugal para o Brasil. Os portugueses trouxeram a estrutura política já montada para o Brasil, ou seja, a estrutura de estado que nós temos hoje, é uma estrutura de estado que não foi construída no Brasil, ela é dada de Portugal, e o Brasil é um dos poucos países que têm isso. Então no caso das câmaras municipais que surgiram no Brasil, elas surgiram como uma resposta ao poder central de Portugal, então elas tinham uma certa autonomia.

2- Elas surgiram só para ele eleger um prefeito?

Até a proclamação da república, essas câmaras tinham muito poder, então não existia a figura que a gente pode chamar do “prefeito”. Havia um alcaide, que eles chamavam, que eram presidente da câmara. Prudente mesmo só passou a ter a figura de eleger com esse nome de prefeito, dos anos 30 para cá. Até então as figuras mais importantes eram dos presidentes das câmaras municipais. E normalmente cidades iguais Presidente Prudente, as pessoas eleitas eram geralmente ligadas a pecuária. Os grandes fazendeiros. Então, aqui criou-se aquela estrutura de coronelismo. Por isso que o Agripino até hoje é chamado de coronel, por causa de figuras centralizadas em nomes de pessoas. Historicamente, um ou outro momento que havia uma certa diferenciação. No caso, por exemplo, na época do Tiezzi. O Tiezzi rompeu com essa tradição. Ele foi eleito sem a participação das elites prudentinas. Ele foi eleito porque era a época do fim da ditadura, transição da ditadura para estado de direito, em 1982, e naquela época eles criaram o voto vinculado. Pelo voto vinculado, você não poderia votar no candidato do governador de um partido e para prefeito de outro, e hoje você pode. Como Franco Montoro era candidato a governador e ele estava na crista da onda, então o Tiezzi, que era prefeito de Prudente, era um engenheiro. Ele concorreu com o Agripino, inclusive na época, e ganhou do Agripino. Foi a primeira grande derrota do Agripino nas eleições, porque ele achava que seria reeleito, em 82. A única exigência que tem hoje, é que você tem que votar no presidente da república e você vota no vice ao mesmo tempo, no período antes da ditadura não podia isso. Você podia votar num candidato a presidência da república de um partido e mesmo que ele tivesse o candidato da chapa dele, da coligação, as vezes ele tinha até mais de um. Jânio Quadro por exemplo tinha dois caras na chapa dele, e o João Goulart que ganhou de vice e ficou vice do Jânio Quadro. O João Goulart era do PTB e o Jânio Quadros era do PDC. Tem um caso de história que vale a pena eu contar. Houve uma eleição aqui em Prudente do Watal Ishibashi contra o Valter Lemes Soares, 1972. O Valter Lemes era apoiado por todos os coronéis que existiam na cidade. Ele representava uma estrutura de passado da cidade e o Watal Ishibashi representava o progresso. Ele era um japonês, tinha como vice um professor e representava a classe média mais intelectualizada e esse pessoal era formador de opinião, mas não tinham

dinheiro. Então, as pesquisas quando se faziam dava o Watal na frente, porque os professores eles iam de classe em classe trabalhando para o Watal, mas tudo levava a crer que o Watal iria ganhar a eleição. Então foi feito um comício do Watal e do Valter Lemes. O do Valter foi feito na Praça 9 de Julho e do Watal na Praça da Bandeira, onde é o camelódromo. Bem na entrada do camelódromo ficava o palanque. Eu morava ali e então fui investigar. Eu estava torcendo para o Watal. Eu queria ir na frente do palanque e não dava para passar, de tanta gente. Eles colocavam alto-falante para as pessoas ouvirem a fala, mas eu queria chegar perto. Três dias antes da eleição, na quinta-feira, e a eleição ia ser no domingo. Era dia 12 de novembro. Depois com a volta da Nova República é que passou a ser dia 3 de outubro, ou seja, o primeiro domingo de outubro. Daí eu fui no comício do Valter Lemes, pouca gente, mas bem pouca gente. Conclusão, quem ganhou a eleição? Foi o comício que derrubou o Watal. Se ele não faz o comício, os caras não corriam com grana. No dia seguinte, as peruas que estavam escritas “Watal”, estavam todas escritas “Valter Lemes”, compraram todas. O cara foi simplesmente derrotado por um comício. Eu fiquei acompanhando o resultado pela emissora de rádio. Eu lembro que o Galileu Galilei da 84 falava “da boca da urna para o ouvido do povo, atenção Prudente”. Então a esperança passou a ser a periferia. Então eu falei quando chegar na periferia o Watal detona e começa a subir.

3- Quantos habitantes tinham mais ou menos nessa época?

Prudente tinha 120 mil habitantes, por aí. Prudente é uma cidade que era pra ter muito mais gente do que tem hoje. Se você pegar cidades que cresceram mais que Prudente nesse período, Araçatuba cresceu e Marília cresceu mais do que Prudente, e são cidades mais novas do que Prudente.

4- Tem alguma explicação aqui na cidade pela Prefeitura ser no mesmo lugar que a câmara municipal?

Como a câmara municipal sempre foi vinculada a um poder, como um poder de transmissão do canal executivo, quando foi feito o prédio novo, entre 65, 66, 67 e 69. Quando mataram o Florivaldo Leal, entrou o Watal e ele resolveu fazer um prédio novo. Realmente são dois poderes diferenciados. Você pode até ficar, em termos de espaço, próximo sem problema nenhum. Agora, não vai ficar daquele jeito, que é o mesmo prédio.

5- Como foi a morte do Florivaldo Leal? Foi envolvimento político?

Foi uma situação que começou de uma briga que houve entre o cara que tomava conta dos trabalhadores, porque naquela época todos os trabalhadores não eram por concurso. Hoje, pra ser trabalhador da prefeitura, tem que ser por concurso, seja concurso na administração direta ou indireta. Então, um dos funcionários foi mandado embora pelo chefe por parte de obra, e o cara foi lá e achava que era culpa do prefeito.

6- Então quando ele morreu ele estava ocupando o cargo da prefeitura?

Ele estava. Fazia dois anos. Estava na metade do mandato. Ele era visto como um prefeito moderno. Ele era um cara com a mentalidade moderna. Seria um excelente prefeito. Então o cara meteu o cabo da picareta na cara dele. Um cabo de picareta na cabeça dele. Então ele foi levado para o hospital e não tinha nenhum neurologista em Prudente que pudesse dar conta. Chamaram até um especialista que morava em São Paulo e o cara veio para Prudente, as pressas, e os caras que tinham carro foram até o aeroporto porque Prudente não tinha farol para poder botar as luzes para o avião descer trazendo o médico. Enquanto isso, no hospital, milhares de pessoas rezando e não adiantou e morreu o Florivaldo Leal. Quem assumiu o lugar dele foi o Watal Ishibashi.

Rogério Mative – Repórter do Portal Prudentino

Entrevista por: Taíne Correa

Data: 18/07/16

Meio: Pessoalmente

1- Como você se prepara para uma cobertura política?

O preparo começa desde o começo do ano, com os nomes que já eram ventilados nos bastidores como pré-candidatos a prefeito, então a gente já começa a acompanhar de perto em relação à o que eles já estão fazendo. Chegando nesse período pré-eleitoral, fica um pouco mais intensificado esse trabalho, mas principalmente em relação a ajuda ao eleitor, a prestação de serviços. Inicialmente a gente foca no que o eleitor precisa, os prazos que ele tem que tomar cuidado, em caso de deficiente o prazo especial que tem, questão de cadastro de biometria.

2- Por quais dificuldades você passou quando fez jornalismo político?

Antes das dificuldades, tem os cuidados. Porque nem tudo pode ser falado e divulgado. A gente vive com as regras eleitorais, até pra não ter benefício de candidato e propaganda antecipada. O que o TSE e o TER passam de diretrizes a gente tem que seguir a risca, esse é o primeiro cuidado. Dentro disso, questão de talvez não conseguir no imediatismo contato com o entrevistado, pela agenda de campanha dele, conseguir conciliar essa parte de entrevistas. O que você precisa ali não é só a notícia, mas a fala da pessoa, esse é o empecilho.

3- Todo veículo de comunicação deveria ter um repórter setorizado para política?

É uma tese que eu já defendo a algum tempo. Eu acredito que quem é formado em comunicação deve trabalhar em todos os setores: esportes, polícia, cultural, cotidiano. Se você aprendeu a técnica de escrever um bom texto, você vai conseguir aplicar isso em qualquer assunto. Mas é claro que aí vem a questão da vontade pessoal de abordar tal assunto. Às vezes a pessoa tem uma tendência maior a gostar de tal tema e aí se torna uma referência, setorista natural. Eu acho importante que as redações façam esse rodízio para que todos tenham uma base daquilo que pode fazer no futuro. Hoje é muito difícil você ter esse cenário de setoristas, mas se você puder contar com um grande setorista na política seria muito bem-vindo para a redação. A política tem vários segmentos e é um tema pesado pra lidar, então um especialista na área ajudaria muito na redação.

4- Por que o público não se interessa por política?

Talvez por dois motivos. Primeiro por essa crise moral e ética que passa a política, o eleitor generaliza e acha que tudo é ruim e deixa de lado. O segundo, a forma como a política é abordada pelas redações. Talvez um texto muito denso e pesado, de difícil leitura, igual a abordagem sobre economia. A economia está presente na vida de todo mundo, quando você vai ao mercado, comprar um pacote de feijão, um litro de leite, como abordar essa economia pra que a dona de casa, aquele que está trabalhando na obra ou no escritório possam entender da melhor maneira possível? É que nem a política. Então acredito que a falta de identidade do leitor com o político, por essa quebra de ética e moral que a gente atravessa e depois essa abordagem um pouco mais clara sobre esse assunto. Falar de uma forma mais aberta para toda a população de todas as classes, isso é muito importante.

5- Como você lida com o assédio dos políticos por você ser da imprensa?

Sempre acontece. Se a gente falar que não acontece, é mentira. O assédio ocorre quando você tem o poder. Você tem o poder de divulgar a notícia, e o político quer aparecer na mídia. Você tem que ter o cuidado de não colocar ele na mídia, favorecendo-o. Você tem que dar a notícia, se ele for a notícia. E nada de florear. Às vezes o político vai cercando o jornalista pra obter algum favor, ou pra uma notícia negativa não seja tão negativa, ou que a notícia simples se torne um currículo positivo pro político. Ocorre muito, “é normal”, mas não deve ser, em pequenas, médias e grandes redações, com jornalistas que estão começando e com veteranos. Um jornalista profissional ético nunca vai ser deixado por questão de ego, de elogio, de afagos que qualquer um vai tentar fazer pra levar o melhor.

6- Como você vê o jornalismo político hoje em Prudente? Ele atende às necessidades do bom jornalismo?

Eu acredito que não. Acredito que a gente tem poucas mídias trabalhando com jornalismo político como deveria acontecer. Hoje a gente tem uma abordagem superficial, deveria aprofundar mais. Talvez por medo de não se dispor com um político que esteja no poder ou o medo de alguma retaliação, hoje a gente percebe que é muito superficial. Não é incisiva. O jornalismo de prudente deixa a desejar. Talvez porque não há um incentivo das empresas em contratar mais profissionais para essa cobertura e também pela questão de medo.

7- O que você aprendeu nessa experiência de fazer cobertura política?

O principal é o conhecimento das regras. O jornalista consegue ter um conhecimento profundo de muita coisa que a população em geral não vai ter. Então você ter essa oportunidade de entrevistar juízes, promotores e até mesmo os políticos, essa experiência, com certeza, é muito grandiosa pra vida. Você tira muita lição, mesmo você como jornalista, vai refletir bem mais na hora de votar. Essa questão técnica é o maior legado, você lê mais sobre o assunto, pesquisar mais, então se aprofundar em leis e regras, resoluções e regras, isso enriquece muito o jornalista pra quem sabe, no futuro, se tornar um setorista.

8- Você se preocupa em traduzir os verbetes políticos para melhor entendimento do público? Por quê?

Sim, porque tem algumas palavras que são totalmente técnicas. A gente vai ter o conhecimento e o contexto, mas quem irá ler não. Então é importante que, se possível, a gente faça a mudança da palavra para um sinônimo que seja de entendimento de todos. Ah, o texto vai ficar mais chamativo, mais bonito? E aí, qual o peso? Você vai conseguir chegar aos seus leitores? Isso é o mais importante nessa balança. Caso não consiga mudar, ter a explicação logo em seguida. Tem palavras muito técnicas que exigem que o leitor faça uma pesquisa, mas hoje, quem tem tempo pra pesquisar? Todo mundo está na era digital e quer textos até mais curtos daqueles que já estão sendo produzidos.

9- Como é a fiscalização dos políticos por parte dos meios de comunicação em Prudente?

A fiscalização ela ocorre principalmente pelas ações divulgadas opor eles e pelas assessorias de imprensa. Hoje não existe uma fiscalização maior do jornalismo em relação aos atos, tanto de vereadores como prefeito, ou outro político. Até talvez seja uma falha do jornalismo prudentino, jornalismo ligado a política de Prudente. Hoje ficamos muito reféns daquilo que é enviado, mas não há uma procura pra saber em relação a números, aplicação de recursos. Acredito que a gente poderia ser mais incisivo. Quando eu digo a gente, eu me incluo nisso. Quando a gente diz jornalismo, é um só. Todos estão

participando. Se um melhora, o outro vai buscar essa mudança também. Acredito que hoje ninguém está buscando mudança. Tem um comodismo nessa fiscalização.

10- O que é fazer jornalismo político para você?

O jornalismo político é o grande desafio de conseguir informar o leitor, de forma clara, de não se indispor com os entrevistados, mas isso acontece sempre, porém, cumprir seu papel de forma ética e profissional e moral. Sem se envolver com interesses obscuros, sem manipular uma ação, sem maquiar um texto. Acho que o jornalismo político é o de maior peso numa redação, de maior responsabilidade, por isso. Pode-se tornar uma arma muito perigosa por uma simples palavra colocada num texto. Pra mim, o jornalismo político se baseia na questão moral e ética, como todos os outros, mas principalmente por ser política.

11- Na sociedade atual, em que a maioria das pessoas sabem que têm direito à informação, você percebeu alguma mudança no comportamento do público? Ele está exigindo mais e emitindo mais opinião?

Em relação a Presidente Prudente, não. A gente percebe até pelas sessões da câmara municipal, poucos frequentam, poucos procuram saber os que os vereadores estão fazendo. Dentro disso, percebemos pelas matérias produzidas, pelos comentários que são poucos, ou pelas plataformas nas redes sociais que tem pouca interação. Também tem essa questão da população não estar muito inteirada.

12- Como o jornalismo político pode transcender o jornalismo?

O jornalismo político transcende o jornalismo por ser bem atípico do cotidiano, do esportivo, da cultura, por ter várias regras, por ter várias questões associadas pelo ego e poder, a questão do poder muito presente na abordagem do jornalismo. Ele pode melhorar na fiscalização, ultrapassar o discurso, ser um jornalismo investigativo e interrogativo. Falta isso no jornalismo político, perguntar mais, questionar mais, não aceitar apenas o discurso do agente político.

Ronaldo Macedo – Historiador
Entrevista feita por: Taíne Correa
Data: 08/08/2016
Meio: Pessoalmente

1 – O que o senhor tem para falar sobre os meios de comunicação e a política prudentina?

Eu vi surgir o Oeste Notícias, que foi um jornal de um grupo político. Ele surgiu em 94. Eles tentaram comprar uma marca que era a Folha da Região, mas eles não quiseram vender. Eram dois jornais que lutavam pela primazia: O Imparcial, de 1939 e o Oeste Notícias. Era um jornal que tentava levar as ideias de um grupo político e esse grupo estava no poder executivo na época, então ele foi um jornal que tinha publicações da prefeitura. E foi uma certa guerra entre os dois jornais. Em geral, os jornais de prudente surgem apoiados por um grupo político. Os dois primeiros estavam nas mãos de dois coronéis: A Ordem e O Paranapanema, na mão do Marcondes e o outro no do Goulart. A Voz do Povo também surgiu dessa mesma maneira. Não surgiu como um jornal político, mas acabou assumindo esse papel porque apoiava o partido democrático porque eles tinham uma dívida com o Coronel Marcondes, que ameaçou fechar o jornal e aí eles se atrelaram ao partido político. Em geral, apesar de tentar uma independência, os jornais ainda tem uma certa ligação com o poder político. Mas O Imparcial se mantém um pouco isento, tenta mostrar várias posições. No começo, quem lia jornal era a intelectualidade que era uma meia dúzia que morava na cidade. 80% da população rural era semianalfabeto ou analfabeto. Quem mantinha os jornais eram os partidos políticos. Até os anos 60 você via esse tipo de coisa. A internet abriu um acesso maior pra todo mundo, a medida em que as faculdades chegaram aqui também abriu esse horizonte. A cidade se tornou um centro educacional.

2- As outras mídias também se politizaram?

Algumas estações de rádio também surgiram na mão de políticos que vinham de fora. Mas em geral, o rádio é mais próximo da população do que o jornal, por exemplo. Eram iniciativas pioneiras, o pessoal dos anos 40, os bandeirantes do rádio, fizeram surgir a PR5 a rádio difusora. Mas depois a gente vê que tem a tendência de se ligar a um grupo político. Queira, ou não queira, ela vai ser um instrumento de divulgação de atividades e de ascensão política de grupos. A televisão é evidente. Uma das redes de TV é ligada a um grupo forte político e ela surgiu de uma negociação, de uma guerra de interesses. A copa do mundo de 70. A gente tinha transmissão via TV do paraná e era muito ruim, então o Michel Buchalla foi batalhar com o Watal Ishibashi para instalar o sinal direto de SP ou do RJ para melhorar a imagem. Então ele sofreu muito bom isso, foi muito criticado na época. Até os anos 80, quando vem a via satélite, a vem a TV. Em termos regionais, ela é restrita. A TV bandeirantes comprou a concessão de uma TV local que tava surgindo, do grupo Paulo Constantino e uma série de outros empresários, e se instalou aqui. Depois veio a TV Manchete, que fez uma negociao com o grupo Paulo Lima e se tornou a retransmissora que foi a primeira emissora local com programas locais. Com a falência da TV Manchete, a TV Globo negociou com o mesmo grupo e nasceu a TV Fronteira em 94, com a preocupao com a região.

Abrange a alta paulista, tem um alcance muito grande. Mas são grupos ligados a políticos. Você vê a influência política em todas as mídias.

3- Tem algum fato político que você presenciou e gostaria de contar?

Quando o Agripino assumiu a prefeitura ele ficou vários anos no poder e está tentando voltar agora. Foi um prefeito que chacoalhou a cidade. Teve atitudes um tanto tempestivas às vezes, mas que resultaram em alguns benefícios para a cidade. O que eu presenciei foi a mudança de transporte urbano, uma briga muito séria que monopolizava o transporte urbano na cidade. Houve uma época em que essa empresa entrou em intervenção via prefeitura. A empresa foi extinta e aí se colocou duas empresas, que se tornaram uma só e o monopólio tornou a voltar. Hoje tem uma empresa com dois nomes, mas é um grupo só. Que também foi trazida pelo grupo político da época. A que veio trouxe duas empresas de ônibus que servem mais ou menos a cidade, que agora com o plano de mobilidade urbana talvez isso modifique. Então foi um problema muito sério que a população ficou sem transporte, aí vieram várias empresas cobrir a falta. Até isso voltar ao normal, foi um problema muito sério de deslocamento na cidade. Teve outros casos como a ascensão de novos grupos ao poder, como Tupã, por exemplo, levou o PT junto com ele. Hoje, grupos que eram aliados, estão disputando independentemente. Então eu acho que a cidade sempre teve grupos firmes, ligados a família tradicionais, no momento ligado à pecuária e hoje às empresas e também influencia de fora do governo do estado querendo ter um prolongamento do poder.

3- O prefeito e os vereadores trabalham de maneira conciliada?

Depende da situação, tem muita conveniência nesse meio. Você vê que, às vezes, o poder executivo força atitude do poder legislativo. Ele quer que medidas sejam aprovadas e isso depende do aval dos vereadores e esse aval é contornado com negociação. Normalmente, o prefeito consegue muito apoio do poder legislativo, mas dependendo da câmara e do poder executivo, que às vezes não são do mesmo partido, da mesma linha política, existe uns embates de vez em quando. Em geral, nos problemas mais urgentes, há o mesmo caminho. Apesar de que eu acho que o poder legislativo é muito dependente do executivo. Você não vê muita realização de projetos que a cidade precisaria. Existem projetos sim, até alguns absurdos. Você vê muito vereador que entra e não faz nada.

4- Qual foi a maior mudança na política prudentina que você presenciou?

A grande mudança que eu peguei já estava instalada, foi uma quebra naquele vai e vem de filhos de coronéis até os anos 70 e 80, uma delas foi o Virgílio Tiezzi. Se bem que foi uma mudança atrelada ao governo do Estado. Você votava e tinha o voto casado. Você elegia o prefeito ligado ao partido do Estado. Nessa época se municipalizou boa parte da educação, se criou a pré-

escola municipal. A saúde foi para os bairros. Depois, como prefeito Agripino, teve umas mudanças, apesar de uma tendência autoritária como vinha de anteriormente, houve mudanças significativas que a cidade recuperou a imagem de polo regional.

Silas Santos – Juiz Eleitoral

Entrevista feita por: Ive Rodrigues

Data: 23/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Como se aplica a lei seca nas eleições prudentinas?

A venda de bebidas alcoólicas no dia da eleição depende de Ato Normativo expedido pela Secretaria de Segurança Pública. Nas últimas eleições não houve proibição. A última vez que foi adotada foi nas eleições de 2006, quando foi proibida a venda e consumo de bebidas alcoólicas das 8h às 17h no dia da eleição.

2- Quais pessoas, perante a lei, tem a obrigação ou não de votar?

O voto é obrigatório para os maiores de 18 (Artigo 14, I, CF) e facultativo para os analfabetos, maiores de 70 anos e para os maiores de 16 e menores de 18 (Artigo 14, II, CF). É facultativo o voto para os eleitores portadores de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais relativos ao alistamento ou exercício do voto. Neste caso o eleitor ou representante legal deve apresentar requerimento ao Juiz Eleitoral, que determina o registro do ASE 396 - 4 no histórico do eleitor, tornando facultativo o exercício do voto (Res. TSE nº 21.920/04). Não podem ainda se alistar ou votar os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório (Art. 14, §2º)

3- O que é permitido e o que não é no dia da eleição, tanto para o eleitor quanto para o candidato?

No dia da eleição nenhuma espécie de propaganda eleitoral é permitida, sendo inclusive previsto como crime no artigo 39, §5º da Lei 9.504/97. Apenas é permitida a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos. (Artigo 39-A da lei 9.504/97), sendo vedada a aglomeração de pessoas. Os fiscais de Partido também não podem padronizar suas vestimentas, podendo apenas utilizar crachás de identificação com nome e sigla do Partido ou coligação que representam.

4- Funcionário Público tem folga no dia seguinte pós eleição?

Perante a Justiça Eleitoral, todo o eleitor (servidor público ou não) que tenha sido nomeado para atuar como mesário, apoio logístico, membros de junta, escrutinadores ou auxiliar dos serviços eleitorais, terá direito à dispensa do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação (Artigo 98 da Lei 9.504/97). No entanto, o dia da dispensa deve ser avençado com o chefe/empregador de acordo com as necessidades do serviço. Não sendo assegurado necessariamente folga no dia seguinte ao da eleição.

5- Como denunciar uma irregularidade no dia da eleição?

O Juiz Eleitoral tem poder de Polícia para fiscalizar as irregularidades referentes à propaganda (artigo 41, §1º da Lei 9.504/97) A Polícia Militar e Federal auxiliam, no dia do pleito, na fiscalização e repressão das irregularidades. Além disso, segundo o artigo 356 do Código Eleitoral e Artigo 83 da Res. TSE nº 23.457/15, todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal eleitoral deve comunicar o fato ao Juiz da Zona Eleitoral onde se verificou a infração. A comunicação é reduzida a termo e encaminhada ao Ministério Público eleitoral que poderá oferecer denúncia ou solicitar maiores investigações.

6- Quais as conseqüências da boca de urna?

A Boca de Urna é Considerada Crime Eleitoral - Artigo 36, §5º, II da lei 9.504/97. Sujeita o infrator à pena de detenção de 6 meses a 1 ano, com a alternativa de prestação de Serviços à Comunidade pelo mesmo período e multa de 5 mil a 15 mil UFIRs

7- Como o eleitor deve fiscalizar e conhecer a vida pública dos candidatos?

Além das informações disponíveis nos meios de comunicação de massa, a justiça Eleitoral disponibiliza os dados de todos os candidatos que são apresentados no momento do Registro de Candidatura. O Registro é instruído com todas as informações dos Candidatos e documentos como declaração de bens, certidões criminais de todas as instâncias, comprovante de escolaridade, proposta de governo, no caso de candidato a prefeito (Artigo 27 da Res. TSE nº23.455/15), permitindo que se conheça um pouco de sua vida pregressa e propostas. Segundo o Artigo 29 da Res. TSE nº 23.455/15, todos os formulários e documentos são públicos podendo ser livremente consultados pelos interessados que podem obter cópias, respondendo por suas custas e utilização das informações. Além disso, esses mesmos dados ficam disponibilizados no site do TSE. É possível acessar os dados, certidões, etc, de cada candidato por meio de link próprio (Artigo 70 da Res. TSE nº 23.455/15)

Além disso, a propaganda eleitoral também é momento de conhecer as propostas, a partir de 16 de agosto, havendo inclusive a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a partir de 26 de agosto.

8- Quais as consequências de não votar no dia das eleições?

Caso o eleitor não vote nem justifique no dia das eleições, a ausência às urnas acarreta a perda da quitação eleitoral. Sem quitação eleitoral o eleitor pode ter problemas para tirar passaporte, tomar posse em concursos públicos, fazer inscrição em faculdades, fazer cursos de reciclagem de segurança privada, dentre outros.... (Artigo 6º, §1º do CE). Para regularizar a situação, o eleitor pode justificar o voto (no prazo de 60 dias a contar da data da realização da eleição, apresentando documentação que justifique não ter conseguido votar nem justificar no dia da eleição). Caso se encontre fora do país, o eleitor tem o prazo de 30 dias após o retorno ao Brasil para justificar o voto apresentando documentação que comprove estar residindo no exterior. (Artigo 80 caput e §1º da Res. TSE nº21.538/03 Pode ainda o eleitor pagar a multa no valor de R\$ 3,51 (por turno de votação que deixar de votar) (Artigo 7º do CE e 85 da Res. TSE nº 21.538/03. Se o eleitor se ausentar às urnas por três vezes consecutivas (considerando inclusive cada turno como uma ausência), e não justificar, nem pagar multa, o título é cancelado (Art. 7º, §3º do CE e Artigo 80, § 6º da Res. TSE nº 21.538/03.

9- A partir de que momento os processos e julgamentos de crimes eleitorais chegam até a decisão do Juiz Eleitoral?

Os crimes eleitorais seguem o tramite do Artigo 355 e seguintes do CE. (Diferente do tramite do CPP, conforme instrução da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE/SP) Assim sendo, após relatadas as investigações na Polícia Federal, os autos são encaminhados ao MPE que pode oferecer denúncia. Marca-se audiência para depoimento pessoal do acusado – Realiza-se citação do réu para apresentar defesa – Realiza-se audiência para oitiva das testemunhas – Abre-se prazo de 5 dias para alegações finais ao MPE e ao réu – Após esse trâmite, chega-se o momento da Sentença. Além disso, quase todas as infrações penais eleitorais constituem crimes de menor potencial ofensivo. Assim sendo, antes da denúncia o Promotor Eleitoral pode propor a transação Penal, desde que o réu preencha os requisitos do Artigo 76 da Lei 9.099/95. Ainda é possível, mesmo após o oferecimento da denúncia, a suspensão condicional do processo nos termos do Artigo 89 da Lei 9.099/95.

10- Quais são os atos viciosos das eleições e quais as providências devem ser tomadas sobre eles?

Atos viciosos das eleições seriam atos que prejudicam o regular transcurso do processo eleitoral. O Objetivo da Justiça é assegurar o exercício democrático da cidadania a todo eleitor regularmente inscrito perante a Justiça Eleitoral,

preservando-o de condutas abusivas por parte dos Candidatos, da compra de votos, e de quaisquer condutas que interfiram na sua liberdade de escolha, na livre apreciação das propostas dos candidatos, etc. Assim, o Artigo 35, XVII do Código Eleitoral prevê como competência do Juiz Eleitoral tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos viciosos das eleições. A essa atribuição se soma o poder de polícia eleitoral, que permite ao Juiz atuar de ofício, sobretudo para evitar a perpetuação de propagandas eleitorais irregulares no dia do pleito, transporte de eleitores por parte de partidos políticos ou candidatos, captação ilícita de sufrágio, etc.

11- Quais as vantagens de se trabalhar nas eleições como mesário?

02 dias de folga, por dia de convocação para trabalhar como mesário (em primeiro e segundo turno) – Artigo 98 da Lei 9054/97. 02 dias de folga pelo treinamento disponibilizado pela Justiça Eleitoral, inclusive na modalidade à distância (Artigo 1º, §2º da Res TSE 22.747/08). Fornecimento de Certidão de Prestação de Serviços à Justiça. Auxílio-alimentação. Preferência em desempates em alguns Concursos Públicos, desde que previsto em estatuto. Utilização das horas trabalhadas como horas de atividade curricular complementar em algumas faculdades e universidades.

12- O que é cassação de registro de um candidato e quando ela é realizada?

Cancelamento do registro ou cassação do diploma é uma sanção prevista na legislação eleitoral, quando se verifica que o candidato adotou certas condutas específicas que prejudicam o transcurso regular das eleições, acarretando desequilíbrio entre os candidatos, de modo que não pode permanecer na disputa eleitoral ou já tendo sido diplomado, o diploma é cassado. Algumas dessas condutas:

1. Uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida dos meios de comunicação social em benefício de candidato apurado por meio de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Art. 19 a 23 da LC 64/90)
2. Captação Ilícita de Sufrágio (artigo 41-A da Lei 9.504/97) – que consiste na realização de compra de voto, oferecendo vantagens de qualquer natureza ao eleitor em troca do voto.
3. Irregularidade na arrecadação de gastos – em desacordo com a legislação eleitoral (Artigo 30-A da Lei 9.504/97)
4. Realização de Condutas Vedadas aos agentes públicos (Artigo 73 a 77 da LC 64/90), como empregar materiais ou servidores públicos em campanha,

participar de inauguração de obras públicas nos 3 meses que precedem ao pleito.

5. Ainda é possível a Cassação do Diploma nos termos do Artigo 216 do CE (Recurso contra a Expedição do Diploma) no caso de verificação de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e falta de condição de elegibilidade.

6. Também é possível cassação do mandato nos casos de comprovação do abuso do poder econômico, corrupção e fraude (Artigo 14, § 10 e 11 da CF)

13- Como são escolhidos os nomes das mesas receptoras?

Temos mesas receptoras de votos (quando realizam a captação do voto prioritariamente e também de justificativas) e mesas receptoras de justificativas (quando recebem exclusivamente justificativas no dia do pleito) Os critérios para selecionar os mesários estão definidos em lei (artigo 119 CE). Podem ser mesários eleitores da própria Zona (excepcionalmente podem atuar como mesários eleitores de outra Zona desde que haja autorização por parte do respectivo Juiz Eleitoral). / Devem ser eleitores com 18 anos ou mais. / Dá-se preferência aos eleitores com nível superior, professores e servidores públicos, preferencialmente os da Justiça. Não podem ser mesários: parentes de Candidato, ainda que por afinidade até segundo grau, inclusive o cônjuge. / membros de Diretório de Partidos Políticos que exerçam função executiva. / Autoridades e agentes policiais e ocupantes de cargos de confiança do executivo. / os servidores da Justiça Eleitoral.

Wilson de Luces – Economista

Entrevista feita por: Andrey Franco e Ive Rodrigues

Data: 18/07/2016

Meio: Pessoalmente

1- Os vereadores e prefeitos trabalham de maneira conciliada?

O vereador deveria ser o fiscal do prefeito em uma separação de três poderes, o legislativo, o executivo e o judiciário. O sistema político brasileiro está pervertido. Temos o executivo estabelecendo vínculos com o legislativo e o legislativo deixa de cumprir a sua função fiscalizadora, isso é possível ver nos escândalos que tivemos a nível nacional. E a falta de fiscalização no estado de São Paulo, há 20 anos o mesmo partido no poder e não se consegue levar nenhuma fiscalização mesmo sabendo de uma série de escândalos. Nós teríamos que ter os três poderes separados, mas eles não funcionam assim. O estado de São Paulo é um típico exemplo, o executivo tem através das emendas parlamentares que são os recursos que um deputado pode trazer

para o município, ele consegue amarrar o seu fiscal a sua vontade. Através de cargos e outras relações também tem amarrado o poder judiciário ao executivo, por exemplo o secretário da educação de São Paulo e o ex-presidente do tribunal de justiça do estado. O presidente da assembleia legislativa é promotor, ele veio do ministério público e é do mesmo partido que o governador do estado. Então as fiscalizações não têm acontecido e nem mesmo as execuções. Tivemos o caso de um deputado daqui da região que o processo dele demorou nove anos para chegar a uma definição, só aconteceu agora na semana passada. Você tem uma fiscalização seletiva daqueles que fazem parte do grupo do poder assim os que estão foras sofrem com maior rigor, porquê a atuação política prevalece por critérios não políticos e sim por critério que os sociólogos chamam de patrimonialistas, ou seja, não são separações republicanas que teriam que ter a separação dos poderes.

No caso das eleições já temos o envolvimento das empresas com patrocínio embora limitado, mas se tem uma seleção de candidatos pelo poder econômico e as vezes por uma celebridade, mas nenhum plano concreto de governo. Um candidato ao executivo que não apresenta um plano, ele apresenta ações separadas não tem um projeto de município. E os candidatos a vereador não conseguem construir um projeto de ação parlamentar, então você vota em nomes e não em um projeto e isso mostra como o sistema político está extremamente pervertido e necessidade de uma reforma profunda. Não adianta trocar pontos da legislação ela precisa sim ser implodida e reconstruída a partir de um projeto de sociedade. Os partidos hoje perdem o sentido, eles não trazem planos de governo compatíveis com o programa do partido. Não há diferença entre uma política econômica que foi realizada pelo PSDB e um que foi realizada pelo PT, inclusive o ministro é o mesmo agora no PMDB. O ministro da economia era do PSDB passou pelo PT e agora está no PMDB. Então nós não temos uma identidade partidária muito definida, o partido que chama Social Democracia faz um programa liberal que é contrário a social democracia, o partido dos trabalhadores usa uma política social democrata que é diferente do programa inicial do partido. Há uma confusão sem existir a identidade partidária, no nosso caso uma multiplicação de partidos que em si não é problema, mas sim a identidade que forma algumas legendas de aluguel para que você possa construir uma base parlamentar que vai ser seduzida pelos projetos, emendas e cargos. O excesso de cargo de confiança que torna a política mais um balcão de negócio do que um projeto de sociedade. Nós temos uma grande confusão no processo eleitoral.

2- Na teoria, qual a função do prefeito e vice na candidatura?

Em tese eles teriam que apresentar um programa de governo pelo menos para os quatro anos seguintes. Deveriam apresentar ações que seriam desenvolvidas explicar porque elas são importantes, e dizer como seria feito e de onde tirariam recursos para executar essas ações. No caso o legislativo o

papel seria fiscalizar essas ações de acordo com o projeto eleitor. Acontece que a eleição pela própria natureza é construída na pessoa do prefeito e o que se tem é um trabalho mercadológico. O marqueteiro é mais importante o candidato e por quem elabora o plano de governo, porquê a ideia é convencer o eleitor a aceitar aquele candidato como o melhor, e nas eleições a gente percebe que isso não tem muito a ver com o plano de governo, mas sim com a formação da identidade do candidato.

3- E eles sempre vão para um público específico?

Perfeito. A ideia inclusive é invertida, você faz a pesquisa de mercado verifica o que o povo tem preocupação e a partir daí você constrói o programa eleitoral. Você não tem uma proposta, você pega aquilo que o eleitor precisa. É o que vai te levar a ter voto. É como um lançamento de um produto, aliás os marqueteiros utilizam esse termo “o candidato é um produto que precisa ser vendido pelo eleitor”. Então ele é adocicado, veja o Lula na figura de sindicalista e rancoroso vira o Lula paz e amor. Ele lança antes da eleição uma carta aos brasileiros em que ele nega o programa do partido e começa a fazer alianças com banqueiros e industriais, coloca um industrial como vice para ser aceito nas eleições.

4- Como é regida a câmara municipal?

A câmara teria a função de elaborar leis, mas ela tem uma restrição grande porque qualquer lei que um vereador cria ele não pode onerar o executivo

5- Qual a influência que ele possui lá dentro?

Ele teria o papel de fiscalização das ações do prefeito e criar leis. O projeto de lei do vereador pode ser vetado pelo prefeito e pode ter separado por uma ação de inconstitucionalidade, se esse projeto ferir uma lei maior ou causar um gasto não previsto pelo prefeito. Então um vereador é muito limitado na capacidade de elaborar projetos para a cidade. Para que um projeto seja aprovado ele precisa até negociar com o executivo para que não seja vetado, por isso temos vários vereadores com pouquíssimos projetos aprovados.

6- Isso interfere no trabalho de algum dos lados?

Muito, ao ponto de o vereador hoje ter a necessidade de estar colado ou apoiando o executivo para estar preparado para as próximas eleições. Então vemos hoje uma relação muito incestuosa entre o prefeito e os vereadores, que acontece no estado e também no país. Vimos o Lula governar com uma base praticamente ampla para que os projetos pudessem ser aprovados, o governador Alckmin praticamente da mesma forma, uma base tremenda para

que tivesse projetos atrelados e não sofresse nenhuma investigação. Até mesmo aqui na cidade temos isso. O prefeito faz isso trazendo os vereadores para perto de si, facilitando algumas atividades, trazendo os vereadores em aparições públicas para perto dele, atribuindo ao esforço do vereador a construção de uma obra. É uma relação deturpada, é como se o centroavante fosse amigo do goleiro.

7- O projeto de lei é apresentado por quem?

Os vereadores e o prefeito. Esse projeto passa pela mesa diretora, que já é uma negociação política com alguns cargos fundamentais como a presidência da mesa que conduz o andamento das reuniões. Ela pode travar ou não algum tipo de votação em detrimento de outra. Os secretários que também tem uma influência na tramitação dos processos. Então na mesa começa o que podemos chamar de negociação de favores.

8- Como a sociedade pode influenciar nessa negociação?

Se a sociedade se organiza ela consegue impor uma quebra dessa relação. Por exemplo o escândalo da merenda, o principal nome é exatamente o presidente da assembleia legislativa, o promotor Fernando Capez. Esse processo não iria para frente aí alguns grupos na cidade de São Paulo foram as ruas, nós vimos nos estádios de futebol, tivemos passeatas, tivemos assinaturas e o projeto acabou tendo que ser aprovado. Com relação ao governo federal não foi diferente, se não tivesse a mobilização nas ruas, não haveria o encaminhamento das mudanças que aconteceram. O que é interessante é que esse seria o trabalho do legislativo, a população elegeu o legislativo para que eles façam isso, mas por exemplo um vereador ganha a eleição aí ele tem cabos eleitorais que trabalham para ele, e que vão trabalhar na próxima eleição durante o mandato dele. Esse vereador acaba ganhando cargos comissionados, coloca a pessoa dentro da máquina do estado ou até do país para que eles possam fazer o trabalho de influência do candidato que ofereceu o cargo. Essa é outra questão que atrapalha o andamento da relação política dentro da vida pública, por exemplo os deputados que vacilaram em se opor ao governo do PT no início estavam cheios de pessoas dentro da máquina do estado, a mesma coisa acontece aqui. Os cargos comissionados são uma forma de cooptar os vereadores, são indicações dos mesmos, isso atrapalha o que seria republicano. O sistema precisa ser mudado como um todo, tem um modelo que não consegue seguir. A vida política está praticamente separada do que acontece nas ruas, elas só se encontram quando a população se organiza e vai para a rua exigindo o bom funcionamento do sistema, mas isso não é corriqueiro, isso acontece eventualmente.

9- De onde vem a verba gasta em campanha?

Existe um fundo partidário que destina verba para a campanha, existe doação de pessoa física e de empresa, mas ela está vedada ou limitada. As pessoas físicas podem doar até um certo valor.

10- O fundo partidário é do tamanho equivalente ao partido?

Isso, é direcionado pelo número de cadeiras do congresso, isso determina inclusive o tempo de exposição de tv e rádio.

11- Existe uma determinação da divisão de dinheiro dentro do partido?

Não, isso é escolha de cada partido, na verdade o que existe é assim, para o prefeito tantos minutos e para os vereadores uma quantidade de recurso e aí cada partido com uma estratégia. Alguns optam por jogar recursos para um candidato com maior chance eleitoral, para que possa carregar outros com o maior número de votos. Outros já distribuem de forma mais igualitária. O que não pode é por exemplo o prefeito em seu tempo pedir voto aos vereadores, são eleições separadas.

12- O que é o quociente eleitoral?

É o seguinte, você pega um número de votos válidos isso elimina brancos e nulos, e coloca isso por coligação no caso da eleição proporcional, ou seja, do legislativo. Assim é dividido de tal maneira, se determinada coligação ficou com 40% dos votos com a disposição de uma câmara que possui 10 cadeiras isso significa que foram eleitos quatro vereadores. A distribuição será dos quatro mais bem votados dessa coligação. Pode ser que uma outra coligação tenha um candidato só que teve um número maior de votos do que todos esses quatro, mas no bolo todo ele não consegue entrar. Então o voto é por coligação, aqui em Prudente esse foi o caso do Kato.

13- E como é encaixado o quociente partidário?

Vamos pensar que um partido tem três candidatos e uma coligação com 60% dos votos, aí seria o quociente da coligação. Essa coligação tem três partidos, independente do partido que teve mais votos os seis mais votados têm assento. A segunda coligação se ela teve 30% dos votos ela teria três vereadores eleitos independente do partido desde que dentro da coligação e o outro apenas 10% desses votos. Agora pode acontecer de partido que não consegue o coeficiente, porque você vai somar o número de votos dividido pelo número de cadeiras e tem candidato ou partido que não vai alcançar o número de cadeira. Foi o que aconteceu com a minha coligação, as 13 cadeiras ficaram com partidos que tiveram a maior quantidade de votos no coeficiente. Você divide isso pelo número de cadeiras e faz o ponto de corte.

14- E quando existe sobra de vagas?

É difícil pois você vai tecendo e pegando como já aconteceu na cidade do nordeste o sujeito ser eleito com um voto. A pessoa que entrou no partido dele só tinha um voto, foi caçada e dentro da coligação dele só tinha ele.

15- Como é o processo de criação de um partido?

É preciso de um número de assinaturas, de filiações. Cria-se uma comissão pró fundação do partido, além da necessidade do número de filiados. Esse filiados não podem ter abrangência região. Assim qualquer um pode se filiar desde que não esteja filiado em outro partido. Daí começa um programa para o partido com todas as atas das reuniões e entra num processo de ligação do partido. Não é muito fácil, o número de filiações limita, mas consegue-se fazer tanto que nós temos o maior número de partidos no mundo inteiro.

16- Qual a função de um partido?

O programa deve dizer isso. Por exemplo criaram o programa do partido das mulheres, mas que é praticamente regido por homens. Então era um partido feminino que você vê na propaganda eleitoral aparecendo uma mulher para justificar o nome do partido. São pessoas descontentes com os outros partidos que criaram esse para ganhar espaço e poder para negociação que já conversamos, para ganhar poder e cargos. Hoje se pensa muito em cargo para facilitar as ações e tramitações e os benefícios porque o vereador por exemplo é muito mais preocupado em atender o eleitorado individualmente, para que aquele lhe deva um favor e possa trabalhar na eleição que vem, do que construir um projeto de ação parlamentar. Então vemos na câmara pessoas com problemas em conta de água, luz, problemas no hospital, o que deixa o vereador numa posição de estafeta. E os prefeitos também que não tem sossego nem em casa.